

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

RAFAELLA DE AGUIAR CORADINI

**Y LOS CLANDESTINOS, ¿DÓNDE ESTÁN? RASTROS DA
DITADURA CHILENA, DE 1973 A 1990**

Santa Maria, RS, Brasil

2017

Rafaella de Aguiar Coradini

**Y LOS CLANDESTINOS, ¿DÓNDE ESTÁN? RASTROS DA
DITADURA CHILENA, DE 1973 A 1990**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História – Mestrado em História, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em História**.

Orientador: Prof. Dr. Diorge Alceno Konrad

Santa Maria, RS, Brasil
2017

Rafaella de Aguiar Coradini

Y los clandestinos, ¿dónde están? Rastros da Ditadura chilena, de 1973 a 1990

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História – Mestrado em História, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em História**.

Aprovada em 06 de março de 2017:

Diorge Alceno Konrad, Dr.
(Presidente/Orientador)

Leonardo Guedes Henn, Dr. (UNIFRA)

José Martinho Rodrigues Remedi, Dr. (UFSM)

Santa Maria, RS,
2017.

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer a todas as pessoas que cederam parte de seu tempo para me auxiliar quando eu precisei, nestes dois anos em que estive envolvida no Mestrado. Também agradeço aos meus professores da Universidade Federal de Santa Maria, cujas orientações historiográficas foram de grande valor para que eu pudesse estar sempre refletindo sobre minha pesquisa. Também aos meus colegas da primeira turma de 2015, em especial a Denise Verbes Schmitt, que no presente se tornou uma grande amiga.

Agradeço, de forma especial, ao meu primeiro orientador e professor Vítor Otávio Fernandes Biasoli que, mesmo em virtude de sua aposentadoria, sempre esteve disposto a ler minhas produções e corrigi-las, em função do seu grande talento na escrita.

Só tenho agradecimentos à coordenação do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Maria, em especial à coordenadora e professora Maria Medianeira Padoin. Ela me mostrou, de forma subjetiva e sem perceber, que não devo desistir diante das dificuldades, que a vida não é e nunca será fácil, por isso aqueles que se destacam são os que conseguem se erguer rápido diante de um tombo.

Agradeço ao professor Enrique Serra Padrós que me mostrou o quanto minha pesquisa era relevante, mesmo quando eu duvidava, em virtude de investigar outro país. Com suas perguntas me fez refletir sobre o tema dos direitos humanos, ultrapassando as fronteiras criadas pelos indivíduos. Assim como o professor José Martinho Rodrigues Remedi, que foi o propulsor do meu interesse pela História da América.

Um lugar muito especial ao meu orientador e professor Diorge Alceno Konrad. Sempre competente e com uma grande atenção nas revisões de meus textos, mesmo realizando mil atividades ao mesmo tempo, esteve disposto a me atender a qualquer momento que precisei. Esclarecedor de conceitos, fez com que esta dissertação ganhasse o aporte teórico necessário que o tema exigia.

Agradeço a minha família pela paciência e pelo apoio incondicional, pois sempre me deram forças para não desistir e acreditaram na minha proposta.

Deixo para o final um especial agradecimento ao Museo de la Memoria y los Derechos Humanos por acreditar no meu projeto. Toda a estrutura física que o Museu aporta não é tão grande quanto o valor simbólico que ele carrega consigo. Por isso, agradeço pela oportunidade de fazer parte da História do Museu, pela precisão em que responderam às minhas dúvidas e questionamentos, como também por deixar a minha disposição todo o acervo para a minha pesquisa.

*En las calles que te dieron
El poder que ahora te pudre
pediste mil favores
Y dijiste algo más
La cabeza entre las piernas
ya tratabas de agradarles
Estabas preparado
No pediste perdón
Nunca he deseado mal
A nadie
Esta es mi primera vez...*

Música: La primera vez. Los tres. Santiago: 1991.

RESUMO

Y LOS CLANDESTINOS, ¿DÓNDE ESTÁN? RASTROS DA DITADURA CHILENA, DE 1973 A 1990.

AUTORA: Rafaella de Aguiar Coradini

ORIENTADOR: Diorge Alceno Konrad

Data e local da defesa: Santa Maria, 06 de março de 2017.

O texto da dissertação compreende o esforço de dialogar com a historiografia acerca da História da Ditadura Chilena, também com teóricos da História que tratam sobre os caminhos da memória, relacionando-a com relatos feitos por sobreviventes e personagens das ditaduras no Cone Sul e no caso desta dissertação, a Ditadura Civil-Militar Chilena (set./1973 a março/1990). E se encerra com a produção áudio-visual e biográfica já existente dos testemunhos de diversas organizações, para explicar como se deu a clandestinidade no país. A análise foi feita a partir do questionamento da escrita do relato, indagando para que e para quem ele se dirige, assim como sobre o papel da memória e sua colaboração no esclarecimento dos fatos ocorridos em um período de forte repressão. Alguns sobreviventes das violações dos direitos humanos narraram suas experiências, a partir dos seus entendimentos e emoções. Dentro deste enfoque, também é analisado o papel do Estado como parte fundamental neste processo de reflexão sobre processos ditatoriais. Pois é através do uso e abuso de poder que se desencadeia a repressão e a violência, sabendo que tais atos tornaram-se conhecidos publicamente, quando se restaura a democracia, e até antes dela, pela colaboração daqueles que sobreviveram e se dispuseram a relembrar os momentos de clandestinidade. Esta dissertação encerra as atividades desempenhadas no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Maria. Esta pesquisa ficou centrada na área “História, Poder e Cultura”. A linha de pesquisa “Cultura, Migrações e Trabalho” colaborou para a discussão sobre as transformações de uma sociedade, com mudanças radicais em seu cotidiano, em virtude da tomada de Poder por parte das Forças Armadas, quando um grupo de pessoas passou a viver, a partir do Golpe, na clandestinidade. O objetivo foi o de interpretar as obras de memória em um sentido de reconhecimento e construção das múltiplas identidades chilenas, a partir do momento em que elas surgem, no início do século XXI, analisando seu caráter documental para a historiografia. Assim, foi feita uma análise da atuação dos direitos humanos, a partir dos anos de 1990, e como eles tornaram-se fundamentais para se alcançar os objetivos destas memórias, tema este que circula na justificativa do trabalho, garantindo a prevalência dos direitos humanos em sociedades que vivenciaram grandes rupturas.

Palavras – chave: Chile; Clandestinidade; Cultura; Ditadura; Memória.

ABSTRACT

AND THE CLANDESTINES, WHERE ARE THEY? TRAILS OF THE CHILEAN DICTATORSHIP, FROM 1973 TO 1990.

AUTHOR: Rafaella de Aguiar Coradini

ORIENTATION: Diorge Alceno Konrad

Date and place of defense: March 06, 2017, Santa Maria.

The text of the dissertation includes the effort to dialogue with the historiography about the History of the Chilean Dictatorship, also with historical theorists who deal with the paths of memory, relating it with reports made by survivors and characters of the dictatorships in the Southern Cone and in the case Of this dissertation, the Chilean Civil-Military Dictatorship (set./1973 to march/1990). And it ends with the audio-visual and biographical production already existing of the testimonies of several organizations, to explain how the clandestine happened in the country. The analysis was based on the questioning of the writing of the report, asking what and for whom it is addressed, as well as on the role of memory and its collaboration in clarifying the facts that occurred in a period of strong repression. Some survivors of human rights violations narrated their experiences from their understandings and emotions. Within this approach, the role of the State is also analyzed as a fundamental part in this process of reflection on dictatorial processes. For it is through the use and abuse of power that repression and violence are unleashed, knowing that such acts have become publicly known, when democracy is restored, and even before it, by the collaboration of those who have survived and prepared to recall the moments of clandestinity. This dissertation ends the activities carried out in the Post-Graduate Program in History of the Federal University of Santa Maria. This research focused on the area "History, Power and Culture". The research line "Culture, Migrations and Labor" collaborated in the discussion about the transformations of a society, with radical changes in its daily life, due to the Armed Forces' takeover of power, when a group of people came to live, from the coup, into the clandestinity. The objective was to interpret the works of memory in a sense of recognition and construction of the multiple Chilean identities, from the moment they arise, at the beginning of the 21st century, analyzing its documentary character for historiography. Thus, an analysis of the performance of human rights was made, starting in the 1990s, and how they became fundamental to achieve the objectives of these memories, a theme that circulates in the justification of the work, guaranteeing the prevalence of human rights in Societies that experienced great ruptures.

Keywords: Chile; Clandestinity; Culture; Dictatorship; Memory.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS:

CIA- Central Intelligence Agency.

CNI – Central Nacional de Informaciones.

CORA – Corporación de la Reforma Agraria.

DC – Democracia Cristiana.

DINA – Dirección de Inteligencia Nacional.

FJS - Federación Juvenil Socialista.

FLN - Frente de Libertação Nacional.

FPMR – Frente Patriótico Manuel Rodriguez.

FRAP - Frente de Acción Popular.

IC - Izquierda Comunista.

INDAP – Instituto de Desarrollo Agropecuario.

INTERPOL - Organização Internacional de Polícia Criminal.

JC – Juventud Comunista.

MIR – Movimiento de Izquierda Revolucionaria.

ONU – Organização das Nações Unidas.

PC – Partido Comunista.

PS – Partido Socialista.

UP – Unidad Popular.

VRM - Vanguardia Revolucionaria Marxista.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
1. CONTEXTO HISTÓRICO DA DITADURA CHILENA. DIÁLOGO COM A HISTORIOGRAFIA.	16
1.1 SOBRE O PLENO DO PARTIDO COMUNISTA.....	30
1.2 SOBRE O PLENO DO PARTIDO SOCIALISTA	33
1.3 O PASSADO RECENTE NO CHILE E OS DIREITOS HUMANOS	35
2. HISTÓRIA E MEMÓRIA EM FACE DO TESTEMUNHO DE UM CLANDESTINO.	41
2.1. JOGOS POLÍTICOS DA MEMÓRIA. POSSÍVEIS DIÁLOGOS ENTRE TEORIA E TESTEMUNHO.....	42
2.2. MEMÓRIA E VERDADE: CONTRIBUIÇÃO PARA A HISTÓRIA CHILENA.....	53
3. Y LOS CLANDESTINOS, ¿DÓNDE ESTÁN?	63
3.1 OS COLABORADORES	66
3.2 OS DUAS CARAS	66
3.3 OS CLANDESTINOS PROFUNDOS	77
CONSIDERAÇÕES FINAIS	90
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.	93
FONTES.	95
BIBLIOGRAFIA CONSULTADA	98
ANEXO	101

INTRODUÇÃO

Esta dissertação analisou a memória do período da Ditadura Civil-Militar no Chile. Desta forma, foi estudado o contexto histórico do país, como também o que ocorria no mundo, no momento do Golpe. O recorte temporal especifica o período em que o governo de repressão permaneceu no Chile, sendo então delimitados os anos de 1973 até 1990. A escolha por analisar todo o período ditatorial ocorreu em função das fontes testemunhais serem ainda escassas e, para que nenhuma ficasse de fora do trabalho. Em função do período em que a testemunha viveu, o período foi prolongado. Foi, justamente, nesse espaço de tempo delimitado, no qual se inicia o período da Ditadura Civil-Militar, e quando se dá forte repressão aos adversários políticos, que foi concentrada a atenção. Neste período, foi identificada uma reorientação da economia e da política chilena, motivada pelo medo da instauração de uma república socialista, nos moldes de Cuba, pelos antigos agentes da Unidad Popular - UP.

O período analisado em sua totalidade leva a uma ruptura de caráter político e social com o passado, e é caracterizado pela imposição de um poder autoritário e um sentimento de insegurança e dilaceração vividos pela sociedade, diante do questionamento que o Governo de Salvador Allende causou na sociedade e, também, diante da imposição da Ditadura pelas forças promotoras do Golpe de 1973. A relação entre Augusto Pinochet e as classes médias urbanas foi caracterizada por uma prática manipuladora de parte da oposição, sendo que a nova ordem política era claramente opressiva, rompendo com a tradição da Democracia Chilena, e isso não era motivo de questionamentos públicos. Centrando a atenção no Estado enquanto garantidor de direitos e deveres, é interessante reforçar o porquê do silenciamento gradual da sociedade em relação às atitudes do líder da Nação, silêncio este rompido décadas depois por meio da memória por aqueles que participaram da luta política e que foram vítimas da política opressora da Ditadura. Para compreender melhor este câmbio político, a partir de 1973, a pesquisa enfocou a região metropolitana chilena, mais precisamente a capital, Santiago, sendo usada a memória narrativa testemunhal como meio de pesquisa utilizada.

O presente trabalho foi dividido em três capítulos e integra as exigências para o título de Mestrado junto ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Maria.

O primeiro capítulo contempla a História do passado recente chileno, desde as eleições presidenciais de Salvador Allende, em 1970, até a consolidação da Ditadura. A intenção deste primeiro capítulo é de aclarar o leitor para que compreenda as transformações sociais na primeira fase da Ditadura, e para que entenda o porquê da produção biográfica e testemunhal surgir apenas na virada século XX para o XXI. O diálogo entre os autores proporcionou um panorama de diferentes enfoques para o período analisado. Também foi realizado um balanço sobre a atuação em prol dos direitos humanos no país.

A intenção do segundo capítulo foi a de criar uma discussão teórica sobre a memória, bem como elaborar o diálogo entre a teoria historiográfica e o testemunho de Max Marambio. Este clandestino viveu, durante os dez primeiros meses da Ditadura Chilena, na Embaixada cubana em Santiago, fornecendo todo o armamento bélico desta Embaixada para o Movimiento de Izquierda Revolucionaria - MIR. A ideia foi a de relacionar e colocar frente a frente o testemunho de Max Marambio com a historiográfica a respeito do tema e, assim, estabelecer critérios de aproximação e distanciamento entre os dois.

No terceiro capítulo está presente o resultado da pesquisa realizada no *Museo de la Memoria y los Derechos Humanos*, entre os dias 21 e 29 de julho do ano de 2016, onde foram catalogados os documentos e áudios de testemunhos que viveram na clandestinidade durante a Ditadura. A pesquisa foi realizada em Santiago – Chile. A intenção foi a de criar um perfil de clandestino, respondendo às seguintes perguntas:

- qual a intenção e os objetivos destes sujeitos históricos?;
- existe comunicação com o mundo externo, com a família e com amigos?;
- como terminaram suas trajetórias, se foram presos, exilados ou se conseguiram permanecer na clandestinidade até o fim da Ditadura?;
- quem financiava estes sujeitos? E,
- é possível estabelecer as redes de comunicação entre eles?

O trabalho, na área de concentração História, Poder e Cultura, está vinculado à linha de pesquisa Cultura, Migrações e Trabalho, pelo motivo de refletir sobre o aspecto cultural e social de indivíduos que participaram do contexto histórico estudado. O termo “cultura” aproxima a relação entre o indivíduo e suas ações no dia a dia, e como ele age perante o processo histórico que está ocorrendo, culturalmente integrado a um grupo que se aproxima e se reconhece por estar em situações semelhantes e que cooperam mutuamente, estabelecendo uma rede de relações que transpassará a Ditadura. A movimentação destes indivíduos, na clandestinidade, esteve relacionada diretamente ao cotidiano de um grupo de sujeitos que, através de seus testemunhos, foram fundamentais para a construção da História chilena, a partir de 1973.

A vinculação com o projeto “As ditaduras comparadas no Cone Sul”, orientado pelo professor Dr. Diorge Alceno Konrad, estabeleceu o objeto da pesquisa, ou seja, como tratar o Terror praticado pela Ditadura, e qual seu reflexo na sociedade. Além disso, interessou saber como esta sociedade iria reagir com práticas até então desconhecidas no país.

O diálogo com as fontes foi fundamental para que se reconheçam atitudes que, por não pertencerem à documentação oficial resgatada de períodos ditatoriais, acabam sendo descartadas deste contexto. Mesmo que haja uma demora prolongada para que estes testemunhos comecem a falar, ainda sim, seus relatos são imprescindíveis para análise de tal processo. As obras testemunhais, no Chile, começaram a surgir a partir do final do século XX e início do século XXI, ou seja, praticamente dez anos posteriores ao fim da Ditadura e com o processo de eleição direta e democrática novamente instaurada. Talvez, este tempo seja reflexo das duas eleições democráticas ocorridas na década de 1990, em que são eleitos partidos com características conservadoras para governar o país¹. Ainda assim, estes governos avançaram em termos de direitos humanos para aclarar os crimes cometidos durante a Ditadura, mas foi a partir deste presente século que começaram a surgir ações e seus respectivos resultados para compensar o período vivido de forte repressão.

A Ditadura Civil-Militar, por sua definição política, foi uma forma de governo opressor instaurada nas décadas de 1960 e 1970, em vários países da América Latina,

¹ Em 1990, Patricio Aylwin assume a presidência através de eleições democráticas, pelo Partido Democrata Cristão do Chile e, em 1994, assume pelo mesmo partido, Eduardo Frei Ruiz Tagle. Já em 2000, assume Ricardo Lagos, presidente socialista.

como Brasil, Argentina, Uruguai e Chile, todas elas centradas na doutrina de segurança nacional². Em 11 de setembro de 1973, o Chile vivenciou um clima de situação limite. Assim explica Dinges

Esses eram tempos em que, no Chile, por exemplo, meio milhão de pessoas (de uma população de 10 milhões) se aglomerava na principal avenida de Santiago, *La Alameda*, por mais de um quilômetro e meio para escutar os discursos do presidente Allende. (...) A revolução era vista como algo possível. E, para aqueles que acreditam numa teoria marxista da história, inevitável. Àquela época, a revolução era uma realidade concreta. Era a vitória de Fidel Castro em Cuba, onde um pequeno exército de guerrilheiros tinha derrubado uma ditadura corrupta e realizado a reforma agrária, expropriações e um idealismo desenfreado. (2005, p. 74)

Estudar catástrofes históricas ocorridas em outros países, no caso o chileno, foi de grande relevância para se apropriar de reações sociais que se aproximam e/ou se afastam, de acordo com a decorrência do processo histórico. Mesmo que a pesquisa tenha como enfoque outra nação, ela oportunizou a aproximação com outras experiências das Ditaduras de Segurança Nacional ocorridas no Cone Sul. Estabelecer e conhecer critérios e perfis de sujeitos que transitaram como “subversivos” nestes países, sabendo que existia uma comunicação metódica³ entre eles que funcionava como aparato de cumplicidade e parceria nos países que viviam em ditaduras, demonstra o quanto a democracia foi frágil, no século XX, e como estas estruturas se assemelham. Ainda assim, é possível aprender com o contexto histórico passado e da atualidade, ao nosso redor, apenas observando. Mas, quando nos aprofundamos dentro de alguns temas específicos, a aprendizagem se torna enriquecedora, estabelecendo vínculos culturais que vão além das fronteiras, dialogando com nossa realidade e a do outro.

² Padrós (2007, p. 2) explica o conceito de doutrina de segurança nacional: “[...] ao ser incorporada como fundamento teórico da proteção da sociedade nacional a partir de um Estado que precisava esconder sua essência antidemocrática, configurou um “estado de guerra permanente” contra o suposto e difuso “inimigo interno”.”

³ Ver DINGES, John. **Os anos do Condor**. Uma década de terrorismo internacional no Cone Sul. São Paulo: Companhia das Letras, 2005. O autor, nesta obra, mostra como a Operação Condor funcionou, além de acrescentar a participação e omissão inicial dos Estados Unidos da América, no que se refere aos Golpes de Estado.

Quando falamos em sobreviventes, pensamos em torturas e exílio, mas existem os casos daqueles que sumiram em seus próprios espaços, onde foram vitoriosos apenas por não terem sido descobertos pela Ditadura. Estes clandestinos também merecem destaque, pois, além de sobreviventes, alcançaram o êxito em formar e/ou fazer parte de um grupo que agia constantemente sobre o olhar da repressão, e que suas ações resultaram em desestabilização, em alguns momentos, da Ditadura. Mesmo sabendo que o Golpe no Chile foi organizado de forma metódica, sabia-se que existia um grupo forte de oposição e que este não iria se calar diante da repressão. Este estudo sobre sul-americanos, pertencentes ao Cone Sul, onde a aproximação é maior ainda, pois a História, em diferentes períodos caminhou lado a lado, fez com que as possíveis barreiras políticas e sociais que existiam entre os países fossem eliminadas.

1. CONTEXTO HISTÓRICO DA DITADURA CHILENA. DIÁLOGO COM A HISTORIOGRAFIA

As décadas de 1960 e 1970, analisadas através do contexto sul-americano, podem ser vistas como conturbadas e polarizadas. De um lado uma esquerda que caminhava para o socialismo, com planos e reformas políticas voltadas para as camadas mais populares da sociedade, e de outro lado, uma direita historicamente conservadora e acostumada a usufruir dos privilégios que seus governantes lhe proporcionavam, como uma espécie de troca de favores. Um pouco antes deste período, os norte-americanos, na corrida espacial, já haviam garantido e se mantinham no topo da escala mundial capitalista. Em função do envolvimento na chamada Guerra Fria, eles se esqueceram de seus *hermanitos* e levaram a Doutrina Monroe às últimas consequências, na qual um texto pretencioso produziu a frase: “América para os americanos”, em que se expulsou os europeus, dando espaço para os Estados Unidos da América ajudarem os novos países a serem independentes.

De fato, nosso “irmão maior” impediu que Simón Bolívar, no século XIX, concluísse seu plano de formar, no Sul do Continente, um único Estado para combater possíveis intervenções estrangeiras, tendo como consequência a formação de vários países: Peru, Bolívia, Chile, entre outras novas repúblicas livres, *pero no mucho*. Já na década de 1960, quando se lembram de olhar novamente para a América do Sul, os Estados Unidos se deparam com ideias socialistas crescentes e aquele ideal enterrado no século XIX parece que ressurgiu nas mãos de um representante da Revolução Cubana. Para agir rápido, foi preciso o apoio militar, ou seja, foram nas Forças Armadas que a revolução socialista encontrou seu maior bloqueio, sendo crucial para a retomada do poder das classes dominantes e a garantia de que o capitalismo estaria seguro nas mãos de generais.

Além do contexto da “Guerra Fria”, o continente africano, a partir do final da década de 1940, começa seu processo de descolonização, muito mais doloroso e com reflexos vistos até os dias atuais. Também foi na década de 1960 que surge uma juventude frustrada, cansada de assistir a medidas radicais de seus representantes, resolvendo se arriscar, mudando de postura, de vestimenta, de gostos musicais e

reinventando a cara da sociedade. Esta juventude, entre outras reações, produziu um efeito conhecido como movimentos de contracultura, ou seja, manifestações culturais totalmente diferentes do que já se havia visto até então, com a intenção de chamar a atenção para problemas não somente políticos que, em nome da paz, poderiam ser resolvidos. Assim, assistimos ao movimento por direitos civis nos Estados Unidos; manifestações contra a Guerra do Vietnã; os estudantes, na França, foram às ruas, a partir de maio de 1968; em 1956, na Polônia, milhares de pessoas pediram por mais liberdade em relação à União Soviética; houve o Levante Húngaro no mesmo ano e, em 1968, foi a vez da Tchecoslováquia pedir liberdade, conhecida como a Primavera de Praga, em que fotos percorreram o mundo mostrando jovens posicionando-se em frente aos tanques de guerra soviéticos. Toda esta audácia fez com que a sociedade percebesse e escutasse a juventude se posicionando em diferentes lados da sociedade. Esta geração *beat* não se conformou como mera espectadora dos fatos e, seguindo o exemplo da “Guerra Fria”, ela também se polarizou. Este abismo entre uma posição política/econômica ou outra foi crucial para o desenrolar dos fatos nas ditaduras do Cone Sul.

No caso chileno, o fator centralizador foi a tão sonhada reforma agrária. Ela aconteceu de fato, porém não acessível a todos, ou melhor dizendo, seria preciso conhecer muito bem as leis para ter acesso a elas. Em função de muitos descontentamentos por parte dos camponeses, surgiram representantes em sua defesa. Estas figuras representativas estavam nas universidades, sendo professores, alunos e recém-formados que, com base intelectual, vão se reconhecendo e se aproximando em causas políticas, discutindo cada vez mais as mudanças sociais que estavam acontecendo e se posicionando diante delas. Sobre esta situação, Perez explica que

Por entonces, en Chile gobernaba el presidente conservador Jorge Alessandri Rodriguez, cuya administración accedió a algunas de las sugerencias de la Alianza para el Progreso, como la promulgación de una ley de reforma agraria (1962). En su gobierno el cuerpo legal no fue plenamente aplicado [...] Las expectativas superaron ampliamente a los resultados de la reforma y el descontento entre los campesinos así como en otros sectores importantes de la sociedad chilena se acrecentó. (PÉREZ, 2003, p. 7)

Para as eleições seguintes, diante desta realidade, a esperança de um partido de esquerda assumir o governo no país foi visto com entusiasmo. Assim, em 1964, Salvador Allende surge como candidato de um partido de coalisão entre comunistas e socialistas, a Frente de Acción Popular - FRAP. A derrota de Allende para Eduardo Frei Montalva, da Democracia Cristiana - DC, fez com que o Partido Socialista - PS e o Partido Comunista - PC repensassem suas estratégias e, através do exemplo cubano, seguissem para a luta armada. Diversos representantes dos dois partidos, assim como a Juventud Comunista – JC, se inseriram ao MIR. Em 1965, esta organização surgiu de forma clandestina, com críticas profundas aos partidos de esquerda, pois a única justificativa da derrota nas últimas eleições era, para o MIR, pelo fato de serem eleitoreiras e pacifistas (Ibid., p. 9)⁴, incapazes de colocar em prática a revolução socialista por se deter a burocracias e protocolos. Desta forma, apareceu este organismo que, para arrecadar fundos e não prejudicar as camadas populares, sustentava-se através de constantes expropriações a bancos⁵. Os integrantes já estavam presentes em movimentos políticos e sindicais, como cita Sandoval:

Los participantes habían sido elegidos por la Vanguardia revolucionaria Marxista-Rebelde, el Partido Socialista Popular integrado fundamentalmente por sectores trotskistas, cuadros de movimiento sindical clasista [...]. Representaban la conjunción de diversos grupos y militantes revolucionarios, parte importante de ellos, escindidos en momentos diferentes de los partidos de la izquierda tradicional, de raíz y culturas políticas socialista, trotskista, comunista, anarquista, sindicalista y otras. El MIR se proponía construir una organización que diera continuidad a las luchas clasistas históricas del movimiento popular chileno, romper con las concepciones tradicionales de la izquierda y responder a la nueva realidad y expresiones sociales que emergían en la sociedad chilena. (SANDOVAL, 1999, p. 10)

Miguel Enríquez assume como secretário geral em 1967, sendo antes membro do Comitê Central do MIR. Este cargo de líder exigia uma rigorosa clandestinidade de todos seus membros e era ele quem decidia onde os militantes deveriam morar, trabalhar ou estudar (Ibid, p. 11). A partir do Golpe, o MIR repudiou totalmente a saída de militantes do país, sem autorização. Pérez descreve tal posicionamento do MIR

⁴ Tradução minha e, mesmo que o autor do artigo não conclua seu raciocínio, fica clara a dependência da esquerda em querer cumprir a Lei, mesmo que isso lhe custasse a derrota nas eleições presidenciais.

⁵ Mais adiante será mencionada a obra de Max Marambio, onde o testemunho relata as expropriações.

Desde el golpe militar muchos militantes de partidos de izquierda, con y sin autorización de sus respectivas direcciones, acuden a embajadas y consulados solicitando asilo político, porque sienten amenazadas sus vidas. La jefatura del MIR, ante el desmembramiento de las organizaciones, decide que ellos no se deben asilar, pues el combate principal contra la dictadura está en el país. Así surge la consigna de guerra, que también es un desafío a los militares gobernantes: “El MIR no se asila”. El grupo se queda em Chile para resistir. (PÉREZ, 2004, p. 362)

Aqui vale ressaltar o quanto se tornou visível a debilidade da organização perante as tentativas de barrar o crescimento das Forças Armadas no país, a partir de setembro de 1973, conforme a análise do autor:

Definitivamente, los únicos miembros del MIR eran aquellos que permanecían en Chile. Esta política se tradujo en que muchos cuadros que no contaban con la infraestructura necesaria para desempeñarse en las nuevas condiciones, corrían un riesgo alto de caer en manos de organismos de seguridad. Podía ser un precio demasiado alto. Y lo fue, porque en la práctica significó que un segmento de los miembros con mayores responsabilidades fue apresado, asesinado y echo desaparecer. Fue un error de apreciación de las propias condiciones que la organización tenía para enfrentar a la dictadura. Esta falla debe entenderse en el contexto de aquellos días de disparo y tortura, en que, según el MIR, lo único que no podían hacer era dejar de combatir. (Ibid., p. 362)

Evidentemente que o MIR ganhou um inimigo muito bem organizado, o que será abordado mais adiante: a Dirección de Inteligencia Nacional – DINA. As características básicas desta organização a frente das Forças Armadas era a de perseguir os considerados subversivos, ou seja, os considerados comunistas que poderiam representar uma ameaça para o novo Governo militar que se instaurava. Consequentemente, o destino destas duas instituições, a legalizada DINA e o clandestino MIR, se cruzaram. Diante das debilidades que foram expostas por parte do

MIR, e que serão reforçadas ao longo deste trabalho, obviamente, sabe-se o final deste encontro. Sobre a referência da DINA diante do MIR, vale seguir a passagem:

El grupo DINA mostró la habilidad, según veremos que su historia posterior comprueba, de delimitar y al mismo tiempo, extremar su acción. La delimitó, en cuanto se puso por tarea fundamental liquidar a la que él consideraba ultraizquierda, el MIR especialmente, y otros grupos o personas que se vinculaban con éste. Así, demarcado el “enemigo”, el grupo se propuso destruirlo por completo, identificando, ubicando y dando muerte a sus equipos directivos, o militantes considerados particularmente peligrosos. El grupo, hasta donde se sabe, no parece haber tenido mayor doctrina política, salvo un anticomunismo de excepcional virulencia (lo cual, una vez más, lo vincula a la contrainsurgencia continental). La Comisión ha podido comprobar, y así se dirá más adelante, hechos que apuntan hacia una conexión entre la DINA y equipos de extrema derecha, terroristas abiertos, de otros países.⁶

Para entender por onde começou a politização enérgica das massas populares no país, deve-se dar uma atenção ao valor da terra. A reforma agrária foi o grande pilar de mobilizações para definir os novos rumos que o país iria seguir. Em 1967, Frei Montalva realizou a segunda reforma, embasada na ideia de que a propriedade rural tem uma função social e, por isso, não deve estar nas mãos de poucos. Apenas os camponeses teriam acesso a elas, pois os chamados *afuerinos*⁷ ficaram de fora. Este grupo tem como característica principal a migração para a cidade, mas apenas os inquilinos, ou seja, aqueles que permaneceram no campo seriam beneficiados. Foram reestruturados alguns organismos para regulamentar a distribuição, como a Corporación de la Reforma Agraria - CORA e o Instituto de Desarrollo Agropecuario - INDAP. Assim, ampliar o direito à propriedade no campo passou a ser uma questão de constantes entraves políticos. A sindicalização masculina foi praticamente unânime, já que as mulheres não tinham o direito de usufruir desta nova lei e, por tal razão, o camponês que não ingressasse ao sindicalismo teria sua imagem associada ao feminino.

⁶ Dado retirado do Informe de la Comisión Nacional de Verdad y Reconciliación. Tomo I, p. 39. Disponível em: http://www.ddhh.gov.cl/ddhh_rettig.html. Acesso em: 06 de janeiro de 2017.

⁷ Afuerino foi um termo utilizado para caracterizar as pessoas que deixavam de lado o trabalho na zona rural e se trasladavam para a cidade em busca de trabalho nos centros urbanos.

A aristocracia rural se esforçava em retardar a reforma agrária e a sindicalização rural, enquanto a DC falhava em resolver o problema do déficit populacional no país e deter a migração do campo para as cidades. Assim, seguindo o pensamento de Winn, “pagaram o preço de elevar as expectativas que eles não cumpriram com o declínio do apoio político” (2010, p. 55 e 56). Com a vitória de Salvador Allende, representando a UP em 1970, surgiu com ela a Revolução Chilena, da qual Winn descreve suas principais conquistas:

Nacionalizou as riquezas básicas do Chile; as minas, que eram responsáveis por três quartos dos lucros das exportações do país e que Allende chamava de “os salários do Chile”, e quase todos os bancos privados chilenos, os tesouros do pequeno número de “clãs” financeiros que controlavam a economia capitalista do país. Com a ajuda de uma revolução que partiu dos trabalhadores, dos camponeses e dos moradores das favelas, cujas ações diretas haviam transformado a toma – ou ocupação – na marca registrada da revolução chilena. [...] Realizou a mais rápida e extensa reforma agrária da história sem uma revolução violenta. (Ibid., p. 18)

Com as tomas se criou um clima de incerteza em relação ao futuro do país. Em 1972, com a aceleração da inflação e as classes sociais cada vez mais polarizadas, as greves tornaram-se frequentes e o desabastecimento de produtos básicos para as famílias, tática dos produtores e distribuidores, em determinados períodos, foram constantes. Em sua obra, Winn mostra com muito otimismo a via pacífica ao socialismo, mesmo reconhecendo o caos social que se instaurava, principalmente na capital do país, Santiago.⁸ Já sociólogo Moulian deixa claro que a falta de um planejamento realista para o futuro foi um grande problema, em virtude do caráter inovador, pois nada semelhante havia sido realizado por outro governo no país. Este novo modelo era questionado inclusive por Cuba, que não via outro caminho senão o da revolução com armas, sendo que os grupos de extrema esquerda também duvidavam desta possibilidade pacífica. Moulian ainda argumenta que

Otro elemento interviniente en la configuración del saturante clima pasional, en la genealogía de ese deseo-de-término/de-poner-término (de que Allende

⁸ Winn faz um breve relato, neste momento, das suas impressões sobre as manifestações populares a favor e contra o governo da UP, quando morava em Santiago (Ibid, p. 21).

se fuera sin importar los medios), lo constituye el rechazo visceral de la incertidumbre. Esta incertidumbre reflejaba el miedo a la inestabilidad insegurizante que producen todos los procesos de cambios acelerados. [...] La Unidad Popular se encargó de atizar este temor, primero, denunciando la posibilidad cierta, inevitable, de esa guerra civil y, luego, anunciando la absoluta seguridad del triunfo patriótico. (MOULIAN, 1997, p. 169)

Winn e Moulian trabalham com a perspectiva de contrarrevolução acerca do Golpe, em 11 de setembro de 1973. Moulian (Ibid., p. 170) é enfático ao analisar a oportunidade que a UP cria para que as Forças Armadas tomem o poder, pois tanto a revolução socialista, como a contrarrevolução de caráter anticomunista e neoliberal foram opções criadas por sujeitos que lutaram para manter a frente suas escolhas, ou seja, existia a consciência de suas ações e as condições que elas iriam exigir. O que ocorre agora, décadas depois, é a maneira pela qual se interpreta tal fato. Já Winn (2010, p. 21) encara este conceito de contrarrevolução pela maneira que a sociedade se posiciona. Para ele, todos tiveram que se posicionar e, diante disso, a classe dominante e detentora de capitais buscou ajuda nas Forças Armadas. Assim, os militares foram atraídos para este clima de futuro incerto. A través desta análise, torna-se fácil compreender o porquê dos grupos de extrema esquerda se confrontarem com a UP, já que havia a percepção da radicalização de opiniões contra a via pacífica para o socialismo.

Um elemento central para a discussão do caso chileno foi a criação da DINA, sob o Decreto Lei n. 521, de catorze de junho de 1974. Na verdade, este órgão já existia, com o mesmo nome, mas no sentido de uma comissão, instaurada em novembro de 1973.⁹ Sua função era reorganizar o país, combatendo qualquer ato subversivo contra as Forças Armadas, bem como eliminar células comunistas. O Informe, abaixo retrata o surgimento da DINA.

Se trataba de un “organismo militar de carácter técnico profesional, dependiente directamente de la Junta de Gobierno y cuya misión será la de reunir toda la información a nivel nacional, provenientes de los diferentes campos de acción, con el propósito de producir la inteligencia que se requiera

⁹ Dado retirado do Informe de la Comisión Nacional de Verdad y Reconciliación. Tomo I, p. 55. Disponível em: http://www.ddhh.gov.cl/ddhh_rettig.html. Acesso em: 05 de janeiro de 2017.

para la formulación de políticas, planificación y para la adopción de medidas que procuren el resguardo de la seguridad nacional y el desarrollo del país.”

10

A respeito da direção da DINA, o nome de Juan Manuel Guillermo Contreras, ou somente Coronel Contreras, foi citado apenas em 2004, em uma atualização sobre os crimes praticados no período da Ditadura Civil-Militar: “Es el caso representativo de la DINA, bajo la dirección del coronel Manuel Contreras Sepúlveda, luego ascendido a general.”¹¹ Desta mesma forma, para agir, a organização se inspirou na atuação da França na Argélia, ou seja, para os miliares, existia uma organização piramidal. Esta pirâmide é formada por seções. Cada militante conhecia três membros da organização, seu chefe e dois subalternos que ele mesmo escolhia. A ideia, que a DINA aprende bem a lição, era a de reconstruir a pirâmide e chegar até a direção. E a base deste trabalho foi a investigação, sendo que o método foi o interrogatório, e a partir deste momento, o interrogado deveria sempre ter uma resposta.¹² Os militares aprenderam a combater e a eliminar os subversivos através de experiências francesas, citadas anteriormente. Para encerrar, sobre a missão da DINA, segue abaixo uma citação de como ela se organizou, em que lugar recebeu treinamento e de onde surgiu sua inspiração.

[...] después del golpe militar de septiembre de 1973, agentes de la DINA recibieron adiestramiento en Brasil, como lo afirma Manuel Contreras al reponder a la pregunta de si conoció al general Aussaresses: “No lo conocí, pero envié muchos oficiales chilenos para que los entrenara en Manaus (Brasil). Cada dos meses le mandaba un nuevo contingente de oficiales para que los entrenara. Él trabajaba habitualmente en la sede del Servicio de Inteligencia, pero viajaba para Manaus para el entrenamiento.” [...] La estrategia creada por oficiales franceses cambió radicalmente la forma de hacer guerra, pues el enemigo no se presenta como un ejército extranjero, sino que son civiles de la misma nacionalidad organizados en estructuras celulares que actúan clandestinamente. (PÉREZ, 2004, p. 365)

¹⁰ Ibid., p. 55. Acesso em: 05 de janeiro de 2017.

¹¹ Informação retirada do Informe de la Comisión Nacional sobre Prisión Política y Tortura, p. 180. Disponível em: <http://www.indh.cl/informacion-comision-valech>. Acesso em: 06 de janeiro de 2017.

¹² Informações retiradas da entrevista do general francês Aussaresses, no documentário: *Escuadrones de la Muerte: la escuela francesa*. Por Robin, Marie-Monique. Paris, 2003.

Ao analisar o Golpe no Chile, torna-se imprescindível também perceber a participação de outros países neste processo. O ex-comandante da DINA, general Contreras, em um depoimento presente em um documentário, afirma o contato que mantinha com os sul-americanos, sendo de fundamental importância. Neste mesmo documentário, é destacada uma organização internacional criada por Contreras, em 1975¹³, cujo nome chave era Operación Cóndor. Como comprovam documentos liberados pelos EUA, estão reunidos seis países: Chile, Brasil, Uruguai, Paraguai, Argentina e Bolívia. Estes foram inspirados pela Organização Internacional de Polícia Criminal - INTERPOL – Paris, com uma especialidade; a luta anti-subversiva.¹⁴

Ainda sobre o documentário, o depoimento de Manuel Contreras é decisivo para a garantia da presença da França e outros países no Golpe. Quando os militantes que haviam sido exilados começam a retornar, no final da década de 1970 e início dos anos de 1980, a França cooperou para passar informações, demonstrando que os militares chilenos tiveram contato permanente com trinta e sete serviços de inteligência espalhados pelo mundo. Ademais é reforçada a ideia de que foram os franceses os criadores dos Escuadrones de la Muerte, seguido da criação de sistemas de inteligência, com atuação em diferentes lugares. A França apoiava e ensinava, mas a execução estaria nas mãos dos países e seus dirigentes. Assim, como o relato do general francês Aussaresses, neste mesmo documentário, em que afirma sua relação estreita com países do Cone Sul. Em 1973, ele estava no Brasil, país este que, em sua declaração, ajudou consideravelmente o general Augusto Pinochet. Do mesmo modo, os sobreviventes de torturas também afirmam que oficiais brasileiros dirigiram as torturas no Chile.¹⁵

O jornalista Dinges, descreveu a presença norte-americana no pós-Golpe, na qual viu a Operação Condor como um sistema de inteligência integrado entre países vizinhos pra combater o avanço do socialismo. Os atos terroristas que a Operação Condor empreendeu causaram grande êxito graças o “fechar de olhos” dos EUA, inicialmente. Segundo Dinges “(...) as agências de Inteligência dos Estados Unidos

¹³ Aqui é o marco da criação oficial, mas já se sabe que a repressão atuava interligada nos países do Cone Sul antes disso. Por exemplo, em 1973, brasileiros no exílio argentino foram presos e levados clandestinamente ao Brasil, como Joaquim Pires Cerveira, militante da Frente de Libertação Nacional – FLN.

¹⁴ Informações deste parágrafo foram retiradas do documentário: *Escuadrones de la Muerte: la escuela francesa*. Por Robin, Marie-Monique. Paris, 2003.

¹⁵ Ibid.

dispunham de excelentes fontes no interior da Operação Condor e monitoravam de perto o desenvolvimento.” (2005, p. 24). Para o autor, os EUA temeram que algo semelhante ao Vietnã ocorresse na América do Sul. Por isso, também, cedeu-se à passividade. O autor revelou a intervenção opositora dos Estados Unidos, a partir do assassinato de Orlando Letelier, ex-embaixador chileno, na cidade de Washington, em setembro de 1976, quando começa uma tentativa de frear a atuação de Augusto Pinochet contra aqueles que eram considerados “subversivos”¹⁶ Também nesta obra são relatados outros casos de assassinatos fora das fronteiras chilenas, os quais foram ganhando destaque nos noticiários estrangeiros e chamando a atenção para a violação dos direitos humanos e exigindo posicionamento da Organização das Nações Unidas – ONU e de potências imperialistas para auxiliar no combate a violência. Um caso é o dos 119 corpos de chilenos encontrados mortos na Argentina, em 1975 (Ibid., p. 345).

A resposta do Chile para a ONU foi a dissolução da DINA e a criação de outro organismo, a Central Nacional de Informaciones - CNI, como explica o Informe

En la nueva Central Nacional de Informaciones se conservaron muchos hombres clave de la disuelta Dirección Nacional de Informaciones, en puestos de importancia, así como una fuerte influencia del grupo de ese nombre, supuestamente expulsado. La DINA había sido muy disciplinada. Esta disciplina, parece, se resintió en la Central Nacional de Informaciones, - influyendo asimismo, quizás, lo dicho anteriormente, y la indisciplina habría permitido operaciones “autónomas”, aparición de grupos satélites, etc., con su secuela de acciones incontrolables.¹⁷

Claro está que o fim da DINA, em 1977, não implicou grandes mudanças, ou seja, os mesmos mecanismos de intervenção foram mantidos sob outro nome. Inclusive, Huneus descreve a DINA como uma das grandes bases de poder de Pinochet, pois foi ela quem garantiu a coerção de dissidentes e opositores. Foi este organismo, tendo como representante o coronel Manuel Contreras, que “contribuyó a generar el clima de guerra que hizo necesario establecer una dictadura y no una dictablanda” (HUNEEUS, 2000, p. 161). A semelhança da CNI com seu antigo organismo é indiscutível, como cita o Informe:

¹⁶ DINGES, nesta obra, mostra como a Operação Condor funcionou, além de acrescentar a participação e omissão inicial dos Estados Unidos da América, no que se refere aos Golpes de Estado.

¹⁷ Consulta ao Informe de la Comisión Nacional de Verdad y Reconciliación. Tomo I, p. 45. Disponível em: http://www.ddhh.gov.cl/ddhh_rettig.html. Acesso em: 28 de agosto de 2016.

Tratábase de un organismo militar especializado, de carácter técnico y profesional, cuyas misiones eran reunir y procesar todas las informaciones a nivel nacional que el Supremo Gobierno requiriera para la formulación de políticas, planes y programas, la adopción de medidas necesarias de resguardo de la seguridad nacional, el normal desenvolvimiento de las actividades nacionales y la manutención de la institucionalidad establecida. No obstante ser una entidad integrante de la Defensa Nacional, la CNI se vinculó al Gobierno a través del Ministerio del Interior.¹⁸

Voltando ao debate da participação dos Estados Unidos da América no Golpe, outro autor que defende esta posição é Winn. Em todos os avanços de Salvador Allende como Presidente, também os norte-americanos estavam agindo, mas como uma espécie de vingança pela não indenização do governo chileno para as companhias de cobre norte-americanas pelas minas chilenas expropriadas. Esta decisão de Allende fez com que o país nortista assumisse uma postura de total oposição ao governo da UP, mas em contrapartida o Chile ganhou vizinhos admiradores que reproduziram tais métodos, como foi o caso do petróleo na Venezuela.¹⁹ O historiador Padrós também faz referência à participação dos EUA nas ditaduras do Cone Sul

Efetivamente, através de sua rede internacional de informação (embaixadas, consulados, secretarias, Pentágono) circularam muitas denúncias apresentadas por exilados, o que mostra que os EUA não ignoravam o que ocorria nem se omitiam; pelo contrário, foram sim coniventes e co-partícipes. Como corolário da sua vinculação com os regimes repressivos do Cone Sul, deve constar também seu papel na Operação Condor, através das articulações promovidas pela CIA [...]. (PADRÓS, 2007, p. 6)

¹⁸ Consulta ao Informe de la Comisión Nacional de Verdad y Reconciliación. Tomo I, p. 60, para a criação da CNI, Decreto Ley nº1. 878. Disponível em: http://www.ddhh.gov.cl/ddhh_rettig.html. Acesso em: 28 de agosto de 2016.

¹⁹ Ver WINN, Peter. A revolução chilena. São Paulo: UNESP, 2010. No capítulo 6: A batalha pelo Chile, o autor manifesta, a partir de 1971, a oposição clara dos Estados Unidos da América contra o governo de Allende. Começando na p. 133, com o embargo invisível, negando ao país empréstimos e créditos bancários. Já na p. 154, deste mesmo capítulo, está descrita a greve nacional de outubro de 1972, organizada pelos proprietários de caminhões, ganhando adesão de médicos, engenheiros, produtores, varejistas, entre outros setores da sociedade, no que foi chamado de *pliego de Chile*, tramado pela Central Intelligence Agency - CIA e pela oposição para derrubar o governo. Sobre o caso da Venezuela na década de 1970, o país nacionaliza sua indústria petrolífera e cria organismos de controle sobre sua exploração.

Ao estudar sobre as primeiras ações de Augusto Pinochet, fica claro o quanto a Ditadura Civil-Militar foi metódica, sendo identificadas fases e bases de poder por historiadores que analisaram o período. O início da Ditadura foi de caráter repressor, implantando o Terrorismo de Estado. O terror, nesta primeira fase, visou uma nova “educação”: preparar a população para que, através do medo, houvesse o respeito aos militares e, principalmente, que seus decretos fossem cumpridos. Moulian explica este procedimento

La etapa terrorista es aquella fase de una dictadura revolucionaria en la que el derecho, que define lo prohibido y lo permitido, y el saber que define el proyecto se imponen privilegiando los castigos. El orden se afirma sobre el terror. Este tiene la principal valencia en la combinación de recursos del poder. Para que ello ocurra, la capacidad del Estado de actuar sobre los cuerpos no puede estar limitada ni por el derecho ni por la moral, ella debe poseer flexibilidad, elasticidad absoluta. Pero, para que esa total plasticidad sea alcanzable, no basta disponer de toda la capacidad legal. (MOULIAN, 1997, p. 171)

Pode ser possível pensar na tortura como consequência para o bom funcionamento da Ditadura, sendo o terror uma necessidade para a concepção do poder total, um necessitando do outro, enquanto que os castigos eram executados por um organismo burocrático estatal. Padrós explica a prática de terrorismo de Estado, como meio de imobilizar a sociedade:

O Terrorismo de Estado (TDE) vinculado à dinâmica capitalista é um sistema de dominação e disciplinamento ao qual recorrem os setores economicamente dominantes, em determinadas conjunturas, quando fortemente questionados e ameaçados. A intensificação da ação das instituições coercitivas estatais e o crescimento do fluxo de informação produzido pelos serviços de inteligência – cada vez mais centralizado pelo centro decisório estatal – são concomitantes ao desequilíbrio na relação entre poderes e ao enfraquecimento dos meios de fiscalização e de informação da sociedade civil. (PADRÓS, 2007, p. 1)

Segundo seus agentes e apoiadores, a Ditadura Chilena “derrotou o mal”, começando, pela concepção da classe dominante, com uma limpeza moral em toda sua coletividade, já que não há mais divisão dos poderes, ou seja, ele se concentra nas mãos de apenas um grupo de sujeitos ou aparatos: Augusto Pinochet, as Forças Armadas e a classe dominante²⁰. Tudo isso tornava claro o poder absoluto, sem nenhum freio legal, porque possuía meios e tinha assegurada a impunidade. Desta forma, estava acima da lei.

Para a Ditadura, havia três maneiras de educar a população, segundo Moulian. Uma delas era a execução com exposição do corpo para a população. O poder mostrava que não importava a fama e a classe social do indivíduo – como aconteceu com *Víctor Jara*, cantor e compositor famoso, que foi torturado e morto, sendo que seus familiares puderam ver as mutilações e atrocidades cometidas. Outra forma foi o do desaparecimento dos corpos – que gerava incerteza na família em relação ao que realmente estava acontecendo, assim como temor em relação ao Estado, silêncio e respeito em relação ao seu poder. E, por último, a tortura e a reinserção do torturado na vida social. O “subversivo”, depois de torturado psicológica e fisicamente, era reinserido na sociedade, sendo sua dor um exemplo para que outras pessoas não repetissem práticas de oposição ao Governo. Em complemento, a prisão foi outra ferramenta para a “recuperação do indivíduo”, já que na cadeia ele iria repensar suas atitudes. Estas formas de terror não se intimidavam diante de nada e seus executores não se ocultavam, mas deixavam público os seus atos.²¹

Outras táticas para a intimidação da oposição foram atribuídas à prisão temporária no Estádio Nacional, até novembro do mesmo ano do Golpe. As Forças Armadas não tinham ideia de quantos presos políticos teriam em sua fase inicial, nem como classificar as ações destes considerados subversivos, logo, utilizar um estádio de futebol, na capital Santiago, para poder organizar suas estratégias de punição, foi a forma encontrada pela Ditadura para começar os atos de reorganização da sociedade a

²⁰ Por isso a utilização do termo Ditadura Civil-Militar, pois parcela da sociedade apoia e participa do Golpe, de cunho conservador e militarista.

²¹ *Ibid.*, p. 180 a 192. Para Moulian, esta primeira fase, chamada pelo teórico de fase do terror, sendo fundamental para inibir a sociedade chilena e evitar manifestações contrárias à Ditadura. Nesta mesma obra, o sociólogo chileno lança três bases para caracterizar a atuação de Pinochet e as Forças Armadas: o terror, para assim garantir o silêncio da população e até seu conformismo, como uma espécie de bloqueio da sociedade chilena; o saber, para que, através de uma teoria social, fosse implantado o neoliberalismo, a fim de que houvesse o reconhecimento do povo por melhoras econômicas, e o direito, através da centralização do poder nas mãos das Forças Armadas e na Junta de Governo. (p. 171 a 223)

partir da instauração do medo. A justificativa das ações era a de livrar o país do possível socialismo presente na política chilena até então. No dia seguinte ao Golpe, a Constituição foi suspensa, o Congresso Nacional foi dissolvido, sendo banidos todos os partidos de esquerda e suspensos os de centro e direita, além da proibição de quaisquer tipos de eleições e reuniões com mais de três pessoas sem autorização da polícia. Somou-se a isto as constantes intervenções nas universidades, sendo declarado Estado de Sítio e um rígido toque de recolher, tudo isso para combater qualquer um que quisesse subverter a ordem no país.²²

Outro mecanismo foi a *Caravana de la Muerte*, uma missão rápida e ágil no interior do país para resolver os casos de possíveis subversivos presos pela Ditadura ou que estavam se manifestando de forma contrária à ela. A Caravana aconteceu nos três primeiros meses posteriores aos 11 de setembro, sendo que o Informe de la Comisión Nacional de Verdad y Reconciliación não soube informar, ao certo, quantas pessoas foram executadas nesta missão.

Para finalizar este início de sucessos por parte das Forças Armadas para garantir a manutenção de Pinochet, faz-se necessário descrever as bases de poder em que o regime se fundamentou, presentes na obra de Carlos Huneeus. A principal base de poder se centrou na autoridade, obviamente das Forças Armadas, em especial a do Exército. Isso porque no Chile, a figura do comandante-chefe do Exército sempre demonstrou, historicamente, muito prestígio e grande autoridade no país. A segunda base de poder surgiu de forma gradual, pois não tinha apoio total da Junta de Gobierno, conforme Huneeus explica:

Pinochet siguió una estrategia gradualista para llegar a ser Presidente. Primero, inmediatamente, después del golpe, fue designado presidente de la Junta de Gobierno, en la calidad de primus inter pares, existiendo en ese tiempo una dirección de carácter colegiado. Con el Estatuto de la Junta de Gobierno de julio de 1974, se ampliaron sus atribuciones, señalándose que

²² Dados retirados do Consulta ao Informe de la Comisión Nacional de Verdad y Reconciliación. Tomo I, a partir da p. 35, onde foram informados os decretos iniciais do pós-Golpe. Disponível em: http://www.ddhh.gov.cl/ddhh_rettig.html. Acesso em: 04 de setembro de 2016. Estas informações também ajudam a compreender melhor o termo “subversivo”, utilizado com frequência no texto e sempre entre aspas, para evidenciar a perspectiva de um grupo específico da sociedade que não reconhecia outro tipo de comportamento, senão a aceitação e o entendimento de que todas as medidas tomadas por parte de Pinochet foram necessárias.

era “Jefe Supremo de la Nación”. [...] Recién en diciembre de 1974 recibí formalmente el título de Presidente de la República con autonomía de la Junta de Gobierno, adquiriendo una autoridad superior a ésta. (HUNEEUS, 2000, p. 144)

Desta forma, ele governou com a ajuda de uma assessoria política composta por militares de alta graduação, fortalecendo sua autoridade. Outra base de poder foi o apoio dos grupos de direita no país. Segundo Huneus (2000), estes grupos continuaram apoiando Pinochet até mesmo quando ocorreu a sua prisão em Londres, em 1998. Para o historiador, a última base de poder foi a mais irracional. Esta base de poder estava estreitamente ligada às atividades da DINA, pois competia a ela acabar com qualquer tipo de manifestação contrária à Ditadura. Este organismo não tinha somente a função de eliminar a oposição, mas também exercer atividades de controle para prevenir a criação de outros movimentos ou grupos que questionassem as ações das Forças Armadas. Desta forma, a Ditadura Civil-Militar se fortaleceu desde o seu início, durando 17 anos, tendo como característica principal o método, representando a organização em qualquer ação que fosse realizada, e a forte repressão a qualquer manifestação de oposição a Augusto Pinochet e às Forças Armadas.

1.1. SOBRE O PLENO DO PARTIDO COMUNISTA

O Pleno de Agosto de 1977, produzido pelo PC, com a intenção de rearticular a organização e entender o porquê do Golpe, trouxe várias indagações relevantes a fim de identificar as falhas, que foram discutidas neste texto, e que cabe questionar aqui. O primeiro ponto que o Pleno levanta é o espaço que partidos conservadores ganharam na mídia, como veremos a seguir:

El principal error de derecha fue nuestra debilidad en cuanto a tolerar y no impedir las actividades sediciosas del enemigo y el abuso que hacía de las libertades consagradas en la Constitución. En este aspecto prevalecieron en el Gobierno criterios reformistas y no revolucionarios. Los

contrarrevolucionarios usaban descaradamente la prensa, la radio y la televisión para preparar el derribamiento del Gobierno. (1978, p. 24)

Para o PC, ficou claro que houve excessos e abusos de todos os modos por parte da oposição. Também ficou evidente que, em virtude da democracia e da liberdade de expressão, muito foi relevado. Lógico que a UP não iria utilizar das mesmas “armas”, o que, para os comunistas, foi um grande erro. Além disso, Allende não tinha apoio suficiente da população, em 1973, nem tampouco de integrantes das Forças Armadas para organizar um contra-ataque midiático (1978, p. 25).

Com esta análise feita sobre o apoio das Forças Armadas, o Pleno lança outro problema: a política militar da UP e do governo. A ideia de transformação social no país deveria vir acompanhada de um diálogo aliado a todas as instituições e associações. Neste caso, seria de grande importância ter partidários nestas agrupações, principalmente nas Forças Armadas. No relato de 1977, o PC deixa claro que, mesmo que tivessem apoiadores, não foi realizado nenhum trabalho que unisse e ligasse este contingente com os ideais da UP, ou seja, o 11 de setembro “pegou desprevenidos” aqueles que eram a favor de Salvador Allende, mas que não conseguiram agir por falta de um plano. (1978, p. 29)

O Pleno reforça a ideia de despreparo diante de uma ação que exigiria agir rápido. Os militantes que faziam parte do PC eram especialistas em armas e estratégia militar, porém, conforme citação abaixo descrita, não houve preocupação em elaborar táticas para atuar diante do caos.

[...] es evidente que no nos habíamos preparado adecuadamente para la defensa del Gobierno Popular en cualquier terreno. No sólo teníamos el vacío histórico de la falta de una política militar, sino que el tratamiento del problema no lo enfocábamos desde el punto de vista de tarea de todo el Partido y por tanto de dominio de sus organismos y cuadros. [...] Por lo visto, el enemigo estaba enterrado de esto y ello influyó sin duda en la determinación de sus planes. Llegó a la conclusión de que el golpe debía ser fulminante, descargando todo el poder de fuego y de terror e impidiendo al mismo tiempo la acción de toda fuerza militar regular en defensa del Gobierno. (1978, p. 30)

Além disso, a falta de diálogo entre a UP e a DC foi um grande problema citado no Pleno de Agosto de 1977, pois, desta forma, se desenvolveu uma grande polarização de pontos de vista diferentes, afastando grupos sociais e os forçando cada vez mais a se posicionar, em virtude da DC ser a representação partidária de oposição mais expressiva.

Em todos os trechos do Pleno, o PC coloca-se dentro da culpabilidade diante dos fatos. Em alguns momentos demonstra arrependimento, utilizando expressões como “se tivéssemos...”, ou “talvez...”. Mas ao mesmo tempo reconhece que ter fugido do combate no dia 11 de setembro foi a melhor estratégia a ser utilizada, uma vez que “la mortandade habría sido varias veces mayor, habrían caído miles de militantes de nuestro Partido en un combate perdido de antemano” (1978, p. 32). Foi perdido, neste primeiro momento, porque, conforme é explicado no texto, o dia do Golpe foi uma apresentação do que seria o terror que estaria por vir em diante. Não era necessária toda a movimentação das Forças Armadas para a apropriação do Palacio La Moneda, mas assim foi feito. Desta forma, instaurou-se o medo na população, fazendo com que esta não se manifestasse.

O Pleno faz uma crítica ferrenha aos movimentos radicais de esquerda, porém cita o MIR como exemplo de falha em suas atuações nas fábricas e nas zonas rurais. Como já foi visto, houve desapropriação de terras e estatização de algumas empresas privadas, inclusive estrangeiras. O grande erro destes movimentos radicais, para o PC, e que teve grande peso para que parcela da população chilena se colocasse contra a UP, foi o extremismo do MIR que fez com que essas ações se concretizassem. Consoante ao Pleno,

Todos sabemos que el MIR y otros grupos y tendencias de ultraizquierda, aprovechándose del clima revolucionario y de la generalizada voluntad de cambios, del revolucionarismo pequeño burgués que surge en los movimientos revolucionarios, del espontaneísmo y de la presencia de un Gobierno que por su naturaleza no podía emplear métodos represivos contra los trabajadores, promovieron y lograron ocupar pequeñas y medianas empresas industriales y predios agrícolas que no pertenecían a los latifundistas. (1978, p. 35)

Obviamente que as críticas à UP também foram expressivas. Para o Pleno, a falta de organização de etapas para a implantação do socialismo nunca foi clara. Em alguns setores sociais que apoiavam esta transformação, não havia o discernimento claro se aquele era o momento de fazê-lo. A verdade, para o Pleno, era que cada organismo ou associação queria ser beneficiado com esta mudança, e enquanto isto estivesse acontecendo, haveria o apoio. (1978, p. 36)

O Pleno termina a descrição inicial de fracassos com uma frase pessimista: “No fuimos capaces, como Partido Comunista, de llevar la Revolución Chilena junto a nuestros aliados hasta el fin.” (1978, p. 38). A grande conclusão, com esta lista de insucessos é que, para o PC, quanto mais as derrotas e os desgastes eram percebidos por toda a sociedade, mais perdiam o poder já conquistado, abrindo espaço para que o diálogo de oposição a Salvador Allende ganhasse força.

1.3. SOBRE O PLENO DO PARTIDO SOCIALISTA

Em 1979, foi a vez de o Partido Socialista lançar, no mês de abril, o Tercer Pleno Clandestino. Através do estudo feito sobre este documento, foi possível ver um distanciamento quanto à escrita feita pelo PC. No Pleno produzido pelo PS, o aporte teórico é mais profundo com relação à doutrina marxista e os problemas que surgiram, no passado da História Mundial e que irão surgir, caso ela seja descartada. Desta maneira, há uma grande preocupação com a escravidão que o capitalismo produz (1979, p. 20), cuja única solução seria a implementação do socialismo. Segundo o PS

A pesar de los fundamentales avances de las fuerzas del progreso y el socialismo en el mundo, el capitalismo imperialista conserva aún un ámbito importante de expansión de sus fuerzas productivas y de perduración sobre la base de una acentuada explotación de las masas asalariadas del mundo subdesarrollado.(1979, p. 20)

O Pleno do PS trata o Golpe com a utilização do termo contrarrevolução, incluindo a burguesia como grupo que, não só apoia como participa da derrota da UP. Não existe possibilidade das Forças Armadas fazerem tudo sozinhas, segundo a passagem abaixo, sendo que uma parcela considerável da sociedade forneceu o sustentáculo para que tivesse êxito.

La contrarrevolución burguesa que derrocó al Gobierno Popular mediante la instrumentalización de las Fuerzas Armadas, no sólo es una respuesta a la magnitud de la amenaza representada por un movimiento popular en ascenso que estaba próximo a cambiar definitivamente en su favor la correlación de fuerzas sociales; también y básicamente, es el resultado del requerimiento objetivo fundamental que tiene la posibilidad de funcionamiento y consolidación del nuevo esquema de acumulación capitalista que impulsa la burguesía monopolista, estrecha e indisolublemente ligada al imperialismo. (1979, p. 30)

O PS não demonstra uma grande culpa em sua escrita. Muito pelo contrário, a ideia de quase alcançar a via socialista no Chile envaidece a organização, pois não há países na América do Sul que tiveram esta experiência. Através de sua análise, se fosse ampliada a relação espacial, poucos países no mundo conseguiram chegar de fato ao socialismo. Foram descritas as falhas do PS, porém foi destacado muito mais as críticas ao capitalismo, bem como os grupos que apoiaram o Governo da UP, conforme o trecho:

El Pleno resuelve expresar públicamente su alegría por el importante rol que la Iglesia Católica ha jugado en estos años de Dictadura, tanto en la activa solidaridad con los perseguidos o afectados por la política del régimen dictatorial, como por la sólida postura en favor de la democracia y de la soberanía popular que han manifestado por diversos medios. Es notorio el hecho de que sólo una minoría de los cristianos, incluyendo a miembros de la jerarquía católica y los obispos protestantes han adherido al gobierno criminal de Pinochet. (1979, p. 124 e 125)

Para encerrar o estudo feito sobre a escrita produzida pelo PS, em 1979, ele justificou o porquê de considerar a Ditadura chilena como fascista. O primeiro fator é o caráter de classe, com seu traço de dominação excludente da burguesia, privilegiando a poucos, em detrimento de muitos. Outro argumento atribuído foi a ideologia de segurança nacional, que se legitima não no povo, mas sim na “guerra interna”, com a intenção e necessidade de defender-se dos inimigos da pátria, e tudo o que ela representa.²³

Este trabalho deixa uma lacuna. Não foi possível ter acesso ao Pleno produzido pelo MIR, em agosto de 1984, adiando para trabalhos posteriores o seu estudo. Já o acesso e conhecimento dos plenos do PC e do PS possibilitam perceber certa distância entre as duas organizações. O PC analisa todos os passos dos partidos que apoiavam a UP antes e depois do Golpe ocorrer, sem retirar sua culpa. Já o PS demonstrou uma preocupação em valorizar as ações dos militantes e seus respectivos organismos para lutar contra a repressão. Escritas diferentes, com caminhos e trajetórias que os aproximam, conforme os testemunhos relataram.

1.4. O PASSADO RECENTE NO CHILE E OS DIREITOS HUMANOS

A História dos direitos civis se confunde com a própria História. Os indivíduos podem negar sua tão antiga existência, até porque ela tira o sujeito de sua zona de conforto. Mas ela sempre esteve presente, caminhou ao lado das comunidades mais primitivas e até as ditas mais avançadas e superiores que outras. As discussões que giram em torno deste tema são polêmicas, com vários dizeres. Um exemplo é do que “os direitos humanos só beneficiam os bandidos”, entre outras. Esta e outras expressões são utilizadas em Estados que geralmente não conseguem retornar o valor pago em impostos em benefício para a população. Assim, esta fica insatisfeita e se irrita quando percebe algum tipo de proteção a um grupo que ela julga ser desmerecedor. Esta discussão é longa e profunda, principalmente em países com grandes taxas de desigualdade social. O que se pode afirmar é que é um tema revolucionário, surgido de uma Revolução. No caso da América do Sul, ele deveria estar presente desde a

²³ Ibid., p. 35 e 36. Tradução e interpretação da autora.

colonização europeia, para colocar cada cultura em seu devido lugar, até porque um de seus pressupostos é a liberdade. A História revelou que não foi o que aconteceu, pois séculos se passaram e a discussão ainda é polêmica, não restituindo aqueles que foram prejudicados em prol de outras culturas. Mas se afunilarmos o espaço e o tempo, para países do Cone Sul, no período da década de 1960 em diante, seu nome foi e tem sido muito utilizado.

A História dos direitos naturais, termo que foi substituído pelos direitos humanos, teve a intenção de colocar o sujeito numa condição de igual. Esta narrativa começou com o registro de Ciro o Grande, ao conquistar a Babilônia, no século 539 a.C.. Com certeza foi algo revolucionário, pois colocou todos os indivíduos com os mesmos direitos e mesmos deveres. Conforme o contar da história das civilizações e suas constantes transformações avançam, vão surgindo exemplos das ditas leis naturais. Mas como esta dissertação trata de um passado recente, ela também sugere a mais recente tentativa de colocar todos os seres humanos em sentido de igualdade: quando o mundo acabou de vivenciar as duas grandes guerras do século XX.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos²⁴ ganha real sentido e validade no pós-Segunda Guerra Mundial, em 1948. A intenção era simples: que algo parecido não acontecesse novamente na História Mundial. Esta expressão, “que algo semelhante não aconteça mais”, será vista ao longo deste trabalho, chegando à conclusão de que não basta ela estar presente nas Constituições Democráticas e, pronto, está resolvido o problema. As ações para as garantias destes direitos são muito mais relevantes do que um conjunto de leis. Evidentemente que o Estado tem sua fundamental incumbência de fazer com que a Constituição prevaleça. Assim define Petry que

[...] há consenso de que a liberdade individual necessita de garantias legais e institucionais para se concretizar, donde flui a aceção de que o Estado é o poder supremo que pode delimitar juridicamente a liberdade individual, condicionada às liberdades coletivas e os espaços de atuação individual. Assim, caberia ao Estado estabelecer regras para as ações individuais e coletivas. Em decorrência, a legitimidade do Estado constitui-se quando está

²⁴ Em anexo se apresenta a Declaração Universal dos Direitos Humanos, com seus 30 artigos.

a serviço das garantias individuais e coletivas, consignadas na Constituição (Carta Magna). (PETRY, 2008, p. 2)²⁵

Mesmo o Estado tendo o compromisso de atuar em prol dos direitos humanos, não se deve deixar para ele uma tarefa que a sociedade civil também consegue resolver, em conjunto, através de exemplos e ações que retornem em resultados para o coletivo. E, assim, tem sido no país que é objeto de estudo desta dissertação. As comissões deixam claro que a caminhada ainda é longa para se resolver as violações no período ditatorial, porém também são claras as ações constantes que evidenciam que estes informes não encerrarão suas atividades, sendo que o Museu está muito longe de parar de realizar, na prática, o que a Declaração Universal dos Direitos Humanos propõe.

Em 1990, primeiro ano de retorno à democracia com participação popular nas eleições presidenciais, surgiu a intenção de esclarecer e identificar atos de violações de direitos humanos no Chile. O então Presidente da República, Patricio Aylwin, criou a Comisión de Verdad y Reconciliación, com a intenção de informar à sociedade chilena sobre o que ocorreu no período de 1973 a 1990, e estes informes foram divididos em três partes. A falta de documentação e de testemunhas que qualquer investigação sobre verdade e justiça que se inicia de forma concomitante ao fim de períodos de repressão podem enfrentar, faz com que a sua conclusão esteja distante. Criada sob o Decreto n.º 355, de 25 de abril de 1990, a Comissão teve um prazo de seis meses para atuar, prorrogado por mais três meses, sendo formada por oito membros.²⁶

Em 1992, foi criada uma corporação para começar o trabalho de amparo e reparação dos crimes cometidos, com o nome de Corporación Nacional de Reparación y Reconciliación. Assim, foram estipulados prazos, bem como o pagamento de pensões e bolsas de estudos para as vítimas ou seus familiares. Esta corporação também teve a tarefa de qualificar as pendências deixadas no Informe, publicado em 1991.²⁷ Neste mesmo Informe estudado, existe um resumo sobre a mesa de diálogos, a qual ocorreu

²⁵ Citação retirada do sítio eletrônico http://www.projeto.unisinos.br/humanismo/al/dem_dirhum.pdf, Acesso em: 06 de janeiro de 2017.

²⁶ Dados retirados do Consulta ao Informe de la Comisión Nacional de Verdad y Reconciliación. Tomo I, a partir da p. 18, onde está descrito o Decreto n.º 355, bem como o nome dos oito membros da Comisión. Disponível em: http://www.ddhh.gov.cl/ddhh_rettig.html. Acesso em: 12 de dezembro de 2016.

²⁷ Informações retiradas do Informe de la Comisión Presidencial Asesora para la Calificación de Detenidos Desaparecidos, Ejecutados Políticos y Víctimas de Prisión Política y Tortura, p. 3, publicado em 2001. Disponível em: <http://www.indh.cl/wp-content/uploads/2011/10/Informe2011.pdf>. Acesso em 06 de janeiro de 2017.

em 1999. O resultado foi um acordo de comprometimento das Forças Armadas para desvendar o maior número possível de casos de desaparecidos no período de repressão.²⁸ Ao pensar sobre a data de publicação, houve outras duas produções, a fim de atualizar os dados sobre o número de pessoas envolvidas na Ditadura. O último informe, entregue ao então Presidente da República em exercício no período, Sebastián Piñera, em 2011, aumentou consideravelmente o número de vítimas da Ditadura. Segundo dados retirados do Museo de la Memoria y los Derechos Humanos²⁹, que faz um balanço sobre o Informe publicado em 1991, e o atual, publicado em 2011, o número atual é de 41.470 vítimas, divididas entre 38.254 vítimas de prisões políticas e tortura, e 3.215 executados ou detidos desaparecidos.

Desta forma, a atuação em prol dos direitos humanos no Chile se manifesta pela constante pesquisa que se realiza e que parece nunca se esgotar, com a preocupação de lançar para a comunidade informações que atualizem dados sobre o período analisado. Também se faz necessário a manifestação concreta que um museu voltado para o tema de direitos humanos pesa sobre a sociedade. A conquista de um espaço físico, que se concretizou em 2010³⁰, deu sequência aos avanços acadêmicos sobre testemunhos da Ditadura. Este local, no presente momento, faz com que a coletividade se envolva e se intere do progresso investigativo. O Museo de la Memoria y los Derechos Humanos conta com um amplo arquivo documental para que pesquisas possam ser constantemente realizadas, mas também projetos educacionais que envolvam o ensino básico, lugar em que se deposita no futuro a garantia de que não ocorra algo semelhante ao período estudado.

São realizados projetos anuais de pesquisa envolvendo a comunidade acadêmica, bem como concursos³¹ e as exposições artísticas de diferentes formas, evidenciando a característica principal do espaço: a necessidade de aproximação com a sociedade. Caso o conhecimento seja restrito a pequenos grupos, a luta por esclarecimento dos fatos

²⁸ Ibid. p. 4.

²⁹ A pesquisa está vinculada ao Museo de la Memoria y los Derechos Humanos, em virtude do projeto desta dissertação ganhar o Prêmio Tesis 2016, realizado pelo Museo, localizado na capital chilena, Santiago. Todo o acervo está disponível para pesquisa, assim como os funcionários da Instituição também colaboram para a investigação. Neste caso, a historiadora e funcionária do Museo, Claudia Videla Sotomayor, contribuiu para as cifras informadas. Assim como também informou que, das vítimas de prisões políticas, 94% sofreram tortura.

³⁰ Informações retiradas do sítio eletrônico <http://www.museodelamemoria.cl/sobre-el-museo/>. Acesso em: 20 de dezembro de 2016.

³¹ Esta dissertação foi vencedora do Concurso Tesis 2016, realizado pelo Museo de la Memoria y los derechos Humanos. Disponível em: <http://www.museodelamemoria.cl/Informate/ganadores-del-concurso-de-tesis-2016/>

perde sentido, sem contar com a margem de real probabilidade de situações parecidas voltarem a acontecer.

Por outro lado, não se pode negar a característica social de “memória curta” dos povos. Este traço não pertence a um país específico, mas sim é uma constante que habita o cotidiano das decisões políticas e econômicas do cenário atual. Assim, a preocupação com o *nunca más* torna-se vaga quando não há um trabalho permanente e coletivo para evidenciar a real atenção às ações do passado e seus reflexos no presente e futuro.

O que não pode ficar de fora da discussão sobre direitos humanos é o tema da memória e o quanto ela está ligada às suas garantias. Quando os testemunhos relatam seu passado não mais para punir ou culpabilizar, quando este assunto já está encerrado, a memória surge como uma espécie de terapia para superar o passado e “virar a página”. O exercício de lembrar para esquecer-se depois foi e está sendo fundamental, em períodos de repressão, geralmente quando a ideia é a de encerrar uma missão que lhe é dada, especialmente diante de situações em que o sujeito torna-se um sobrevivente, de acordo com a menção:

A memória coletiva tem uma forte tendência a transformar os fatos do passado em imagens e ideias sem rupturas. Ou seja, tende a estabelecer uma continuidade entre o que é passado e o que é presente, restabelecendo, portanto, a unidade primitiva de tudo aquilo que, no processo histórico do grupo, representou quebra ou ruptura. Desta forma, a memória coletiva apresenta-se como a solução do passado, no atual; apresenta-se como recomposição quase mágica ou terapêutica, como algo que cura as feridas do passado. (SCHIMIDT; MAHFOUD, 1993, p. 293)

Presume-se que, enquanto os governos dos países que presenciaram este tipo de experiência não colocarem os seus testemunhos “para falar”, a página não vira. Ainda que as Comissões de Verdade façam um trabalho minucioso, sem deixar lacunas, expondo, punindo e indenizando, ainda assim, a tarefa não está cumprida. O ideal seria o de tornar o testemunho, o relato da trajetória uma tradição. E esta tradição deve estar ao alcance de quem quiser ouvir ou ler. Neste caso, os testemunhos devem ser de ambos os lados, não apenas das vítimas e dos sobreviventes. A voz do vencedor e do perdedor,

do torturador e do torturado, do perseguidor e do perseguido, deve estar disponível para que se entenda o porquê de uma sociedade chegar a este ponto em um período do passado e, através destes relatos, surgir a intenção e o cuidado para que estas situações não se repitam.

2. HISTÓRIA E MEMÓRIA EM FACE DO TESTEMUNHO DE UM CLANDESTINO

História e memória se mesclam, muitas vezes, apropriando-se de apenas um sentido: o passado contado por aqueles que ali estavam e que fizeram parte do contexto. Mas o conceito de memória é muito amplo, podendo encontrar referências como lembrança, faculdade pela qual o espírito conserva ideias ou imagens, ou as readquire sem grande esforço; autobiografia; recordação; presente³²; entre outros.

Quando o assunto é a História enquanto disciplina, “[...] a memória é a propriedade de conservar certas informações, propriedade que se refere a um conjunto de funções psíquicas que permite ao indivíduo atualizar informações passadas, ou reinterpretadas como passadas.” (SILVA; SILVA, 2009, p. 275). Desta forma, está atrelada à História do tempo presente, esta que jornalistas e outros profissionais midiáticos se apropriam sem grande esforço.

Dito isto, há uma grande questão que nos envolve: é apropriado deixar ou não apenas para estes profissionais a tarefa de contar histórias recentes? Para nós, historiadores, seria necessário nos afastar e manter uma distância temporal que é implacável, pois talvez não estejamos preparados para lidar com as emoções que tais memórias acarretam? Sendo assim, com a possibilidade de nos deixar levar por elas, os fatos registrados para as gerações futuras não seriam imparciais?

Esta tarefa, descrita nos parágrafos acima, pode ser resolvida de maneira compreensível, sem ser banalizada. A resposta para todo este questionamento é não, não se pode deixar apenas para outros profissionais a incumbência que cabe aos historiadores, uma vez que a teoria e a metodologia estão disponíveis para dar conta de resolver boa parte das indagações. No entanto, se ela deixar brechas pelo caminho, terão que surgir outras que expliquem e que definam muito bem esta relação da História com a memória, na qual ambas podem andar juntas em períodos recentes, mas não podem se confundir como sinônimos. Como foi definido o conceito de memória, faz-se recorrente a necessidade do significado da palavra História. Também de uma forma simples, ela nos remete ao processo histórico de um grupo de indivíduos e as transformações que

³² Consulta ao **Dicionário Aurélio** on line. Disponível em: <https://dicionariodoaurelio.com/memoria>. Acesso em: 01 de junho de 2016.

surgem através de suas ações, ao longo do tempo. Assim, se não existem sujeitos, não existe a trajetória. A partir desta afirmação, pode-se alinhar e reforçar um pouco mais o vínculo do sujeito e suas memórias, através da História. Mas, deve-se ter clara a instrumentalização que a História faz do uso da memória, através de testemunhos que relatam suas vivências: o que viram, o que sentiram e o que fizeram. Também caberá àquelas gerações futuras, ao ler esta narrativa, com base em relatos testemunhais, a análise de perguntar quem escreveu, em que período escreveu e por que escreveu.

A proposta deste capítulo é a de encarar o testemunho dentro da perspectiva teórica sobre memória. Ou seja, compreender em que fundamentos a teoria se baseia sobre os relatos de Max Marambio, um testemunho que escreve, em 2009, sua experiência como clandestino e ex-integrante do MIR. E de forma secundária e consultiva, o trabalho de Dissertação de Mestrado de Tamara Vidaurrazaga, filha de ex-militante do MIR.

2.1. JOGOS POLÍTICOS DA MEMÓRIA. POSSÍVEIS DIÁLOGOS ENTRE TEORIA E TESTEMUNHO

As ditaduras e as violações dos direitos humanos, em diversos países da América do Sul, ao longo dos anos de 1960, 1970 e 1980, produziram uma grande amnésia, ignorando parte do passado doloroso durante os processos ditatoriais. No Chile, a partir das ações pós-Golpe Civil-Militar de 11 de setembro de 1973, o esquecimento pairou sobre os cidadãos durante este processo que vivenciaram ao longo de quase duas décadas.

Em 1978, com a aprovação da Lei de Anistia, o Ditador chileno pretendeu absolvição dos crimes praticados na repressão aos integrantes do governo de Salvador Allende e a todos que resistiram à Ditadura de Segurança Nacional após 1973. Já com a virada do século XX para o XXI, houve uma grande explosão de memórias sobre o período ditatorial.

Este passado trágico, no entanto, permaneceu na memória do povo chileno, alimentando temores, dores e debates, sendo vistos como mazelas no núcleo da maioria da sociedade civil, que se dividia e se enfrentava constantemente. Tomás Moulian, cientista político e sociólogo chileno, afirma, em uma de suas obras, que a memória seleciona alguns fatos, esquecendo outros, para poder funcionar. Acrescenta que “deve-

se esquecer (para recordar), não tudo nem de qualquer maneira.”³³ (2000, p. 23), referindo-se ao caráter testemunhal da Ditadura Chilena. Sobre esta reflexão, o teórico entende que, em prol de um objetivo comum, há a criação de um sentimento de se reconhecer em uma formação sócio-histórica que sofreu em seu passado recente, no caso a violação dos direitos humanos, envolvendo a todos neste processo.

De um lado, existia o centro do poder nas Forças Armadas, defendendo um projeto de reorganização neoliberal da nação; no outro extremo, os militantes de esquerda, vivendo à margem da sociedade, lutando e conspirando contra a opressão e repressão que a Ditadura instaurou. Entre estes últimos, está Max Marambio que, por meio de sua sobrevivência e memórias, possibilita um testemunho de fundamental importância para a compreensão sobre o que se passou no Chile e que não foi registrado nos documentos militares e governamentais. Testemunhos como de Marambio possibilitam um outro olhar sobre a História Chilena.

Em *Las armas de ayer*, através do relato de Marambio, é abordado o período do pós-Golpe numa perspectiva política, já que ele fez parte da escolta do presidente Allende, tendo vivido, logo após 11 de setembro de 1973, como clandestino na Embaixada de Cuba, em Santiago. Durante os dez meses iniciais da Ditadura, escondeu-se em um depósito de armas cubano, entregando-as depois ao MIR. Ele conseguiu o salvo-conduto para sair do país, mas retornou ao Chile anos depois, durante a redemocratização, passando a viver na capital chilena até os dias atuais. Sobre este período, deixou o seguinte registro de reflexão:

Esas armas quedaban allí por pura casualidad; simplemente no pudieron llevárselas. Yo había corrido la misma suerte, por lo que ese hecho fortuito vinculó mi destino al de ellas, ahora eran mis únicas compañeras en aquella casa de fantasmas.[...] Entregar aquellas armas constituía una reivindicación moral que yo mismo me debía. (MARAMBIO, 2009, p, 143)

Assim, é possível relacionar a fala de Huyssen, insistindo na ideia da cultura da memória como um conveniente produto da indústria do modo de produção capitalista. Torna-se difícil quebrar este pensamento quando se reconhece que algumas identidades são construídas e elevadas pelo detrimento e esquecimento de outras tão significativas quanto. Não é necessário entrar na discussão de qual fato foi mais doloroso ou qual período foi mais traumático. Todavia, o que a História tem demonstrado é que há uma

³³ Tradução da autora.

mobilização muito forte para que algumas lembranças sejam ressaltadas, memoradas, de forma coletiva, como se o que for narrado dentro destes parâmetros não tenha a necessidade de uma investigação mais profunda, pois “já passou no teste”. Huysen afirma que este pensamento é fácil de ser instaurado, bastando ser comparado ao Holocausto. A passagem abaixo ilustra um pouco mais do que foi dito:

O trauma do outro deve ser suplantado, na hierarquia do sofrimento, pelo sacrifício e o sofrimento do próprio sujeito. Por razões históricas específicas, o Holocausto ocupa um lugar central nessas estratégias de suplantação. A comparação com ele pode legitimar e elevar o sofrimento do indivíduo na hierarquia da vitimação, ou pode ser usada para minimizar um conjunto de lembranças traumáticas e, com isso, causar ressentimento. (HUYSEN, 2014, p. 181)

Mesmo com este pensamento, a memória deve ser compreendida, como importante ferramenta para estudar passados recentes. Inclusive Huysen em sua obra demonstra o que seria a solução para o problema, “o ponto de partida é outro. [...] A memória, portanto, nunca é neutra. Tal como a historiografia, por mais objetiva que pretenda ser, toda lembrança está sujeita a interesses e usos funcionais específicos.” (Ibid., p. 181). Ou seja, devem-se usar os mesmos mecanismos iniciais ao estudar uma obra, questionando: quem escreve, quando escreve, qual a formação, qual a trajetória, entre outras perguntas iniciais. O uso destas memórias para entender as ditaduras do Cone Sul são relevantes e fundamentais, já que muito se perdeu e se eliminou da documentação oficial, como também existe ainda uma legislação que caracteriza alguns documentos como sigilosos, com prazos longos a serem cumpridos no sigilo.

A memória, enquanto objeto da História encarada como disciplina, também tem a função de garantir a prevalência dos direitos humanos ligados ao Estado e seus atributos, pois se não há lembrança, não há identificação do trauma e, por isso, não há violação no direito garantido ao ser humano. Esta ideia de política da memória tem a tarefa, segundo Huysen (Ibid., p. 195 e 196), de dar nomes e fazer com que o Estado assuma responsabilidades que lhe confere.

Caso os direitos humanos não tenham em sua base a memória e o relato personificado no testemunho, poderão perder embasamento histórico, já que não havendo a presença do indivíduo e de suas ações nos avanços do tempo, não há motivo para a reflexão, muito menos a garantia da igualdade que os direitos humanos preveem,

pois não existiu seu descumprimento. Quando Marambio, em seu testemunho relata as perdas em função das derrotas dos aliados de Allende, ele relata também a violação do direito de ser humano. Um exemplo disso está no suicídio de uma das filhas do Presidente, Beatriz, seu braço direito durante a presidência que, segundo Marambio, aceita sair do *Palacio La Moneda* quando este é atacado, sabendo em seguida da morte de seu pai. Marambio descreve “[...] Beatriz, su colaboradora más cercana, jamás pudo recuperarse de ese momento, el que después también le impidió continuar viviendo”(MARAMBIO, 2009, p. 157).

A análise que Huysen propõe torna-se fundamental para que não se deixe de lado os relatos do passado recente, a respeito de fatos que a formação social sofreu. Estas narrativas devem perpassar o campo das Ciências Humanas, da atuação política de governos contemporâneos, de modo que a ciência, o Estado e a sociedade não excluam as suas lembranças.

No Chile, a criação do *Museo de la Memoria y los Derechos Humanos*, inaugurado no início de 2010, deixa clara a função de sua origem, de que *no hay mañana sin ayer*³⁴. Com esta iniciativa, pode ser reconhecida a intenção política por parte de grupos que não querem o esquecimento, mas também a pressão para que sejam produzidos mais relatos daqueles que viveram o período e que têm o que contar e contribuir para a História, mesmo que tais lembranças acabem sendo enquadradas. A missão do museu vai além de políticas de memória, pois aproxima a sociedade aos avanços e resultados de pesquisas, destitui o conhecimento acessível apenas a quem faz parte da Academia, e assim disponibiliza-o para toda a comunidade. No caso chileno, o *Museo de la Memoria y los Derechos Humanos* é fundamental para que a sociedade saiba o que está sendo produzido para essa e para as próximas gerações.

Neste período, diversos indivíduos que, nos dias atuais, transformaram suas experiências em memórias, foram julgados e condenados como “subversivos” na época, mas se consideravam vítimas de uma injustiça e começaram a transformar sua dor e seu trauma em questionamentos. Eles resistiam ao “terror político-militar”, o terrorismo de Estado, e se encontraram no compromisso de transformar o sistema em que o Chile estava inserido. Em consonância com este setor da sociedade chilena que deixava de ter voz e memória, houve, no início do século XXI, uma intensa publicação de relatos daqueles que não constam na oficialidade, mas que também foram protagonistas deste processo histórico, porém de lados opostos.

³⁴ Dados do Museu retirados do site <http://www.museodelamemoria.cl>. Acesso em: 25 de maio de 2016.

O início deste século é marcado pelo que Jay Winter chama de *boom da memória*, dentro do contexto latino-americano. Sendo esta uma ferramenta da geração atual, torna-se possível elencar alguns objetivos claros da intencionalidade da escrita narrativa:

- 1- Para se conservar o passado recente na voz do testemunho, pois agrega valor e “reforça a política de identidade, em particular a continuidade da luta” (2006, p. 74).
- 2- Dar nome aos responsáveis dos crimes da Ditadura, com base na Lei de Anistia e;
- 3- neste contexto, estimular a produção de obras (relatos organizados na forma escrita ou depoimento oral gravado) da memória dos sobreviventes do terror, enquanto sujeitos que vivenciaram as arbitrariedades da Ditadura.

Nestes casos, existe a questão da emoção em que os narradores memorialistas expressam em suas obras. No caso de violação dos direitos humanos, as descrições podem ser contraditórias, pois a carga emocional é forte e isto pode ocasionar confusão nas informações. Nestes casos, quando as feridas ainda estão abertas, o historiador deve ser o mais fiel e claro em sua escrita, reforçando novamente a importância de se descrever qual era a função do sujeito no fato analisado, as intenções do relato, o grau de envolvimento, entre outros. Além disso, Gagnebin³⁵ ressalta que, ao fazer uso da memória tradicional, carregada de emoção, também pode ser necessária a ajuda da Filosofia e da Psicologia para uma melhor assimilação da escrita.

Sobre isto, corre-se o risco da emoção falar mais alto, deixando de lado algumas informações em prol de outras que, neste caso a testemunha, possa julgar pertinente. O cuidado com a impessoalidade e a distância da narrativa é fundamental para o historiador, assim os questionamentos centram-se no âmbito de interesse da pesquisa. Quando se trabalha com memórias, o limite da verdade e da ficção se mistura, é possível que o testemunho não só informe como também performe. E as fontes documentais não dão conta de comprovar aquilo que está sendo narrado, mas, segundo Winter, ainda sim o testemunho é válido, pois

A voz do testemunho ainda representa um sentido generalizado da opressão. Aqui a política da identidade, enquanto um conjunto de narrativas, é uma contra-história que desafia a falsa generalização da história, que exclui e é

³⁵ Ver GAGNEBIN, Jeanne Marie. Verdade e memória do passado. Memória, história, testemunho; O que significa elaborar o passado? O rastro e a cicatriz: metáforas da memória. In: **Lembrar esquecer**. São Paulo: Editora 34, 2006.

realizada por aqueles presos a um sentido eurocêntrico e imperialista de que constitui o passado. (WINTER, 2006, p. 72)

O período que as memórias chilenas remetem é relativo a uma época em que a militância política de oposição – os chamados “subversivos” – não apenas está derrotada, mas também está caindo no esquecimento forçado. Este enfraquecimento gradual e constante se reforça nos diferentes caminhos que os militantes vão seguindo, em que o diálogo já não existe. O preparo, que deveria ter ocorrido antes de 11 de setembro de 1973, não aconteceu e para Marambio já é tarde para recomeçar. Esta perda é retratada na despedida de Miguel Enriquez³⁶ e Max Marambio, quando este percebe e aceita sua derrota como militante chileno

- Creo que hice lo que tenía que hacer – le dije -. Ahora ustedes podrán tomar sus propias decisiones, yo tomé la mía y me aparto de la lucha chilena. Para explicártelo tendríamos que analizar cosas que no nos van a dejar juntos, así que lo mejor es separarnos como amigos. Miguel no me reprochó nada ni trató de convencerme de lo contrario, simplemente me abrazó y nos separamos queriéndonos igual, pero por caminos diferentes. Conocí su muerte estando ya en Cuba. [...]subí a la habitación, donde lloré como nunca en mi vida lo había hecho. (MARAMBIO, 2009, p. 226)

Não há mais manifestações significativas contrárias ao regime ditatorial, assim afirma Moulían, “El MIR, que nunca participó de la Unidad Popular porque tenía otra postura estratégica, fue diezmada entre 1973 y 1980.” (1997, p. 255) A partir daí há um “silêncio” na sociedade chilena, muitas vezes interpretado como comodismo ou conformismo de parte da população em relação ao Golpe. Esta análise do silêncio diante de alguns momentos do período funciona como vácuos na narrativa que devem ser estudados a fundo.

Sabemos que existem diferentes faces em uma escrita, que Gagnebin chama de rastros da História³⁷. Eles devem ser identificados e estudados, para que o testemunho não corra o risco de se tornar uma literatura fantasiosa, sem compromisso com a verdade.

³⁶ Dirigente máximo do MIR, morto em outubro de 1974 pela Dirección de Inteligencia Nacional – DINA.

³⁷ Ver GAGNEBIN, Jeanne Marie. Verdade e memória do passado. Memória, história, testemunho; O que significa elaborar o passado? O rastro e a cicatriz: metáforas da memória. In: **Lembrar escrever esquecer**. São Paulo: Editora 34, 2006, p. 41 e 42.

Pensando no contexto anterior ao Golpe, existia o caminho para a revolução socialista através da representação de Allende no governo, e existiam também condições favoráveis para uma contrarrevolução por parte das classes dominantes, utilizando-se das Forças Armadas. Os militares e seus aliados escolheram o caminho da contrarrevolução e a conduziu na forma de terror, com utilização sistemática da tortura e da eliminação física dos quadros e apoiadores do Governo Allende. A UP, porém, não empurrou os contrarrevolucionários à crueldade. Havia uma ampla mobilização na América Latina, e no Chile em especial, em favor de uma sociedade mais igualitária, de caráter socialista. Esta possibilidade assustou e mobilizou as classes dominantes e as Forças Armadas que, apoiando-se uns aos outros, assumiram a chefatura do Estado, colocando no poder central a figura de Augusto Pinochet. O início da Ditadura foi de caráter contrarrevolucionário e altamente repressor.

Através das abordagens historiográficas de Moulian (1997), e de Huneeus (2000), torna-se possível identificar o processo inicial da Ditadura de Pinochet, a partir do Golpe de Estado, em 1973. Também é possível relacioná-lo à influência das massas para que entrassem em um processo de aceitação das suas ações, ignorando e desrespeitando a Constituição e os direitos humanos.

O testemunho dos protagonistas da História (clandestinos e presos) está entre as fontes possíveis de utilização por parte do pesquisador. Mesmo sabendo que são relatos de agentes da História, é possível utilizar estas narrativas como fontes ricas e inesgotáveis de conhecimento sobre o período estudado. Winn estabelece que

Los avances en las batallas por la memoria en el Cono Sur, en general paralelos a los éxitos políticos del progresismo o las izquierdas de la región, trajeron aparejadas nuevas problemáticas en relación con los estudios de la memoria y de la historia reciente. (2010, p. 327)

Ao analisar o testemunho de um militante da oposição chilena, a tortura quase sempre estará em evidência. Em cada caso, o terror provava sua onipotência, sua superioridade frente ao direito e a justiça. A tortura operava sobre o corpo, mas seu objetivo era atingir o espírito, para deixar uma recordação amarga, que faria com que os sobreviventes nunca mais se sentissem em condições de rebelar-se frente ao poder. A função primordial da tortura era a de quebrar e romper o equilíbrio ético e emocional do suposto subversivo – e utilizá-lo como exemplo para a sociedade. O medo de ser preso é demonstrado no capítulo *Solo en Armas*, em que Marambio está sozinho na Embaixada

cubana na primeira noite pós-Golpe. Toda sua preocupação e a “trincheira montada” por ele na torre mais alta faz acreditar que ele só sairá morto daquele lugar, pois para ele é melhor que ser levado vivo pelos militares. Este medo torna possível governar sem discutir, sem convencer, sem compartilhar a autoridade. O dispositivo do terror foi um elemento chave para a primeira fase da Ditadura, operando sobre a total insubordinação do direito, permitindo o ajuste das medidas repressivas às necessidades políticas, acontecendo sem que houvesse a separação de poderes. O direito na fase terrorista foi a total ausência de recursos e a anulação total de liberdades civis. Foi o monopólio do terrorismo de Estado.

A maioria dos perseguidos eram homens e mulheres jovens, comprometidos com movimentos de esquerda, engajados na luta pelo socialismo, tanto pela via pacífica quanto pela via armada. O embate com esses indivíduos pode ser considerado como uma guerra total, justificada como uma guerra contra o comunismo. Aqui, pode-se definir a oposição ao socialismo, já que se tem o exemplo estrutural de Cuba, onde o sistema se institucionalizou e as mudanças foram ativas na sociedade. O Golpe se justifica pelo receio de perder mais mercado de consumo global na América Latina, em que o capitalismo cresce de forma desenfreada e precisa de mercado consumidor para continuar expandindo-se. Esta luta se caracterizou, então, a uma guerra total, fora de qualquer parâmetro, podendo ser ignorado até mesmo os tratados das Convenções de Genebra e seus protocolos para banir atos extremos de violações dos direitos humanos.

Entender e conhecer os passos de como a Ditadura chilena tratou os seus adversários políticos e parcela significativa da sociedade, torna-se imprescindível. E, com este propósito, as narrativas testemunhais se revelam indicadores significativos da realidade social e política do país no passado recente, como também no momento em que elas são produzidas. Caso as produções memorialísticas não estejam relacionadas a um determinado grupo, sem suporte que as integre para que haja o reconhecimento, ela corre o risco de se fragmentar. Diante disso, para Candau³⁸ há um esgotamento irreversível da memória, pois são numerosas as produções e, ao mesmo tempo, tornam-se vagas quando não se reconhecem entre si. Se não, a memória perde a sua razão de ser, ocorrendo uma derrota da identidade, reflexo do individualismo cada vez mais acentuado. Mas, por outro lado, não se pode afirmar que a memória está perdendo força, apenas perde sua fundamentação quando não ocorre o diálogo social. Este diálogo social deve ser analisado no tempo presente, para que se identifiquem os jogos políticos

³⁸ Ver CANDAU, Joël. **Memória e identidade**. São Paulo: Contexto, 2014.

que giram em torno das intenções que podem estar maquiadas na escrita.

A outra obra é de Tamara Vidaurrazaga, *Mujeres en rojo y negro*. A autora é filha de militantes do MIR e nesta obra ela relata a história de três mulheres militantes: Soledad, Arinda e Cristina, sendo que uma delas, Soledad, é mãe da autora do livro. Estas mulheres viveram na clandestinidade, passaram por prisões e torturas e participaram de instruções para o combate assim como integraram células de militância. Suas vivências revelam como o MIR funcionou na Ditadura. Vidaurrazaga relata que

En 1967 el MIR ya planteaba su rechazo al camino pacífico hacia el socialismo y a la teoría de la revolución por etapas. Planteaban que éstos no eran caminos a través de los cuales el pueblo podía hacerse del poder para alcanzar el socialismo, que en cambio sólo podía alcanzarse por la vía armada. Este aspecto crucial de la ideología mirista atrajo a estas tres mujeres que buscaban un cambio enérgico en la sociedad.³⁹

Em função de serem duas obras recentes, a de Vidaurrazaga e de Marambio e– publicadas, respectivamente, em 2007 e 2009 –, num período em que a incerteza quanto ao que realmente acontecia nos “porões da Ditadura” já foi superada e esclarecida, mas não em sua totalidade, a História pode transitar nesta temática de maneira mais segura. Os relatos memorialísticos não têm mais o único compromisso primordial de incriminar a Ditadura por seus atos de tortura e agressão, passando a apontar para novas possibilidades de leitura. A respeito disso, Sarlo questiona

Mesmo nesses anos, quando já se exerceu até as últimas consequências a crítica da ideia de verdade, as narrações de memória parecem oferecer uma autenticidade da qual estamos acostumados a desconfiar radicalmente. No caso das memórias da repressão, a suspensão dessa desconfiança teve causas morais, jurídicas e políticas. O importante não era compreender o mundo das vítimas, mas conseguir a condenação dos culpados. (2007, p. 67)

Quem viveu neste período tem algo a contar, um relato a fazer, porém há certo medo que os impede de ir adiante e/ou de citar nomes. O compromisso dos memorialistas se relaciona com a punição dos criminosos, mas também de não deixar

³⁹ VIDAURRAZAGA, Tamara. **Mujeres en rojo y negro**, Memoria de tres mujeres miristas (1971 - 1990). Concepción: Ediciones Escapate, 2007, p. 24. Esta obra se originou da Dissertação de Mestrado em Filosofia, pela Universidad de Chile, por isso o caráter consultivo, pois nela já está realizada toda a indagação teórica.

que a Ditadura volte a ocorrer no Chile. Pensar a memória como formadora da identidade de uma geração pode revelar o papel desempenhado pelo Estado neste processo. O termo identidade neste momento aproxima-se com o de identidade social, citado por Manzi, quando um sujeito se assemelha ao outro, identifica-se de acordo com suas necessidades. (2007, p. 245)

Pollak⁴⁰ utiliza o termo “enquadramento” para explicar o que ele define como “esforço de lembrar”, quando há investimento para que estas memórias sejam referências de um grupo que viveu e que recorda os acontecimentos em certa sintonia, trazendo o caráter de identidade coletiva, ou nacional. Assim, sendo mais específico, o teórico lança esta ação como violência simbólica, pois os testemunhos se moldam, sem perceber. Na leitura de *Las armas de Ayer*, em função de fazer parte do Grupo de Amigos Personales de Allende - GAP, Marambio defende e valoriza as atitudes do Presidente em toda a sua obra, mesmo tornando-se evidente a omissão e falta de atitude por parte de Allende quanto às ameaças de Golpe por parte das Forças Armadas. Torna-se difícil entender como o testemunho aceita este posicionamento pacífico, já que Marambio participou de treinamentos de militância em Cuba e fez parte do MIR. A violência simbólica aparece de forma clara nesta parte do relato, em razão do quanto seria imprudente criticar a via pacífica ao socialismo, adotada por Salvador Allende. Pollak demonstra a necessidade de equilíbrio ao utilizar a memória em estudos de caso e o quanto pode ser tensa e contraditória uma pesquisa que remeta ao passado recente. Para o autor,

Esse reconhecimento do caráter potencialmente problemático de uma memória coletiva já anuncia a inversão de perspectiva que marca os trabalhos atuais sobre esse fenômeno. Numa perspectiva construtivista, não se trata mais de lidar com os fatos sociais como coisas, mas de analisar como os fatos se tornam coisas, como e por quem eles são solidificados e dotados de duração e estabilidade. (Ibid., p. 4)

A memória se relaciona com o tempo que ela acontece. E assim, tudo que gira ao redor do testemunho no presente o induz a contar de determinadas maneiras sua experiência. Por isso, a missão que a memória coletiva traz consigo, induz a uma ideia que o relato talvez sofra menos influência. Na verdade, quando se trata de lembranças,

⁴⁰ POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, v. 2, n. 3, 1989.

sempre estará presente a carga emocional. O indivíduo sozinho pode esquecer mais ou lembrar mais de tal fato de maneira intencional ou não. O coletivo tem seus objetivos a alcançar. Enfim, são fontes que a História terá que aprender a rastrear suas falhas e suas glórias. Mas o que se tem certeza é que as lembranças nunca são isoladas, conforme citação abaixo.

[...] a impossibilidade de uma memória exclusivamente ou estritamente individual, uma vez que as lembranças dos indivíduos são, sempre, construídas a partir de sua relação de pertença a um grupo. A memória individual pode ser entendida, então, como um ponto de convergência de diferentes influências sociais e como uma forma particular de articulação das mesmas. Analogamente, a memória coletiva, propriamente dita, é o trabalho que um determinado grupo social realiza, articulando e localizando as lembranças em quadros sociais comuns. (SCHIMIDT; MAHFOUD, 1993, p. 291)

Para uma investigação do período analisado, em um espaço delimitado como é o caso da capital do Chile, Santiago, não se pode deixar de utilizar como fonte norteadora do processo analítico a memória narrativa testemunhal. Este tipo de fonte permite a aproximação com uma experiência histórica que tende a se perder com as transformações socioculturais. O testemunho e a memória circulam, desde seu início, na maioria das casas e atinge a todas as classes sociais. Testemunho e memória transitam na vida de indivíduos politizados, mas também estão presentes na vida de pessoas que não estão interessadas ou não se envolvem na vida política do país. Mesmo que não tivessem conhecimento do que estava acontecendo, do que realmente era fato e não um exagero para amedrontar e aterrorizar no interior das comunidades, as pessoas, em um contexto geral, encontraram-se envolvidas com o Golpe.

Através da memória é possível analisar períodos recentes, sendo avaliados com a mesma destreza que um documento oficial. Segundo Sarlo “a memória é um bem comum, um dever [...], e uma necessidade jurídica, moral e política” (2007, p. 47). Claro está que em *feridas abertas* e, como tal, carregada de emoções. Por isso o pesquisador deve estar atento e conhecer profundamente a História. As obras de cunho memorialístico devem ser utilizadas como fontes bibliográficas, com o devido cuidado teórico-metodológico.

Assim, em obras de testemunho, é possível encontrar o *modus operandi* das forças de repressão de Augusto Pinochet. Com a análise da realidade política e social da

primeira etapa da Ditadura e o cotidiano de sujeitos comuns, até então desconhecidos da História, nos defrontamos com as formas abusivas com que a Ditadura Civil-Militar chilena se impôs e se tornou vencedora. Ademais, gradualmente se reconhece os mecanismos que a modernidade ocupa para que essas memórias sejam acessíveis a todos, ainda que, muitas vezes, acabam por tornar-se enquadradas, mas ainda sim, necessárias.

2.2. MEMÓRIA E VERDADE: CONTRIBUIÇÃO PARA A HISTÓRIA CHILENA

A reflexão sobre o papel da memória dentro da História do tempo presente tornou-se imprescindível. A quantidade de testemunhos que estão surgindo impulsiona a questão do porquê da análise recair sobre o Estado e o sujeito-testemunha que constrói narrativas memorialísticas do período das ditaduras no Cone Sul. A memória não aparece por acaso nesta discussão, pois ela está cada vez mais sendo utilizada como ferramenta de historiadores que tem a intenção de não a utilizar como única fonte, mas também que não se restrinjam somente aos documentos oficiais a respeito do período histórico indicado. Não que esteja sujeita a falsidade, mas ela precisa ser testada e verificada a todo passo, já que estamos neste momento lidando com emoções de pessoas que viveram, sofreram e que foram, na maioria das vezes, derrotadas nos campos político e militar. Estamos lidando com sentimentos de dor e ressentimento, de mágoas e de traumas, inclusive. Nestes casos, muitas vezes, algo é deixado de lado pelo testemunho, alguma lembrança que ele quer esquecer ou simplesmente não se recorda mais (situação, muitas vezes, que pode indicar trauma no sentido psicanalítico, isto é, que é motivo de dor, mas não aflora à consciência). E assim, evidencia o quanto o papel do historiador pode, ao menos, apontar estes momentos.

Como isolar o sujeito-testemunha das emoções das suas lembranças, exigindo que seja o mais racional possível? A racionalidade exige distanciamento do fato acontecido, tarefa que para o historiador torna-se menos complicada, mas não para aquele que vivenciou o momento.

Quando tratamos de ditaduras do Cone Sul, sabemos que ainda temos muito a aprender, a descobrir, sendo que, a cada dia, aparecem novos dados para voltarmos atrás

e repensarmos conceitos até então fechados. Neste contexto, a memória é peça fundamental para que se reflita sobre o vivenciado, a partir da década de 1960, em alguns países da América do Sul.

O Brasil é o primeiro a instaurar, através de um Golpe de Estado, a Ditadura Civil-Militar. Seus vizinhos o seguiram. Logo veio, em 1973, Uruguai e Chile, e Argentina, em 1976. No caso chileno, a Ditadura foi organizada, podendo aqui utilizar a expressão “metódica e objetiva”, com a função de acabar com a “onda socialista vinda de Cuba”. A intenção do Golpe é muito clara através de suas características, ou seja, em sua primeira fase o propósito foi o de governar sem uma Constituição, sem partidos políticos e sem a presença do Congresso Nacional, como melhor forma de eliminar o suposto subversivo e seu pensamento esquerdista e revolucionário. Esta tarefa vai se consolidando, logo após o Golpe de 1973, pois, segundo Pérez

Al anochecer del 11 de septiembre, la dirección del MIR constató que no había posibilidad de oponerse militarmente al golpe. Había comenzado a regir el toque de queda, la guerra que no había existido ya había finalizado y los militares controlaban totalmente el país. A esa hora Miguel ordenó el repliegue, se debía pasar a otra etapa, era necesario entrar en una cerrada clandestinidad.⁴¹

A Ditadura Civil-Militar enfrentou oposição vinda, principalmente, do MIR, grupo que, muito antes do Golpe, buscou inspiração na Revolução Cubana e na tática de guerrilha aplicada por eles para transformar o país em uma sociedade igualitária, sem deixar a ideia de um possível conflito armado de lado, caso fosse necessário. O Presidente representado pela UP, aliança criada às vésperas das eleições de 1970 tem a intenção clara de unir todos partidos de esquerda para Allende ganhar as eleições – como de fato aconteceu.

O MIR se diferenciou da UP em suas estratégias, ou seja, estava disposto a uma guerra civil para que o país alcançasse o socialismo e propunha a lealdade de todos que se filiassem ao movimento. Este movimento foi criado pela frustração da derrota de Salvador Allende por um partido conservador, a Democracia Cristiana em 1964, onde se

⁴¹ PEREZ, Cristián. **Historia del MIR**. "Si quieren guerra, guerra tendrán...". 2003. Elaborado por CEME (Centro de Estudios Miguel Enríquez). Disponível em: www.achivochile.com. Acesso em: 28 abril de 2016. p 19.

juntaram antigos membros da Federación Juvenil Socialista - FJS, la Vanguardia Revolucionaria Marxista - VRM, ex-militantes de la JC., além de alguns trotskistas da Izquierda Comunista – IC (Ibid., p. 12). Analisando o quadro que formava o MIR, a partir de 1965, torna-se fácil perceber o caráter das atividades que a organização propunha: a ideia era alcançar o socialismo, mas pela luta armada, diferente do caminho que Allende irá propor, em 1970. Os militantes deveriam aceitar as regras da organização e executar as tarefas com disciplina para que se chegasse a um organismo sólido.⁴² Segundo Marambio, está claro o caminho para a derrota que o MIR tomou para si, quando relata a contradição entre ser um partido político ou um movimento de oposição, este último tinha sua essência revolucionária e deveria assumir a clandestinidade para poder melhor atuar; mas traçava o caminho partidário com muita discussão e teoria, em função de suas estratégias

[...] estábamos construyendo a un gigante con pies de barro, mientras que la derecha concentraba una fuerza mucho menos etérea. Al involucrarse en el debate político cotidiano, el MIR perdió su carácter insurreccional, descuidó su preparación y sovacoó la autoridad del gobierno hasta devenir en polo opositor de izquierda. (2009, p. 114)

Devido a esse contexto histórico complexo, existe a necessidade e a obrigação de um conhecimento dos fatos acontecidos, para que não sejam relegados ao esquecimento e que os derrotados sejam ouvidos. Assim, as memórias relatadas por aqueles que fizeram parte dos grupos de oposição e foram alvo das arbitrariedades do Estado são essenciais para as pesquisas cujo enfoque são as ditaduras do Cone Sul. O Estado, aqui, também tem o papel condutor para a instauração de novos regimes políticos, pois, segundo Mendonça “o Estado é identificado a uma determinada agência burocrática, ou a figuras de proa da administração pública, decorrendo e ratificando uma coisificação do conceito.”⁴³ Análise esta que faz criar afirmativas óbvias, ou seja, o

⁴² Ibid., p.16. Neste trecho o autor cita um exemplo da total dependência dos integrantes com os dirigentes do MIR, inclusive na hora do voto. “Posteriormente se realiza una reunión entre Allende y Miguel Enríquez en la que se acuerda que el MIR suspenda las acciones armadas y disponga gente con preparación militar para la custodia del candidato. Poco antes de septiembre la dirección anuncia que los militantes quedan en libertad de votar por Salvador Allende”.

⁴³ MENDONÇA, Sonia Regina de. A pesquisa sobre Estado e poder: balanço historiográfico. In: SILVA, Carla Luciana; CALIL, Gilberto Grassi; KOLING, Paulo José. **Estado e Poder: questões teóricas e estudos históricos**. Cascavel: Edunioeste, 2011. Cap. 1, p. 13-3, especialmente a p. 14.

Estado é representado pelo próprio ditador, e nele estão configuradas a manutenção dos três poderes. Segundo Mendonça, ainda, é possível relacioná-lo ao Poder referindo-se a uma visão do Estado como engrenagem institucional que paira acima da sociedade (Ibid., p. 12). As ações repressivas e punitivas que serão sancionadas em prol da garantia de um modo de produção capitalista aos moldes norte-americanos podem ser justificadas dentro deste acordo que se estabelece entre governante e sociedade. No caso, a transferência de poderes acima do estabelecido constitucionalmente. Mas, se um governante assume por fora de uma eleição democrática e constitucional, por imposição e abuso de poder através da força, então se rompe o contrato, não havendo mais a presença de um Estado democrático, mas sim a atuação de um Poder autoritário. Poder este que a sociedade não consegue questionar e se silencia diante do terror que se institucionaliza através de ações de tortura, desaparecimentos e assassinatos. O acordo entre Estado e poder permanece estabelecido quando um governante assume tal cargo político e a ele são delegadas as funções de comandar e tomar decisões em nome de seus governados. Assim, para Ortiz, a função do Estado é a seguinte:

O Estado é o lugar privilegiado para a concretização da ação política. Só ele detém um conjunto de tecnologias e de meios necessários para uma atuação de grande envergadura: política industrial, monetária, agrícola, educacional, etc. Os partidos disputam entre si o acesso a esses meios, tê-los à sua disposição conferiria materialidade às suas propostas específicas. O Estado é, portanto, um lugar de poder. (2006, p. 94)

Nesta citação, evidencia-se a atuação que se espera de um governante em uma situação de poder. Não se pode esperar algo diferente e, no caso chileno, Augusto Pinochet ocupava a posição de general do exército nacional e defendia os ideais anticomunistas de parcela da população do país. Para as forças políticas conservadoras havia o medo de que uma revolução socialista estivesse a caminho. Em 1970, Salvador Allende, socialista declarado, fora eleito presidente em eleições democráticas e os setores sociais derrotados não se conformaram com sua vitória. O medo em relação ao avanço da esquerda, e com a implantação de medidas socialistas em especial, fez com que os crimes cometidos durante o Golpe e, conseqüentemente, com a implantação da Ditadura, fossem justificados. Existia um discurso moralista e este servia como razão para tais medidas autoritárias, como Maffesoli explica:

Poder econômico, poder político, poder simbólico, é esse o epílogo normal da filosofia da história e das filosofias morais. É sempre em nome do Bem, do Ideal, do Humano, da Classe e de outras entidades abstratas que são cometidas as maiores infâmias. Dentro do moralista há, sempre, um *ressentido* que dorme! (2010, p. 34)

Em busca da moralidade, pode-se chegar a abusos de poder jamais planejados. A intenção de “salvar a sociedade e ajudar a todos em nome do bem comum” é complementada pela ideia de que “algumas perdas deverão acontecer”. Nesse sentido, pode-se analisar os testemunhos daqueles que foram alvo dessa “ação moralizante” como uma explicação clara do que aconteceu nas sociedades do Cone Sul, a partir do avanço das forças conservadoras. Como o estabelecimento das ditaduras era acompanhado de severo controle da informação, a maioria da população não tinha conhecimento do que estava sendo feito com os chamados subversivos, considerados “imorais e prejudiciais à sociedade”.

As narrativas memorialísticas surgem, então, para que não se esqueçam das arbitrariedades e violências que ocorreram. Com tantas mudanças e a aceleração do tempo, quando tudo se consegue de forma rápida e funcional, há uma preocupação constante quanto à preservação da identidade, palavra que remete ao idêntico e a manter aquilo que somos e fomos⁴⁴, e nos reconhecer enquanto grupo, como coletivo e social. A partir disso, entende-se que a sociedade chilena como um todo sofreu com os abusos de poder e a tirania de Augusto Pinochet, nas décadas de 1970 e 1980. Mesmo aqueles que não se envolveram, ou que, principalmente, foram partidários à Ditadura, também sentiram o peso que o Terrorismo de Estado pode acarretar na História de um país.

Analisando a faixa etária das pessoas que nasceram no final dos anos de 1950 em diante, compreende-se que todas teriam o que contar a respeito do Golpe e pós-Golpe. A memória, neste sentido, está mesclada com sentimentos de horror, de medo, de fanatismo, de apego a ideologias tanto a favor quanto contra a Ditadura Civil-Militar. Por isso, a preocupação em se ter cautela para que não se percam estes relatos e também a importância de saber ouvir e relacioná-las com outras fontes históricas.

Os considerados subversivos estavam lá, pertenciam ao mesmo espaço, mas, ao

⁴⁴ Ver BURKE, Peter. **O que é história cultural?** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

mesmo tempo, eram invisíveis perante os dispositivos da Ditadura. Neste caso, os clandestinos foram forçados a criar e a se adaptar a um espaço para poder sobreviver, mas ao mesmo tempo usar mecanismos de identidade e organização para se reconhecer uns aos outros em um lugar ocupado por todos. Assim, segundo Koselleck “o espaço é algo que precisamos pressupor meta-historicamente para qualquer História possível e, ao mesmo tempo, é historicizado, pois se modifica social, econômica e politicamente.” (2014, p. 77).

Através desta reflexão, nos aproximamos do que seria o planejamento de um determinado ambiente ou região, para que se criem condições de sobrevivência em tempos que não se pode ser visto e ser reconhecido por aqueles que dominam todo o espaço. Marambio aprendeu muito bem a se relacionar com o espaço no tempo em que participou de práticas de guerra, em Cuba. Para ele, o país era o centro do movimento revolucionário, no qual vários grupos eram treinados na clandestinidade, como garantia de um possível ataque contra Fidel Castro. Os guerrilheiros não se conheciam, mas se reconheciam entre si, com seus movimentos e suas ocupações no espaço, “apenas com um sorriso cúmplice ou um movimento fora do normal em um lugar comum já os aproximavam com segredos compartilhados de suas táticas de guerra.” (MARAMBIO, 2009, p. 60)⁴⁵

Quando, nos cursos de graduação em Ciências Humanas e Sociais, vai se conhecendo e reconhecendo as obras testemunhais, surge o interesse comum pelo assunto. Afinal, mais do que em qualquer texto acadêmico, nestas está presente a humanidade do processo histórico e isso atrai quase que instantaneamente a atenção, já que muitas vezes estamos saturados de leituras documentais vastas e repetitivas sobre ditaduras. Mas isso não quer dizer que se deve tomar como verdade tais relatos, reforçando a ideia de que “as memórias de conflitos também são conflitos de memória”. (BURKE, 2005, p. 90)

Nesses momentos de construção das narrativas memorialísticas, pode surgir a oportunidade de revanche do testemunho para com aqueles que o torturaram, que o mantiveram preso ou exilado. Ou pode se revelar, apenas, o “dever” de expor o que se sabe sobre o período, o que viveu e porque sobreviveu. Segundo Calveiro, “o sobrevivente sente que viveu enquanto outros, em sua maioria, morreram. Sabe que não

⁴⁵ Ver MARAMBIO, Max. **Las armas de ayer**. Buenos Aires: Debate, 2009, p. 60. Tradução da autora.

segiu vivo porque era melhor e, em muitos casos, tende a pensar precisamente que os melhores morreram.” (2013, p. 144)

Esta obrigação de escrever pode ser a chave de todo o processo da memória individual, escrever e não poder esquecer nada, pois há uma obrigação moral com a sociedade, não mais de punição, mas de que não volte a acontecer situações similares, que não aconteçam mais regimes políticos semelhantes e que se esclareça o processo histórico. No testemunho de Marambio, ele coloca a responsabilidade direta ao MIR de, a partir da morte de Allende, não deixar se prolongar a Ditadura, o que irá fracassar. Ele descreve que Miguel Enríquez, líder mirista, tenta, sem sucesso, retirar o presidente do La Moneda, “[...] pero Allende se negó de plano. – Ahora es su momento, le contestó.” (MARAMBIO, 2009, p. 153). Ele sabia que não sairia daquele lugar vivo, e transfere a missão a Enríquez. Na obra testemunhal, está clara intenção de dar nome aos culpados, aos omissos, apontar os erros e acertos e valorizar alguns nomes em detrimento de outros.

Tornar a memória fonte indiscutível para interpretar e refletir acerca da História é uma revolução, uma guinada nos valores preestabelecidos até então, como Peter Burke afirma:

A despeito dessas continuidades palpáveis, seria difícil negar que, na última geração, aconteceu um deslocamento ou uma virada coletiva na teoria e na prática da história cultural. O deslocamento pode ser visto como uma mudança de ênfase, mais que a ascensão de alguma coisa nova, uma reforma da tradição, mais que uma revolução, mas, afinal, a maior parte das inovações culturais acontecem dessa maneira. (2005, p.98)

Mudar os instrumentos de pesquisa e dar destaque à voz, ao relato e à memória dos militantes anônimos, dos que foram vencidos, trazê-los para os livros de História é, com toda a certeza, uma guinada na História recente.

Os fundamentos de uma história traumática requerem testemunhos de ambos os lados, fazendo com que se tenha equilíbrio entre documento oficial⁴⁶ e História. Por isso o contexto deve ser interpretado dentro desta lógica: pensar o documento através da memória. Ou seja, o relato testemunhal seria o ponto de partida para que a busca de

⁴⁶ Aqui, utilizo, para documento oficial, os ofícios, cartas, registros em atas, entre outros encontrados em cartórios e arquivos.

documentação aconteça, mas voltando a afirmar que é preciso que se encontre documentação necessária para que a ligação entre os dois se torne efetiva e harmônica. Dentro desta perspectiva, o grande debate que se aprofundou em séculos anteriores para que a História pudesse tomar forma de ciência, junto com as ciências naturais e exatas, é a garantia de que, para se chegar à veracidade, haveria uma metodologia padronizada como base de realização da pesquisa. E esta busca, para dar caráter científico à investigação, ousou deixar de fora uma grande parcela da sociedade que tinha muito a dizer sobre o processo histórico estudado. Atualmente, não se pensa mais em esquivar-se da memória em função da dificuldade talvez encontrada em se comprovar tal depoimento, mas sim, surge outro dilema: o que é a verdade? Para Ricoeur:

A questão da verdade, com efeito, tornou-se a da veracidade. Nós podemos sempre, no limite, opor um testemunho a outro testemunho. Essa distância insuperável entre veracidade-fiabilidade e verdade-prova faz da fidelidade um elemento especial da verdade. O acreditar *em* acompanha o acreditar *que*. Da mesma forma, a oposição verdadeiro-falso se duplica na oposição confiança-suspeita. (2012, p. 337)

Em História, discutir o que é verdade ou não se torna uma reflexão sem um final que seja unânime. Pode ser possível, para explicar a frase anterior, buscar o tema dos testemunhos para exemplificar. Quando um sujeito decide revelar sua experiência diante de determinado processo histórico, em um determinado espaço e em um determinado período, dentro da perspectiva de que vários fatores influenciam os indivíduos e suas ações, podemos pensar que esta é uma verdade na qual ele acredita. Mas que, talvez, para outro não seja verdadeira aquela relatada anteriormente, sendo que os dois estiveram no mesmo período, no mesmo espaço e vivenciaram o mesmo contexto. Marambio descreve o dia em que os militares invadem o *Palacio La Moneda* e, conseqüentemente, o suicídio do Presidente como se estivesse lá. Através de relatos de parceiros e do que a imprensa publicou, o relato é tão profundo e rico em detalhes que o leitor pode acreditar que ele realmente presenciou o fato e vivenciou toda a ação. Assim, para Marambio, esta é a verdade sobre a morte do Presidente e dos fatos ocorridos na manhã do 11 de setembro.

Cada sujeito tem sua bagagem de valores e assuntos já resolvidos, sendo que, no seu relato, haverá a intenção de alinhar a memória daquilo que lhe pareça mais

relevante e até conveniente. O historiador deve sempre interpretar qual a intenção do registro de um testemunho. O contexto em que o autor do relato memorialístico está inserido irá refletir em sua linguagem escrita. As lacunas na obra são sempre evidentes, no caso do testemunho de Marambio isso ocorre em dois pontos cruciais. O primeiro surge quando ele faz parte do GAP e, convivendo com o Presidente, percebe que este “não quer colocar a mão em armas”. Aqui, o autor não explica bem, mas dá a entender que Allende, por ser uma pessoa tão pacífica, se nega a utilizar a força quando existe a ameaça constante de um golpe. “Lo enorgullecía la idea de hacer una revolución pacífica y tenía una suerte de rivalidad fraternal con Fidel, el Che y otros líderes defensores de la lucha armada.” (MARAMBIO, 2009, p.86). O segundo ponto em que ocorre uma lacuna na escrita do testemunho é quando Marambio, já na clandestinidade e se escondendo na Embaixada Cubana, demonstra que esta nunca é invadida pelos militares. Neste caso, ele também não explica a razão de se ter uma quantidade imensa de armas no subterrâneo de um lugar público, a Embaixada de Cuba, em Santiago

Las armas dejadas por los cubanos quedaron en un subterráneo de unos 120 metros cuadrados. [...] Casi doscientos fusiles de asalto rusos AKM-47, con arneses pectorales chinos, llenos de cargadores de cuarenta tiros; una docena de lanzacohetes RPG-7 con una gran cantidad de proyectiles; una pequeña montaña de cajas de municiones organizadas en módulos de a tres, con letreros amarillos indescifrables escritos en cirílico; granadas de mano y muchísimas de las mascararas antigases que nos habían acompañado en los últimos días. (Ibid. p. 143)

Estas lacunas podem ser intencionais ou simplesmente corriqueiras, ou seja, para o testemunho estes assuntos são tão bem resolvidos que não cabe a ele explicar. Porém, para alguns pesquisadores, o onze de setembro representou uma espécie de mudança de fase na vida das pessoas, ou seja, o que elas eram antes e depois do Golpe, “A lembrança vivida e recorrente dos fatos define um antes e um depois na vida de muitas pessoas, pois, em muitos casos, o golpe determinou uma mudança ou interrupção de projetos de vida.” (MANZI, 2007, p. 242 e 243). Para o pesquisador, diante de questionamentos feitos para a sociedade chilena, no final do século XX, sobre a Ditadura, onde a memória das pessoas ainda está viva com relação aos fatos passados, a conclusão é a seguinte: “é um evento que permanece fortemente associado com as identidades políticas que se confrontaram no começo da década de 1970 e, por isso,

ainda alimenta essas identidades.” (Ibid. p. 256). Memórias coletivas ou individuais, se isto for possível, o fato é que elas representam o que as pessoas estão sentindo no momento do relato, sem deixar de lado seu enraizamento e suas conexões com grupos que também vivenciaram o período estudado. Quebrar o que se chama de “violência simbólica” da memória é uma tarefa árdua e, se possível afirmar, impossível quando elas relatam grandes rupturas e traumas ainda não sanados no presente.

A partir daí, é possível concluir a importância das memórias, dos vários relatos sobre o mesmo contexto, para poder tornar a verdade mais evidente. No caso das ditaduras civil-militares do Cone Sul, a produção memorialística iniciou para dar conta de uma experiência brutal – a das torturas, exílios, mortes, assassinatos, desaparecimentos – e buscar a reparação pelos danos sofridos, denunciando a violência estatal. Atualmente, o incentivo de programas e comissões da verdade que surgem para encorajar ainda mais a produção de memórias e impedir o esquecimento de um período histórico, que muitos querem que não se repita jamais, tem se ampliado.

3. Y LOS CLANDESTINOS, ¿DÓNDE ESTÁN?

Neste capítulo está presente o resultado de uma análise sobre como viveram os clandestinos no período da Ditadura Civil-Militar Chilena, entre os anos de 1973 a 1990. Através de relatos testemunhais, torna-se possível compreender: como ocorreu a comunicação com o mundo externo, com a família e com os amigos; como terminaram suas trajetórias, se foram presos, exilados ou se conseguiram permanecer na clandestinidade até o fim da Ditadura; quem financiava estes sujeitos e, por fim; se pode ser possível estabelecer redes de comunicação entre eles.

Esta pesquisa leva em consideração o material catalogado no Museo de la Memoria y los Derechos Humanos, localizado na capital chilena, Santiago, bem como biografias testemunhais publicadas no pós-Ditadura. Além dos testemunhos, a utilização do aporte teórico se faz presente, pois é fundamental para saber se existe lacuna em suas falas e alguns equívocos nos relatos. Mesmo a memória sendo uma fonte imprescindível em histórias de passados recentes, a teoria deve caminhar junto ao testemunho, para que o historiador não se torne refém da subjetividade daquele que viveu o período estudado.

Conforme Álvarez (2007), os sujeitos isolados em determinadas situações históricas surgem depois de grandes rupturas na sociedade, nas quais os indivíduos, nela inseridos, não estão acostumados ou não experimentaram ainda tal situação. Pode-se dizer, então, que este isolamento é uma maneira de se proteger diante do caos que se aproxima e se instala, de forma permanente. Ainda para o historiador acima citado, a clandestinidade é uma forma de viver em disfarces, de ser e participar do coletivo, porém colegas de trabalho, família, e a militância ao qual se pertence não faz ideia do que se passa no interior deste sujeito, conforme abaixo:

As várias formas históricas de exclusão da condição de “pessoa” – motivadas em cada oportunidade por ideologias patriarcais, racistas, católicas, luterano-calvinistas, científico-rationais, mas que encontram sua unidade no fato de ser todas marcadas por aquele “espírito” vivificador oculto que é a forma de propriedade historicamente determinada – voltaram-se agora contra os que excluem. (CANEVACCI, 1981, p. 42)

Mesmo que a análise do autor, neste trecho acima, faça referência ao indivíduo e suas transformações ao longo do tempo para a tendência do início da coletividade, ela cabe também à reflexão ponderada sobre o sujeito que se esconde para sobreviver e agir contra a Ditadura. A preocupação com o outro, mesmo sem saber qual a sua real função na militância, demonstra a complexidade em que o sujeito está inserido, externamente e internamente. Pois esta realidade mostrou, na atualidade, através de testemunhos, aqueles que entregaram seus colegas, aqueles que deram a vida por um partido, aqueles que não conseguiram ficar e aqueles que não conseguiram fugir. O isolamento e o pertencimento a um grupo com um objetivo profundo fez com que surgisse a desordem, difícil de tipificar em virtude do destino incerto e da inesperada situação de estar, a partir de então, fora da lei.

Outra forma de ver a clandestinidade, segundo Álvarez (2007), é através da resistência. A dominação cria este tipo de ação, não somente esta, mas grandes explosões sociais de diversos tipos e modos surgem, por parte dos dominados. Assim foi no Chile de Pinochet, especialmente na cidade de Santiago, onde, pós-manhã de 11 de setembro de 1973, diversos grupos sociais trocaram sua rotina para a vida clandestina.

O exílio se tornou uma alternativa ponderada para aqueles que participaram da militância de esquerda e que não queriam ter uma vida restrita no país, mas para quem resolveu ficar, a clandestinidade foi adotada para continuar existindo e resistindo. A decisão de permanecer foi tomada pela crença de que o Golpe não duraria por muito tempo, como mostram os depoimentos, mas também existiram aqueles que foram “jogados neste mundo”, sem realmente compreender muito ele. Assim, conhecer o mundo do clandestino faz com que surjam reflexões sobre a realidade e a privacidade, pois as condições que a vida clandestina exigiu destes indivíduos fez com que o real se mesclasse com a atuação de um novo papel e função na sociedade, inclusive no íntimo da vida privada. Para complicar ainda mais esta nova rotina, interpretar era uma ação determinante para que os objetivos fossem alcançados.

Estar clandestinos tornou-se uma experiência totalmente diferente da normalidade, tendo o poder de introduzir nela um grande número de pessoas envolvidas com esta nova maneira de seguir a rotina diária. Álvarez afirma que

La vida aparente, orientada al espectador y a provocar que el otro se hiciera una determinada imagen del individuo, no se restringía al espacio público. Para el clandestino, la necesidad de resguardar las apariencias no dejaba nunca de estar presente. Inclusive en el ámbito de las relaciones intrafamiliares, la vida clandestina condicionaba situaciones extremas. Así, si en la vida pública, muchas veces se actúa frente a los otros aparentando conductas, circunstancias y opiniones, en la vida clandestina, el teatro continúa al interior de la vida privada. Actuación frente a la pareja, frente a la empleada doméstica, frente a los hijos, frente a los padres y hermanos, como ocurre, por lo demás, en todos autoritarismos en los que hay clandestinaje (2008, p. 259).

Através das obras testemunhais, foi possível entender da prática dos sujeitos apresentados, o que significa estar na clandestinidade e ser clandestino. Já em sua conceituação básica, o termo “clandestino” significa: feito sem as formalidades legais, até evitando-as; feito às escondidas.⁴⁷ Mas também Augusto Pinochet, conceitua o clandestino chileno, comparando-o a um terrorista.

Seres anormales, aniquilados psicológicamente por su odio, el que vierten hacia la sociedad en nombre de los “principios” que su organización les entrega...verdaderamente merecen lástima por el nivel de desquiciamiento de su condición humana. [...] medios usados por los terroristas son generalmente atroces y crueles...sus agentes son entrenados en las más modernas técnicas de agresión, su objetivo de crear terror en la población mediante la agresión a víctimas inocentes.⁴⁸

O historiador chileno Rolando Álvarez (2008, p. 260) define as ações de clandestinidade em três tipos: os colaboradores, os “duas caras” ou semiclandestinos e os profundos. Aqui, também, se optará por esta divisão. Além disso, se considerará a relação deles com o mundo externo, identificando o fim de suas trajetórias, até quando conseguiram se manter na clandestinidade e quem financiava estes sujeitos.

⁴⁷ Retirado do **Dicionário Aurélio** online. Disponível em: <https://dicionariodoaurelio.com/clandestino>. Acesso em: 07 de janeiro de 2017.

⁴⁸ Pinochet (1983, apud ÁLVAREZ, 2003, p. 18 e 19).

3.1. OS COLABORADORES

Os indivíduos que colaboraram com a militância, sem manter vínculo orgânico com os grupos de resistência, podem ser considerados clandestinos, pois se arriscavam nas suas missões e também criavam histórias para justificar suas ausências. Este tipo era fundamental para a comunicação entre sujeitos e grupos, para que as reuniões acontecessem e para o transporte de pessoas e documentos.

O relato de Miguel Alejandro Bustos Céspedes define este perfil de colaborador. Ele foi o único sobrevivente da operação organizada pela Central Nacional de Informaciones – CNI, em Janquequeo⁴⁹, em sete de setembro de 1983. Na época, Miguel tinha quinze anos e ajudava no transporte de pessoas, e ele e sua mãe cuidavam dos que chegavam machucadas ou doentes. Outra tarefa sua era ficar atento a qualquer movimento estranho na rua quando as reuniões estavam acontecendo, sendo que seu tio e seu padrasto foram mortos nesta ação. A intenção do documentário *Janquequeo 5707* é a de punir os envolvidos, pois o testemunho colhe outros depoimentos de vizinhos para comprovar que não houve enfrentamento e em razão disso, para ele, se não houve resistência foi assassinato.

Em diversas partes do documentário, Miguel afirma sua condição de clandestino: em 1979 a família teve que se mudar de endereço, não podendo contar para ninguém os motivos. Na escola, ele deveria inventar outras situações sobre as mortes que presenciou, disfarçando o sofrimento. Também conta que sempre foi um rapaz espontâneo, mas depois teve que vestir uma máscara que permanece até os dias atuais. Ele sabia dos motivos das reuniões, mas não de uma forma tão profunda, apenas que aquelas pessoas que se reuniam estavam dispostas a dar suas vidas por transformações sociais.

3.2. OS DUAS CARAS

⁴⁹ O nome da rua Janquequeo, onde ocorriam as reuniões de militantes do MIR, também foi título do documentário *Janquequeo 5707*.

Outro tipo era o da semiclandestinidade⁵⁰, sobre os quais há um número maior de relatos, na qual é possível perceber que esta situação era a mais complexa de se realizar, pois criar uma rotina e mantê-la, em duas situações diferentes, era uma tarefa muito difícil.

O primeiro testemunho é o de Marcel Garcés⁵¹, o qual, antes do Golpe, era jornalista e militante do PC. No ensino médio, trabalhou na rádio da escola e escrevia para a revista *Gente Joven* do PC, sendo um repórter estudantil que informava sobre as atividades políticas dos estudantes. A partir desta atividade, passou a fazer parte da comissão de propaganda do PC. Marcel relata que no dia do Golpe estava no Comitê Central do PC, mas conseguiu escapar, juntamente com alguns colegas, por trás do prédio, encaminhando-se para uma casa de segurança do Partido. Eles se reuniram em torno de umas sete pessoas e começaram a discutir de quem era culpa por não proteger a UP e ao Presidente Salvador Allende. Nesta reunião, também estavam presentes militantes do MIR e do PS. Ele continuou no movimento de resistência, enviando notícias do Chile para fora do país, representando o PC, com a tarefa de lançar boletins anônimos para a sociedade, definindo as Forças Armadas como fascistas. Assim, até 1980 permaneceu em Santiago, na semiclandestinidade, não conseguindo um trabalho remunerado, o que fazia com que a família de sua esposa o sustentasse. Quando o PC se reestruturou, ele começou a receber um pouco de ajuda, mas não o bastante para não depender mais do seu sogro. Sua esposa foi morar com os pais, enquanto ele conseguiu uma casa emprestada, de um “viejo comunista”, como ele define. Não se imaginava indo embora do país, pois acreditava que a democracia logo retornaria, porém um colega do PC foi detido e encontraram em seus pertences informações sobre Marcel Garcés e de sua esposa. Com isso, ele fugiria do país, indo para Moscou, em maio de 1980, e sua família cinco meses depois.

Atualmente, Marcel mora no Chile. Na entrevista, ele demonstrou muita tranquilidade ao relatar o período, diferente dos outros testemunhos analisados, sem nenhum conflito ao ter que viver de aparências. O único problema deste período de clandestinidade, mostrado por ele, foi a questão financeira, de não poder se sustentar, de

⁵⁰ Nos relatos analisados, os testemunhos utilizavam este termo para definir sua situação.

⁵¹ Este testemunho faz parte do acervo do Museo de la Memoria y los Derechos Humanos, no projeto intitulado *Los caminos del exilio*.

ter que depender de outras pessoas estranhas, como é o caso da casa onde ele ficou, bem como depender da família da esposa para viver. Em nenhum momento da entrevista ele falou da insegurança e do medo em ser descoberto, ou de ressentimentos, como é muito evidente no documentário *Janquequeo 5707*, no testemunho dado por Miguel Céspedes. Mesmo Marcel sendo integrante do PC, ainda assim não existia medo em ser detido pelas forças policiais de Augusto Pinochet, mesmo sendo comum a perseguição aos integrantes de alguma associação política ou sindical atuante antes do Golpe. Conforme demonstra o Informe de la Comisión Nacional de Verdad y Reconciliación, as vítimas da Ditadura estavam, em sua maioria, ligadas a alguma organização de militância clandestina.

Las víctimas de los actos de violación de los derechos humanos conocidos por la Comisión estaban vinculadas al régimen depuesto. Eran personas de reconocida militancia política en algún partido o movimiento de izquierda, en su mayoría miembros del Partido Socialista y, en menor proporción, del Movimiento de Izquierda Revolucionaria (MIR) y del Partido Comunista. [...] En general se trataba de personas que ocupaban cargos políticos de nivel regional o nacional o desempeñaban funciones directivas en empresas del Estado, dirigentes de organizaciones estudiantiles, sindicales o poblacionales. Todos ellos eran hombres, en su mayoría, jóvenes entre los 20 y 30 años de edad.⁵²

O testemunho de Dario Mariñan Pilquiman⁵³ também demonstra uma situação de semiclandestinidad ligada ao PC. Foi dirigente do Partido em sua comunidade, Los Álamos, e esteve na primeira recuperação de terras, consequência da reforma agrária. No PC, onde era conhecido como “Manchebo”, acreditava que iria ter mais acesso aos direitos dos indígenas mapuches se soubesse das mudanças constitucionais referentes à distribuição de terras. Em 1960, ele começou a debater este assunto com a sua comunidade e, quando Allende assumiu o poder, a ideia de integração na reforma agrária se tornou cada vez mais próxima. No dia do Golpe, ele desapareceu, começando a percorrer fazendas em busca de trabalho, mas estava sempre conectado ao Partido e à família, porém esta comunicação se dava através de mensagens, em função da

⁵² Consulta ao Informe de la Comisión Nacional de Verdad y Reconciliación. Tomo I, p. 264. Disponível em: http://www.ddhh.gov.cl/ddhh_rettig.html. Acesso em: 02 de outubro de 2016.

⁵³ Este testemunho faz parte do acervo do Museo de la Memoria y los Derechos Humanos, no projeto intitulado *Corporación y defensa de los derechos del pueblo*.

perseguição que estava sofrendo por parte dos militares. Trabalhou em plantações, enviando o dinheiro para a família com a ajuda de colegas de trabalho e da militância, porém, dois anos depois, decidiu voltar para casa. Seguiu trabalhando na agricultura ou em empresas frutíferas, acreditando que o povo teria que se acostumar a esta nova maneira de governar, a Ditadura. Não participou mais da militância quando, em treze de novembro de 1986, foi detido. Dario permaneceu preso por quatro anos, ou seja, até o fim de Augusto Pinochet no Governo, sob a pena de prática de terrorismo. No relato de Dario é visível o ressentimento em relação ao não acesso à terra, conforme previa a reforma agrária, mas também a humilhação de ser preso por algo que não cometeu. Ele descreve o terrorismo como a instauração de medo na sociedade através de assassinatos e isso Dario afirma que nunca cometeu. No período da gravação do testemunho, para o Archivo Oral Mapuche, não foi informado se a testemunha voltou para o mesmo local de origem, ou se estava em outra região, assim como não é mencionado se ele continuou trabalhando na agricultura ou se está aposentado.

Sua ligação com o PC esteve relacionada à possibilidade das comunidades indígenas também terem acesso às terras. No caso de Dario, integrar-se ao PC, como dirigente em sua comunidade, foi a solução encontrada para a crença da posse de terras para os indígenas mapuches. Não existe um censo que demonstre o número populacional de indígenas antes e depois do período ditatorial, mas o que se sabe é que as perseguições e mortes de líderes mapuches foram tão expressivas quanto o número de estudantes punidos na Ditadura, como esclarece melhor a passagem abaixo:

El grueso de las muertes y detenciones seguidas de desaparición durante el período, fue fruto de actos que se enderezaban contra funcionarios destacados del régimen depuesto, especialmente de sus más altas autoridades y de los “mandos medios” en áreas sensibles de la anterior agitación social, como ser CORA, INDAP, Salud, de la Habitación, de las Intendencias y Gobernaciones, regidores y alcaldes municipales, comunicadores sociales, etc. También contra jefes y dirigentes políticos, sindicales, vecinales, poblacionales, indígenas y estudiantiles, estos últimos tanto de la enseñanza superior como de la media.⁵⁴

⁵⁴ Consulta ao Informe de la Comisión Nacional de Verdad y Reconciliación. Tomo I, p. 101. Disponível em: http://www.ddhh.gov.cl/ddhh_rettig.html. Acesso em: 02 de outubro de 2016.

Outro relato estudado é o de Anita Soto Cortés⁵⁵, o mais complexo de todos, pois nele está exposta a relação do casal de militantes, sua relação com as filhas, como, também, a decepção com os organismos de resistência por não se prepararem o suficiente para barrar o crescimento das Forças Armadas do Chile diante da sociedade. Anita e seu marido, Sergio Peñas eram militantes do MIR desde o final da década de 1960. Os dois concluíram o curso de Veterinária e dividiam sua rotina em exercer a profissão e atuar na militância. Eles se casaram em 1968, quando Anita tinha 21 anos de idade e eram amigos de Miguel Enríquez, presidente do MIR. Quando a UP assumiu a presidência com Salvador Allende no Governo, ela acreditava que as intenções do Presidente poderiam ter êxito, na tática, para alcançar o socialismo de forma pacífica, mas percebia que toda a forma de luta por uma sociedade igualitária era válida. Assim, as expropriações que o MIR realizava eram apenas práticas necessárias para manter a militância na atividade. No período da UP, ela foi pouco ativa, pois tinha suas filhas pequenas. Por isso, fazia parte das atividades especiais clandestinas, mas nunca participava das reuniões com as comunidades. Já Sergio trabalhou diretamente com os camponeses, na luta pela garantia de acesso às terras na reforma agrária. Em casa, os dois não conversavam sobre suas atividades dentro do MIR. Eles exerciam atividades diferentes e as informações deveriam sempre ficar em sigilo, em função de métodos adotados por organismos de luta armada, no caso de alguém ser preso, pois assim existiriam estratégias para que os outros não fossem delatados em interrogatórios.

Sergio Peñas foi preso logo depois do Golpe, e assim esteve até janeiro de 1974, sendo solto em função de o seu pai ter sido policial militar e conhecer pessoas influentes dentro do Comando Policial. Mas dois meses depois, Sergio foi convocado a se apresentar no Comando em função do caso ser reaberto. A possibilidade de ser preso novamente e passar por um julgamento fez com que o casal começasse a buscar asilo em embaixadas para sair do país. Através de uma amiga jornalista, eles conseguiram asilo na Dinamarca, juntamente com um amigo de militância que também estava sendo investigado. Quando este militante, Juan Chacón⁵⁶, desapareceu, após ser detido pela DINA, a ideia de abandonar o país ganhou força, até porque logo depois as Forças Armadas divulgaram a morte do dirigente máximo do MIR, Miguel Enríquez. Até sair

⁵⁵ Este testemunho faz parte do acervo do Museo de la Memoria y los Derechos Humanos, no projeto intitulado *Los caminos del exilio*.

⁵⁶ Anita, em seu testemunho, não relata detalhes sobre Juan Chacón, mas segundo o Informe de la Comisión Nacional de Verdad y Reconciliación. Tomo II, nas p. 779 e 780, a DINA registra a detenção de Juan Rosendo Chacón Olivares, em 17 de julho de 1974, bem como a sua fuga do recinto, junto com dois presos. Juan Chacón permanece na lista dos desaparecidos até os dias atuais.

do país, em fevereiro de 1975, o casal continuou com atividades semiclandestinas e suas filhas com uma rotina escolar normal. No relato, Anita afirma a cumplicidade que existia com sua família, pois, além de seu sogro, seus pais e avós também sabiam o que estava acontecendo, mesmo que de uma forma não tão profunda. O importante é que houve o apoio de todos os familiares para que fossem ao exílio, saindo como refugiados políticos e sem nenhum dinheiro.

A família encontrou na Dinamarca um grupo de pessoas entusiasmadas na luta pelo retorno da democracia no Chile⁵⁷, por isso Anita relata que, em 1982, eles voltaram ao país de origem numa operação realizada pelo MIR: *Operación Retorno*. Esta foi a possibilidade vista pelo Movimento para ganhar força no exílio e retornar para vencer a Ditadura. De volta em Santiago, a testemunha morou na casa de seus pais, junto com suas filhas. Sergio estava na clandestinidade total, mas eles conseguiam se comunicar através de telefones e mensagens. As crianças voltaram à rotina da escola, sem poder contar suas experiências fora do país e muito menos sobre o contexto em que os pais estavam inseridos. Elas sabiam o que estava acontecendo com eles em função do pavor que tinham quando algum policial se aproximava delas, porém Anita afirma que nunca conversou com as filhas sobre isso.

Sobre o último encontro de Anita com Sergio Peñas, ele aconteceu na rua, próximo a um supermercado movimentado, na cidade de Santiago. Ela não pediu nada sobre o MIR, falaram sobre as filhas, mas nada muito profundo. Anita afirmou novamente na entrevista que sentia medo de ser detida e talvez não conseguir segurar informações, caso fosse torturada. Assim, preferia saber o mínimo possível. Este encontro foi rápido, mas cheio de constrangimentos, pois ela, mesmo sentindo, não conseguiu demonstrar amor pelo marido. Esta foi a última vez que ela o viu, pois Sergio Peñas foi morto em sete de setembro de 1983, na mesma operação relatada anteriormente no documentário *Janquequeo 5707*, porém em outra casa, localizada na rua Fuenteovejuna, 1330. Com ele morreram mais duas pessoas, enquanto a casa onde estavam foi incendiada. A grande mágoa de Anita foi a de não poder ir ao velório, pois não estava na cidade, mas também pelas filhas não poderem se despedir. As crianças, novamente tiveram que disfarçar na escola o que havia acontecido e seguir agindo na normalidade. No relato, a testemunha descreve a dor que as filhas sentiram,

⁵⁷ Neste momento da entrevista concedida, Anita Soto Cortés fala da criação do *Chile Comité*, organizada por eles próprios, juntamente com um grupo de pessoas engajadas na esperança de acabar com a repressão no país.

permanecendo por muitos anos, até ela tomar a iniciativa de buscar ajuda psiquiátrica para aliviar a sua angústia e a de suas descendentes.

Anita Soto Cortés encerrou o seu testemunho com críticas severas ao MIR, sendo que, estes questionamentos começaram a surgir logo após a morte de seu marido. Ela se desligou de qualquer partidarismo político, mesmo depois do fim da Ditadura e percebeu que poderia fazer algo sozinha. Começou a trabalhar com comunidades de pescadores, voltou a ser professora e, atualmente, trabalha na Universidad de Chile, em Santiago, na Faculdade de Ciências Veterinárias e Pecuárias.

Este relato mostra a entrega incondicional por parte dos integrantes de organismos de militância para com a luta por igualdade e justiça social. Não existe a possibilidade de parar e de se afastar do Movimento, pelo simples fato de existir algo maior que o cotidiano do trabalho, dos estudos, da rotina da casa e da família. Este é um ideal heroico carregado de moralidade em que, à medida que a repressão os perseguia, mais se fortalecia este sentimento. A obrigação de resistir estava baseada na conduta ética de saber que o certo, o justo e o honesto era estar ao lado da oposição à Ditadura de Pinochet. Esta identidade caracterizada pela militância foi descrita pelo historiador chileno Álvarez, quando ele analisa a clandestinidade do PC e a influência da teoria marxista no comportamento dos militantes:

La identidad política comunista previa al golpe de 1973 se caracterizó por su estructura compleja, construida en parte por los intelectuales orgánicos del PC, como por la influencia del momento histórico del país. Es decir, en el PC influían fuertemente los aspectos culturales que afectaban al resto de la sociedad chilena. Desde nuestro punto de vista, tres fueron los ejes bajo los que construyó la identidad comunista: un marxismo cultural, la invención de tradiciones y un discurso nacionalista de izquierda. [...] Permitió la generación de una autopercepción comunista de ser revolucionarios, constituyentes de un nuevo tipo humano, portadores de una moral superior, distinta a la mezquina lógica capitalista. (2008, p. 261)

Sobre a semiclandestinidade, o caso do Schindler chileno marcou o país. Uma obra lançada em 2014⁵⁸ conta a trajetória de um funcionário público, até o Golpe em 1973, ligado ao PC, e no pós-1973, empresário de uma rede de farmácias em Santiago e

⁵⁸ Ver: **La lista del Schindler chileno**. Empresario, comunista, clandestino. Livro escrito por Manuel Salazar Salvo, em 2014, publicado por LOM Ediciones, em 2014.

Concepción. Jorge Schindler Etchegaray trabalhou nos laboratórios da Bayer até o fim de 1972, sendo incorporado ao Comité Farmacéutico de la Corporación de Fomento – CORFO. Até a manhã do Golpe, Schindler teve contato com vários dirigentes sindicais ligados a UP e ao PC, mas, em seguida, foi investigado pela DINA, o que fez com que ele rompesse qualquer tipo de ligação com o PC. Assim, o caminho estava livre para que ele começasse a agir. Segue um pouco mais de suas memórias:

En Santiago, acompañado de su socio, Ramiro Ríos, Schindler se preparaba para una nueva aventura comercial. Decidió empeñar todo el prestigio empresarial que había logrado, así como su capacidad para conseguir créditos en los laboratorios, para fundar una cadena de farmacias que no solo ayudaría a la dirección clandestina del PC a mantener su trabajo, sino que daría protección y cobijo a numerosos militantes y compañeros de otros partidos. (2014, p. 87)

Os dois sócios se endividaram para construir a primeira farmácia, com a intenção de proteger e abrigar perseguidos da Ditadura⁵⁹, seguindo na militância, como pode ser percebido pela seguinte declaração: “Buscábamos casas o departamentos para reuniones de la dirección del partido, o bien para fondear a compañeros que corrían peligro o no debían caer en manos de la represión.” (Idem, 2014, p. 89). Aproximadamente cem militantes de esquerda passaram pelas farmácias, e segundo a matéria produzida pela BBC, ninguém sabia o que o colega de trabalho na farmácia fazia para a militância, pois esta atitude era fundamental para a sobrevivência deles, além dos constantes disfarces utilizados, como cortes de cabelo diferentes, perucas, roupas clássicas e discretas, assim como sinais e linguagens para transmitir avisos e alertas. Alsino García, proprietário de uma das farmácias atualmente, relatou outro tipo de função destes estabelecimentos. No período de repressão, foram escondidas armas para o Frente Patriótico Manuel Rodríguez – FPMR.⁶⁰

Em virtude de perseguições e investigações constantes, Jorge Schindler saiu do país em 1979, construindo sua vida em Frankfurt, onde vive até os dias atuais com sua

⁵⁹ Informação retirada de uma entrevista de Manuel Salazar Salvo para a BBC, Disponível em: http://www.bbc.com/mundo/noticias/2014/11/141103_chile_schindler_salvo_comunistas_chilenos_iv. Acesso em: 21 de dezembro de 2016.

⁶⁰ Informação retirada do sítio eletrônico: <http://www.biobiochile.cl/noticias/2014/08/21/la-historia-de-jorge-schindler-el-empresario-que-salvo-a-dezenas-de-chilenos-en-la-dictadura.shtml>, em 21 de dezembro de 2016.

família. Nas páginas finais da obra publicada sobre sua caminhada, consta a relação de alguns nomes que Schindler ajudou, e como eles estão no momento da publicação do livro (SALVO, 2014, p. 183 a 186):

- Armando Gatica: na época formou uma equipe diretiva junto com Alsino Garcia para o funcionamento das farmácias (Ibid., p. 94). Ele se salvou da Caravana de la Muerte, em La Serena (Ibid., p. 147), sendo que, em 2014, trabalhava em uma das farmácias.

- Hugo Pavez: assumiu a parte de defesa e enviava pedidos de recursos à Corte para amparar vítimas e seus familiares. Trabalhou com Violeta Núñez. Ele assumiu a defesa dos detidos. Entregou uma carta ao cardeal Raúl Silva Henríquez, em junho de 1976, para que pudesse investigar a situação dos presos e desaparecidos. (Ibid., p. 113). Atualmente, trabalha no Programa de Direitos Humanos do Ministério de Interior, em Santiago.

- Sergio Aguayo: depois de ser preso e torturado por ser professor em um programa de capacitação de operários agrícolas, trabalhou como caixa e auxiliar em uma das farmácias (Ibid., p. 125). Em 2014, era militante na Izquierda Comunista, em Concepción.

- Quintín Romero: estava presente ao lado do Presidente Salvador Allende, em onze de setembro de 1973, ajudando a estabelecer normas de segurança.⁶¹ Em 2014, continuava trabalhando em uma das farmácias.

- José Campusano: foi dirigente do PC em zonas rurais, trabalhando nas farmácias. Em 1976, por ordem do Partido, saiu do país. (SALVO, 2014, p. 132 e 133). Morreu de câncer em 1992.

- José Vilugrón: construía móveis para as farmácias (Ibid., p. 180 e 181). Em 2014, morava na Austrália com a família, mas sempre quis voltar ao Chile.

- Engel Rojas: com o auxílio de Schindler, organizava as reuniões de militância na cidade de Concepción (Ibid., p. 170). Atualmente mora em Concepción - Chile.

⁶¹ Informação retirada de uma entrevista de Manuel Salazar Salvo para a BBC, Disponível em: http://www.bbc.com/mundo/noticias/2014/11/141103_chile_schindler_salvo_comunistas_chilenos_iv. Acesso em: 21 de dezembro de 2016.

- Manuel Rodríguez: dirigente sindicalista da Empresa Nacional del Carbón (Ibid., p. 15), participava das reuniões organizadas por Schindler. No presente, mora com uma irmã no Chile.

- Chila Azar Cortéz: em 1962, fez votos para ser monja e começou a estudar Teologia na Universidad Católica. No convento foi proibida de assistir as reuniões do Grupo de los Cristianos para el Socialismo, por isso ela se desligou da religião e começou a ajudar os perseguidos. Schindler colaborava com produtos e dinheiro (Ibid., p. 154 e 155). No momento da publicação do livro, ela continuava a realizar trabalhos voluntários em regiões pobres.

- Alsino García: sobreviveu à Caravana de la Muerte (Ibid., p. 139) e trabalhou ao lado de Armando Gatica para organizar o funcionamento das farmácias (Ibid., p. 94). Na atualidade, segue vinculado ao PC e é proprietário de uma farmácia.

- Julio Schindler: irmão mais velho de Jorge, era integrante do PC (ibid., p. 101). Atualmente segue vinculado ao Partido.

- Braulio Quintana: era proprietário de uma fábrica de sabonetes de glicerina e outros produtos. Auxiliava Schindler na tarefa de tirar clandestinos do país, dando cobertura através de documentos e passados legais a serem registrados (Ibid., p. 152 e 153). Faleceu em 2009.

- Millaray Brito: foi presa e, logo após sua soltura, trabalhou como ajudante em uma das farmácias (Ibid., p. 46 e 47). No presente momento, se dedica à agricultura e ao artesanato.

- Omar Sanhueza: Era dirigente dos mineiros de carvão em Lota, cidade próxima a Concepción. Por ser considerado subversivo pela Ditadura, escondeu-se embaixo de pontes do rio Mapocho. Em 1975, ele apareceu em uma das farmácias em busca de ajuda (Ibid., p. 112). Na época atual, participa das reuniões de seu partido em Lota.

- Santiago Concha: foi moveleiro, auxiliando nas farmácias (Ibid., p. 40). No momento da publicação do livro, era uma dos principais dirigentes do PC, na zona do carvão.

- Violeta Núñez: advogada, ajudava os considerados subversivos a saírem do país. (Ibid., p. 112). Atualmente mora em Buenos Aires.

- Sergio Ovalle: auxiliava, junto a advogados, pessoas que precisavam sair do país (Ibid., p. 157). Mora no Chile e se mantém como dirigente regional do seu partido em La Florida.

- José Muñoz: por ter sido chefe da escolta de Allende, auxiliou Schindler a organizar a segurança das farmácias e era proprietário de uma delas (Ibid., p. 125). Morreu de câncer em 2000.

- Gaspar Díaz: foi dirigente máximo do PC, sendo responsável por transmitir informações, conseguir casas e apartamentos, entre outras tarefas especiais. Por viver na clandestinidade total, Schindler o abrigou na parte de trás de uma farmácia, onde Gaspar e sua esposa envasavam medicamentos (Ibid., p. 97 e 98). Morreu de câncer em 1992.

- Lenín Díaz: filho de Gaspar Díaz, buscava casas de segurança para o PC ao lado de seu pai (Ibid., p. 110). Tinha trinta anos de idade quando foi detido, em nove de maio de 1976, e permanece na lista de desaparecidos.

- Marcelo Concha: trabalhou como caixa da farmácia principal de Schindler (Ibid., p. 97). Foi detido em dez de maio de 1976, quando tinha trinta anos de idade, e permanece na lista de desaparecidos.

- Juvenal Valdés: trabalhou como moveleiro ao lado de Santiago Concha (Ibid., p. 40). Faleceu em 1988.

- Reginaldo Tapia: antes do Golpe era professor de Química na Universidad Técnica, depois trabalhou como vendedor em uma das farmácias de Schindler e auxiliava no traslado de pessoas (Ibid., p. 92 e 93). No presente momento, mora em Santiago.

A obra principal utilizada para descrever a atuação de Jorge Schindler na Ditadura, cita dezenas de nomes que não aparecem aqui, em função da falta de fontes. Apenas duas pessoas, das citadas, foram vítimas fatais da Ditadura, o que demonstra a importância do engajamento em períodos de forte repressão. Mesmo que Jorge Schindler não more mais no Chile, o nome dele sempre é lembrado em homenagens e eventos para rememorar o período analisado. Neste caso, fica clara a situação de comprometimento e envolvimento com o partido político, que no caso deste militante foi o PC, para que estas ações fossem desenvolvidas e levadas a sério. Caso não haja o

sentimento de pertencimento, o isolamento e, conseqüentemente, o exílio seria a ação mais comum.

3.3. OS CLANDESTINOS PROFUNDOS

Por fim, o último tipo de clandestinidade a ser analisado é o que podemos considerar como clandestino por “profissão”. Este tipo foi o que mais sofreu perseguição, pois eram vistos como terroristas pelas Forças Armadas, já que geralmente eram os líderes dos organismos de oposição.

Existiam várias técnicas adotadas para despistar as células de repressão, um exemplo foi o de Exequiel Ponce (VALDÉS, 2015). O militante fazia parte da Primera Dirección de Interior Clandestina del Partido Socialista de Chile, enquanto no país circulavam três homens com os documentos de identidade iguais e com os dados de Exequiel Ponce para que o verdadeiro fosse protegido (Ibid., p. 20) . Nas primeiras páginas do livro, é possível ter ideia da real motivação que fez com que Exequiel entrasse para a clandestinidade. Ele foi operário em uma fábrica de cimentos, sendo demitido deste trabalho por criar um sindicato para reclamar por melhores condições trabalhistas. Em 1970, foi eleito integrante do Consejo Ejecutivo Nacional de la Central Única de Trabajadores (Ibid., p. 10). Fazer parte das classes mais vulneráveis à exploração fez com que ele se empenhasse a lutar e conquistar direitos para os trabalhadores. Este tipo de sujeito foi alvo de perseguições na Ditadura, em função da guerra travada pelas Forças Armadas contra o comunismo, real ameaça vista por Pinochet e solução para o fim das desigualdades, vista por Allende. Em 1974, ao lado de um dirigente do PS, Carlos Lorca, Exequiel cedeu uma entrevista a um noticiário alemão, falando sobre a missão deles

Recuperar para los trabajadores los derechos a petición, el derecho a huelga, cosas que han sido cercenadas por la dictadura. Por eso nosotros creemos que la tarea fundamental de los partidos proletarios del PS y del PC es buscar una coincidencia en estos puntos de vista, materializarla, liderarla y dirigirla, junto a los partidos de la UP y, más allá de la UP, todos los sectores

democráticos y patriotas que estén por enfrentar la dictadura fascista. (Ibid., p. 15)

O enfoque do livro, retratando a trajetória de Exequiel Ponce, no período de 1974 a 1975, tem como fonte principal as cartas que ele escrevia para sua esposa, Margarita Luke, exilada pela Embaixada da Suécia, junto com a filha do casal, Tania Ernestina. Nas cartas, sempre há uma grande preocupação com a situação financeira, tanto dele como a dela. Na carta datada de 6 de janeiro de 1975, ele fala da família do casal que está no Chile, informando a sua esposa que não tem muito contato com eles, em função da clandestinidade não permitir muitos movimentos externos. Sabe que estão com sérios problemas por falta de dinheiro, já escrevendo com a intenção de tentar ajudá-los e, também, buscar mais notícias para que na próxima carta enviada a Margarita, tenha mais informações (Ibid., p. 33 e 34). Em uma carta seguinte está o relato que Exequiel transmite a sua esposa a respeito de quem irá entregar as cartas para ela, ali deixando transparecer que são fugitivos ou exilados que irão fazer a “ponte” entre o casal (Ibid., p. 39).

No decorrer da obra são expostas várias cartas do casal, onde é demonstrada toda a preocupação dele com a situação da esposa e da filha em um país desconhecido. Ele fala sobre a educação da filha em um novo ambiente escolar, sobre seus parentes e sobre dinheiro. As respostas, enviadas por ela, possivelmente foram eliminadas ou se perderam, em função da detenção de Exequiel, porém o autor contextualiza cada uma delas, a cada exposição. Neste caso, houve a comunicação constante com a família, pois o exílio de parentes próximos demonstra uma maior facilidade e conforto ao executar as tarefas de combate no país, bem como indica a dependência financeira profunda do clandestino ao partido político, evidenciando um problema que a militância clandestina teve que enfrentar e que, para resolver esta questão, teve que se expor. Exequiel Ponce foi capturado pela DINA, em 25 de junho de 1975, mas as Forças Armadas sempre negaram a sua detenção, sendo que ele permanece até hoje na lista dos desaparecidos.⁶² Sobre a investigação de sua detenção, juntamente com Carlos Lorca e outras pessoas, segue

⁶² Estas informações estão contidas na obra de Juan Azócar Valdés, o qual cita o ofício reservado nº 924, de 25 de agosto de 1976, no qual a DINA informou que não existiam fotografias de Exequiel Ponce, o incluindo na “relación nacional de hombres peligrosos, pieza clave del PS, secretario nacional de organización del dicho partido. Implicado en atentados y adquisición e internación ilícita de armas.”(VALDÉS, 2015, p. 21).

En la madrugada del 25 de junio de 1975 fueron detenidos en conjunto, en una pieza que arrendaban en la parte de atrás de una casa en Santiago, Exequiel PONCE VICENCIO, de 40 años, obrero portuario, ex-Director de la CUT y miembro de la Comisión Política del Comité Central del PS [...]. Exequiel Ponce había entrado a la clandestinidad el mismo 11 de septiembre de 1973 y había enviado a su familia al extranjero. Ocupaba, a la fecha de su detención, uno de los cargos más importantes de su partido en Chile. Esta Comisión ha recibido diversos testimonios que permiten formarse convicción que ambos fueron detenidos y llevados al recinto de la DINA en Villa Grimaldi. Desde ese momento no se ha sabido nada de ellos.⁶³

Uma situação se destaca em meio a relatos que fazem parte do projeto *Los caminos al exilio*, a de Claudio Durán.⁶⁴ Ele foi professor de Filosofia na Universidad de Chile e militante do PC, também participando de um grupo de pessoas que investigava as notícias que o jornal *El Mercurio* publicava, denunciando este periódico em artigos locais. Morava com sua esposa, Marcela, e o filho de seis anos, quando ocorre o Golpe no país. No seu testemunho, ele relata uma série de fatos que se sucederam para que ele entrasse na clandestinidade profunda: um vizinho fazia anotações sobre ele e sobre sua rotina, como também foi barrado ao entrar no seu local de trabalho. Quando se viu sem emprego e sendo vigiado por pessoas muito próximas, decidiu não voltar mais para casa, enquanto sua esposa e filho foram protegidos por uma tia, que era a favor do Golpe.

Durante o dia ele caminhava pelas ruas em busca de algum amigo, acreditando que a Ditadura iria durar pouco tempo. Por isso não pensava na possibilidade de sair do país. A decisão de exilar-se surgiu quando o pavor tomou conta, haja vista que, em dias de sol, as ruas eram vazias e, como se não bastasse toda a situação de estar sem a família e sem trabalho, ele não conseguia um lugar fixo para ficar. Ele foi ajudado por pessoas pouco conhecidas, tendo lugares variados para dormir quando a noite chegava. Desta mesma forma, foi ajudado por um canadense que estava no país fazendo um estudo, em função deste pesquisador conhecer Claudio por seu trabalho na Universidad de Chile, foi ajudado a sair do país pela Embaixada do Canadá.

⁶³ Consulta ao Informe de la Comisión Nacional de Verdad y Reconciliación. Tomo II, p. 845. Disponível em: http://www.ddhh.gov.cl/ddhh_rettig.html. Acesso em: 27 de dezembro de 2016.

⁶⁴ Este testemunho faz parte do acervo do Museo de la Memoria y los Derechos Humanos, no projeto intitulado *Los caminos del exilio*.

Na História dos exílios, Canadá, Reino Unido e Noruega fecharam suas portas para as deportações de casos de países do Cone Sul. Na Embaixada, Claudio relata que o grupo era pequeno, formado por um médico, um dirigente do PS, doze chilenos e dois brasileiros. Eles faziam a limpeza, conversavam sobre política, mas todos eram cuidadosos com o que falavam para não se comprometerem, acreditando que a Ditadura seria curta. Até a data em que cedeu a entrevista, ele não entende como este período de repressão foi tão longo. Também recebiam mensagens de fora e assistiam muito a noticiários pela televisão. Por ali, ficou sabendo da morte de Pablo Neruda, o que gerou uma grande comoção por parte dos chilenos. Claudio lembra que o clima era muito tenso, pois a intenção da Embaixada era retirar essas pessoas pelo Peru ou pelo México, já que o Canadá não tinha política de refugiados. Ele e sua família entraram em Toronto em 5 de outubro de 1973, como imigrantes, apenas com a roupa do corpo.

A clandestinidade de Claudio Durán foi curta, sendo que ele conseguiu manter contato com a família e sua vida se transformou em questão de dias, pois não tinha dinheiro, não podia carregar suas lembranças e teve que refazer sua vida em um país que jamais havia pensado em passar as férias, muito menos fixar residência. Esta experiência que ele testemunhou para o Museo de la Memoria y los Derechos Humanos é intensa e cheia de marcas que permanecem até o presente momento. Ele não podia falar sobre o assunto no novo país, sendo que hoje, tem dificuldades para tal, sentindo pavor quando ouve barulho de helicópteros, enquanto que, a noite, às vezes, tem que sair a caminhar. Segundo seu relato, ele não é claro na informação de seu domicílio, porém entende-se em sua fala que, na atualidade, ele voltou a viver em Santiago.

Existem nomes que entraram para a História do passado recente no Chile, no período ditatorial e que permaneceram na clandestinidade profunda. Um caso foi o de Miguel Enríquez, já citado neste texto, sendo dirigente do MIR. Vale destacar, também, o caso emblemático para a sociedade chilena da Comandante Tamara⁶⁵, líder da organização FPMR. Esta situação ganhou notoriedade em virtude da jovem Cecilia Magni pertencer a uma família de classe alta, conservadora e de oposição a UP, mas também por ser casada e ter uma filha de dois anos de idade. Ela trocou o seu nome e passou a ser chamada de Comandante Tamara, liderando a FPMR ao lado de José Miguel, cujo nome verdadeiro é Raúl Pellegrín, militante por quem se apaixonou ainda

⁶⁵ Estas informações sobre Cecilia Magni foram retiradas do Informe Especial, capítulo: Golpe al corazón del Frente.” Reportaje: Televisión Nacional de Chile - TVN. 2007. 69 min.

no período em que cursava Sociologia na Universidad de Chile, curso que não chegou a concluir em função de entrar para a JC. Quando entrou para a clandestinidade, viu algumas vezes sua filha, mas quando começou a se esconder totalmente, percebeu que tinha que abandonar sua vida passada e, segundo suas irmãs, ela se deu conta que não teria mais o marido, a filha, a casa, o conforto, o carro, as aulas na Universidad. Mas ainda assim as irmãs e sua mãe continuaram mantendo contato e encontros com Cecília até o fim. A mãe e as irmãs de Cecília foram entrevistadas constantemente na reportagem, sendo que sua filha falou muito pouco, tornando visível a mágoa e a falta de entendimento sobre o porquê de sua mãe abandoná-la ainda na infância.

Para manter os recursos do FPMR, eram realizados constantes expropriações a bancos e a casas de câmbio, inclusive a expropriação ao Retén de Carabineros, em 21 de outubro de 1988, em busca de armas, fazendo com que houvesse uma perseguição mais dura aos integrantes do FPMR e ocasionando a morte da Comandante Tamara e de José Miguel. A reportagem trata este evento como uma sucessão de erros por parte dos militantes, ocorrendo a morte de um carabiniere (policia militar) e gerando indignação da comunidade envolvida e familiares do policia. Os dois morreram afogados, segundo ofício do Comando Policial relatado na reportagem, no dia 27 de outubro de 1988, porém, este caso já foi identificado como violação dos direitos humanos, em função dos dois corpos serem encontrados no rio Tinguiririca, localizado no povoado de Los Queñes, na Cordilheira dos Andes, com lesões causadas por choques elétricos, furos de balas e contusões torácicas.⁶⁶

O Museo de la Memoria y los Derechos Humanos organizou, através de fotos retiradas durante a Ditadura, a série “Encuentro”⁶⁷. Por isso este próximo testemunho citado, Jorge Vassallo⁶⁸, tem uma foto sua e de sua esposa que se tornou emblemática para a representação do exílio. Através de sua sobrinha, que o reconheceu em uma foto que ele não se lembrava mais, Jorge deu o seu depoimento. Neste caso, por seu relato durar apenas seis minutos, a descrição é limitada. Ele foi militante profissional do MIR, fazendo parte do GAP até julho de 1971, quando passou à clandestinidade durante um

⁶⁶ Consulta ao Informe de la Comisión Nacional de Verdad y Reconciliación. Tomo II, p. 1009. Disponível em: http://www.ddhh.gov.cl/ddhh_rettig.html. Acesso em: 04 de outubro de 2016.

⁶⁷ Projeto que inclui todo o material exposto no Museo, onde um visitante reconhece alguém em uma foto, ou se reconhece, também identifica algum objeto e, assim, presta o seu depoimento. Disponível em: <http://www.museodelamemoria.cl/audiovisuales/serie-encuentro/>

⁶⁸ Este testemunho faz parte do acervo do Museo de la Memoria y los Derechos Humanos, no projeto intitulado *Serie Encuentro*.

ano e seis meses. Em uma entrevista oferecida para um sítio eletrônico de notícias, Jorge reforçou o sentimento de culpa por sair do país (ainda não regressou, vivendo atualmente na Suécia), ato que era repudiado pelo MIR.

Estaba viviendo en la clandestinidad y ya no tenía donde llegar. La Dina estaba acosando a mi compañera. En el último encuentro con ella, logramos hacerla subir a un auto, cuando justo en la vereda de enfrente, vemos que un grupo de cinco agentes de civil arrestan a una mujer que iba vestida casi igual que mi compañera. Asilarme, fue duro y aunque estaba autorizado para hacerlo, algo me hizo auto sancionarme como desertor y cobarde, carga con la que por olvido viví casi 20 años, hasta que un día, conversando con quien fuera mi jefe directo durante la clandestinidad, tocamos el tema y me recordé que él, me había comunicado la autorización expresa de Miguel para que yo saliera del país.⁶⁹

No caso do testemunho, ele permaneceu na Embaixada da Itália, onde depois partiu para o exílio, durante os três últimos meses que permaneceu no país. A convivência era pacífica neste local e, segundo seu relato, Jorge era uma espécie de chefe de segurança dentro da Embaixada, em virtude de sua experiência. Não descreve como se manteve, nem como se deu a sua comunicação com o mundo externo, mas descreve o caso do corpo de Lumi Videla, jogado na Embaixada, fato que ele presenciou. A mídia afirmou que foi uma *orgia mirista*⁷⁰ na Embaixada entre os subversivos que ocasionou a morte da militante do MIR, mas como foi acionado, instantes depois, o Embaixador da Itália, o caso foi esclarecido.

Aqui, abre-se um parênteses para relatar o caso de Lumi Videla (seu nome de guerra era Negra), em virtude da sua morte ser citada com detalhes pelo testemunho Jorge Vassallo e, fundamentalmente, sob o olhar de Cristian Pérez (2004), que ao escrever sobre o MIR, relata como funcionaram as comunicações utilizadas por Lumi Videla na clandestinidade. O autor ressalva a questão da comunicação dos contatos clandestinos. Quando Lumi foi detida, em 21 de setembro de 1974, esperou que passasse das 22 horas da noite, hora combinada com seu contato para que ele fugisse, já que a partir desta hora, se um dos dois não estivesse em casa sem avisar, era porque

⁶⁹ Entrevista Disponível em: <http://estocolmo.se/noticias/?id=2699/>. Acesso em: 02 de janeiro de 2017.

⁷⁰ Expressão utilizada por Cristian Pérez (2004, p. 373).

havia sido detido. Lumi Videla entregou para a DINA seu endereço. O grande erro foi o de Sérgio Pérez (seu nome de guerra era Chico), quando decidiu voltar à residência, um dia depois. Ele também foi detido. Assim, com estas duas quedas, grandes colaboradores começaram a cair também. Um contato de Carmen Castillo, e próximo a Chico, foi detido, porém até os dias atuais não se sabe se realmente eles delataram os companheiros para, assim, chegar até o líder do MIR, Miguel Enriquez.⁷¹ Neste mesmo texto é relatado que Lumi Videla foi detida pela colaboração sob tortura da mirista Marcia Merino, conhecida como Flaca Alejandra.⁷² Este parêntese demonstra o efeito dominó que prevaleceu nos primeiros anos da Ditadura, através de delações causadas pela tortura e que foram essenciais para o desmantelamento de organizações de oposição às Forças Armadas. Desta forma, criou-se um clima de terror entre a população, sendo que seus objetivos foram atingidos de forma gradual: silenciar e imobilizar a sociedade diante do novo governo que se instaurava.

No segundo capítulo deste trabalho foi citado o nome de Max Marambio por diversas vezes. Este testemunho foi a grande inspiração para que se pesquisasse mais sobre clandestinos na Ditadura Civil-Militar Chilena. A obra escrita por ele mesmo, em 2009, é rica em detalhes, na qual ele relata os dez meses em que ficou escondido na Embaixada Cubana, em Santiago, no pós-Golpe.

O seu testemunho responde a várias questões, começando pela comunicação com o mundo externo. Sim, Marambio se comunicava com o seu irmão, também militante de oposição e que o ajudou a entregar as armas para o MIR⁷³, assim como com sua mãe e irmã, com o auxílio da Embaixada Sueca, conforme a seguinte declaração: “[...] me ayudaba en los contactos con mi mamá y mi hermana, gestiones que podían resultar delicadas.” (MARAMBIO, 2009, p. 167) O testemunho também consegue acompanhar as notícias sobre o que está acontecendo no país, através de rádios e de pessoas que chegavam no local. Desta mesma forma, ele se comunica com Cuba (Ibid., p. 175), a fim de acelerar o processo de seu exílio, como também organiza, com a ajuda de colaboradores, a entrega das armas que estão no depósito da Embaixada. Quando conversa por telefone com o embaixador cubano na Argentina, o espírito de luta se reaviva, pois “al concluir la conversación, le dije: Oye, la bandera sigue al tope en el

⁷¹ Ibid., p. 373 e 374. Todo o parágrafo foi tradução da autora, sendo adaptado em relação à obra.

⁷² Existe um documentário dirigido por Carmen Castillo e Guy Girard, de 1992, com o nome de “La flaca Alejandra”.

⁷³ Na obra, em vários momentos, Marambio cita a participação de seu irmão Marcel. Com mais detalhes, consta na p. 215.

asta y ahí va a estar mientras yo esté vivo. El contacto con Aragonés me hizo sentir que no estaba solo en este mundo.” (Ibid., p. 169) Sobre sua mãe, ele relata que ela foi levada pela DINA, permanecendo um pouco mais de oito meses detida, quando foi solta, já com problemas psiquiátricos. (Ibid., p. 127) Porém, não existem registros dela nos informes publicados em 1991 e 2011.

Sobre sua reflexão a respeito do Golpe, ele deixa muito claro em sua escrita o sentimento de derrota, na qual a única saída seria o exílio.

Para mi sorpresa, no sentía miedo, sino que lo tomé con una mezcla de conformismo y rabia, que se resumía en una profunda tristeza. [...] Entonces sentí como un hachazo la magnitud de la derrota; Allende y muchos de mis amigos estaban muertos, era el fin de un ciclo de mi vida que había comenzado lleno de ilusiones cuando apenas un adolescente. No me servía de alivio la firmeza de mis convicciones sobre lo justo de nuestro intento, ni pensar que había hecho todo lo posible por evitar el desastre anunciado. (Ibid., p. 144)

Marambio não escolheu ficar, ele simplesmente foi proibido de partir junto aos integrantes da Embaixada Cubana, justamente por ser chileno. O grande problema era que sua função, até 11 de setembro, foi a de escotar o Presidente Allende, fazendo parte do GAP. Ele sabia que seria perseguido e que não poderia seguir trabalhando publicamente. Marambio também deixa claro que os partidos de oposição, inclusive o MIR, do qual ele fez parte, fracassaram. Seu posicionamento era o de que faltou preparo para luta armada, já que tinha o exemplo de êxito da Revolução Cubana, sendo que, além disso, “[...] crearon sus propios aparatos armados para defender al gobierno, pero lo hicieron sin la conciencia de que en definitiva tendrían que enfrentarse al golpe militar y se aferraron a un código de conducta que la derecha había violentado.” (Ibid., p. 116) A direita chilena não estava mais disposta a respeitar a Constituição, e se fosse preciso, como assim o fez, passou por cima dela sem grandes problemas.

Em relação ao seu sustento nestes dez meses pós-Golpe, antes dos cubanos partirem, ele pediu que deixassem o dinheiro chileno para seus gastos iniciais. Em seu relato, Marambio afirma que a colaboração foi de praticamente todas as cento e vinte pessoas que estavam prestes a partir. (Ibid., p. 140) Nestas mesmas páginas da partida

dos cubanos, o testemunho demonstra a solidariedade recebida por parte do embaixador sueco, Harald Edelstam⁷⁴, ao assumir a representação cubana no Chile, já que todos foram exilados. Desta forma, também, se comprometeu a auxiliar os que não conseguiram sair do país, incluindo Max Marambio.

Conforme relatado pelo testemunho, e como demonstrado em outros casos, a organização quanto à limpeza e demais afazeres domésticos funcionava muito bem. Não havia espaço para discussões políticas, e inclusive, ele deixa bem claro este posicionamento quando um novo integrante chega na embaixada

Le expliqué las normas de vida en la embajada, y el tipo me respondió con soberbia, recordándome los principios democráticos que debían regir la vida de los revolucionarios. [...] Mire, compañero – le respondí enojado -. Aquí todos somos derrotados, estamos esperando que nos perdonen la vida y nos den un salvoconducto. Para hacer valer principios está la calle, aquí dentro no se habla de política ni de filosofía, ni de religión, y existe una disciplina indispensable para la supervivencia, y si usted no la cumple lo saco a patadas por el culo. (Ibid., p. 192)

A intenção de Marambio, junto com Edelstam, era de deixar todos ocupados em suas rotinas, a fim de evitar que o ócio resultasse em uma possível depressão, como também impedir que eles percebessem que ali existia um depósito imenso de armas que estavam, de forma gradual, sendo levadas para seu destino.

Había confeccionado, con la aprobación de Edelstam, un reglamento que los asilados debían aceptar cuando llegaban. Ello incluía un horario de vida y la ejecución de tareas domésticas que fuera menester. [...] La realización de actividades culturales y deportivas dentro de ciertos horarios. Sin embargo, estaba prohibido cualquier tipo de debate político. [...] A diferencia de otras

⁷⁴ Sobre o ex-embaixador sueco, existe no Chile e na Suécia uma associação em seu nome para garantia de direitos humanos. O Museo de la Memoria y los Derechos Humanos produziu, em 2010, uma exposição onde ele foi lembrado, como também foi construída uma placa na Suécia com os seus dizeres: “Simplemente, no tolero las injusticias”. Disponível em: <http://www.haraldedelstam.cl/about/>. Acesso em: 28 de dezembro de 2016. Sobre Edelstam, Marambio afirma que sua bondade e ingenuidade foi um problema, pois estava sempre disposto a ajudar a quem o solicitava, pois o Embaixador não conseguir fazer distinção, o que tornava, muitas vezes, a vida na Embaixada Cubana arriscada. (Ibid., p. 195)

sedes, donde ni siquiera se garantizaba la alimentación de los asilados, y estos vivían hacinados, en la embajada cubana todo el mundo contaba con una cama limpia, comida garantizada e, incluso, cigarros para los fumadores, gracias a las reservas que habían dejado los cubanos. Para los niños existía un régimen especial de alimentación y a los enfermos se les trataba con especial cuidado. (Ibid., p. 199 e 200)

Max Marambio conseguiu ser exilado, pela Embaixada da Suécia, em julho de 1974 e, logo após o fim da Ditadura, voltou ao Chile, onde vive na capital até o momento. Sobre seu exílio, foi o que ele queria desde o início, deixando claro no seu relato, contudo, descobrir o depósito de armas e tornar sua retirada um objetivo a ser cumprido, fez com que sua trajetória sofresse uma grande transformação. Ele fala com melancolia sobre a partida

Me despedía de Chile con sentimientos encontrados, dejaba mi madre desaparecida y a mi hermano en una precaria situación de clandestinaje, sin saber el destino de otros compañeros por los cuales sentía un inmenso cariño. A pesar de que no tenía nada de qué avergonzarme, resultaba inevitable el dolor que me producía abandonarlos y, como siempre, surgió la duda de si la decisión tomada había sido la correcta. No voy a decir que era más duro partir que quedarse, pero irme en aquellas circunstancias fue muy duro. (Ibid., p. 228)

Para encerrar a série de relatos sobre os clandestinos profundos, segue uma breve trajetória de Miguel Enriquez. Breve, porque existe muito material já produzido a respeito de sua militância, antes e durante a Ditadura. Como fonte selecionada foi utilizada uma de ampla divulgação pela internet: o Centro de Estudios Miguel Enriquez⁷⁵, o qual tem uma produção vasta sobre o MIR e sobre seu líder. Neste arquivo, estão presentes manifestações contemporâneas que se incluem como parte do acervo. Começando pelo cotidiano do dirigente e sua companheira, Carmen Castillo, temos uma breve descrição que demonstra a mudança na rotina, que a clandestinidade impõe:

⁷⁵ Disponível em: <http://www.archivochile.com/>, consulta em 29 de dezembro de 2016.

Con el país totalmente controlado por las Fuerzas Armadas, la situación para los militantes del MIR era radicalmente distinta. Carmen Castillo se ve obligada a modificar su aspecto. Para ello, desecha los jeans y la ropa que denota cierto pasado izquierdista, comienza a usar polleras, cambia el color de sus cabellos, y en adelante se comportará como una señora simpatizante de las nuevas autoridades. Por su parte, Miguel se corta los bigotes y enrula su pelo. Se “transforma” en un vendedor viajero. Con ese trabajo justifica ante el vecindario las frecuentes salidas de casa y no resulta extraño que en algunas ocasiones no llegue a dormir. (PEREZ, 2004, p. 360 e 361)

Sobre o 11 de setembro de 1973, o líder do MIR, Miguel Enriquez, ordena que seja dado o passo para a clandestinidade. (SANDOVAL, 1999, p. 25) A partir daí, segundo a biografia analisada, houve diversas tentativas por parte de Miguel para manter a missão do MIR, quando ele deixa claro sua total rejeição ao exílio. Porém, ele presenciou a detenção de colegas dirigentes de militância, o que o faz, com esta realidade, tentar manter as estruturas da organização com escassos recursos e quebra de regras por parte dos que permaneceram, causando cada vez mais uma exposição constante do dirigente.

Decisões diferentes foram tomadas diante do Golpe, descartando reuniões com grupos grandes, e em contrapartida fez com que o dirigente se locomovesse cada vez mais por bairros da capital para se comunicar, nas circunstâncias aqui descritas: “La prioridad son los encuentros bilaterales, Miguel orienta, coordina y controla; sentados en un vehículo que recorre incansablemente las calles de Santiago se intercambian informes, opiniones, análisis, discrepancias.” (Ibid., p. 25)

Outra situação delicada relatada na biografia é a presença dos filhos. Apenas em setembro de 1974, Miguel e Carmen decidem exilar as duas crianças na Embaixada da Itália. (Ibid., p. 27) Parece que os dois já sabiam o que estava prestes a acontecer. Em 5 de outubro de 1974, a DINA descobre a residência do casal, na Rua Santa Fe, número 725, em um bairro popular de Santiago, San Miguel. Assim, o desfecho já é conhecido, conforme o relato abaixo:

Diez balas acabaron con su vida, la cual había entregado completamente a los intereses del proletariado y las masas populares y, a la lucha por construir una sociedad distinta. [...] Miguel fue enterrado el 7 de octubre de 1974, a las 07:30 de la mañana, en un nicho del Cementerio General de Santiago. Autorizaron acompañarle diez miembros de su familia, vigilados por cientos de hombres y armas de enemigos temerosos. (Ibid., p. 28)

Miguel Enriquez, na biografia analisada, reconhece que existia uma guerra. Antes do Golpe, o termo utilizado constantemente no texto é o de “lucha de masas”, pois “Fueron concebidas – por el MIR -, como un intento de incorporar en el actuar político y reivindicativo del movimiento de masas formas ilegales y conspirativas de lucha [...]” (Ibid., p. 16). A análise do texto, no pós- Golpe, é a de fragilidade e despreparo do MIR diante desta nova situação. O autor transmite esta ideia a cada parágrafo, continuando a se apropriar do termo *lucha*, mas agora “lucha antidictatorial”, para referir-se ao momento. Esta representação, ao mencionar o termo acima destacado, desperta para o óbvio, ou seja, existia uma guerra, e neste caso alguém iria perder. A escrita que traça um caminho de justificativas para entender o porquê da falha nos faz pensar já no revés e no prejuízo que está por vir, e que neste caso parece ter sido inevitável. Esta interpretação serve para apenas reconhecer algo, com pesar: se não tivessem mortes, desaparecidos, vítimas de torturas, de abusos e tantos outros mecanismos utilizados para intimidar a população, ou seja, se os direitos humanos estivessem presentes, como se isso fosse possível, esta História teria sido apenas mais uma luta, reconhecida por ambos os lados, e que um deles seria o vencedor. Em pleno século XXI, as lutas sociais justas descartam a atuação de grupos armados para que façam as grandes mudanças, como também a presença das Forças Armadas em confrontos.⁷⁶ Países do Cone Sul sabem bem o fim dessa História, quando estes grupos distintos entram em ação.

Em função da entrega total ao movimento de resistência, o clandestino em tempo integral foi visto como um herói, mesmo não tendo alcançado seus objetivos. A fidelidade à missão que lhe pertencia fez com que estes sujeitos vivessem intensamente cada momento de suas trajetórias na clandestinidade. A memória daqueles que estiveram ao lado destas pessoas demonstra uma notável motivação para conseguir o

⁷⁶ Tradução e adaptação da autora, a partir de PÉREZ, 2004, p. 381.

resultado esperado, o que acabava envolvendo a todos no seu entorno para que lutassem pela mesma causa.

Em vista dos testemunhos apresentados para exemplificar cada perfil de clandestino existente no período ditatorial, torna-se evidente que não há um padrão específico que caracterize o clandestino. Apenas pode-se afirmar que, ao analisar as memórias, a diversidade se impôs à intenção de se criar um padrão de vida destes sujeitos, pois as respostas eram notavelmente diversas e os sentimentos, ao falar do período, foram particulares e específicas em cada História contada. Portanto, o isolamento associado à solidão tornou-se, talvez, o único elo que aproxima as falas dos testemunhos e os coloca, possivelmente, em conformidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A dissertação foi dividida em três grandes partes. A primeira tratou do contexto histórico do período analisado e deixou uma grande lacuna para pesquisas posteriores: a de buscar uma documentação que demonstre uma avaliação do MIR feita pelo Movimento diante do Golpe. Isto seria fundamental para entender, a partir da década de 1980, como a organização se viu em 1973, e uma década depois como ela fez esta análise.

Mas, também, este primeiro capítulo foi de grande valia a interpretação da atuação dos órgãos e comissões que envolvem os direitos humanos e como eles tratam o tema. Lógico que isso foi uma postura política e teórica para que os governos de outros países, que vivenciaram períodos de grande repressão, avaliem a sua conduta.

O Chile tem, na atualidade, problemas políticos, econômicos e sociais que estão longe de se resolver, porém o tema que envolve o Golpe, em nenhum momento foi deixado de lado. Existem organismos não governamentais que atuam no país, mas o propulsor das comissões e dos informes, assim como espaços de debate, museus e monumentos foram criados e são mantidos pelos cofres públicos. A intenção de não deixar o tema cair no esquecimento, indo até as escolas, ou fazendo com que elas caminhem até estes espaços, faz com que a sociedade esteja sempre atualizada diante de fatos novos ou avanços que acontecem. Neste capítulo, não foi mencionada a relevância que o 11 de setembro tem na vida das pessoas que vivem nas grandes cidades do país. Neste dia, ocorrem manifestações, protestos, celebrações para lembrar, homenagens para as vítimas e desaparecidos, enfim, já fazendo parte da sociedade lembrar, mesmo para os que não se envolveram com a Ditadura, e as novas gerações que estão surgindo. A data se aproxima com as festas pátrias no país, tornando-se uma grande oportunidade para observar todas as manifestações que têm como grande símbolo a bandeira chilena. Desta forma, percebe-se que as manifestações em torno da memória têm como “pano de fundo” uma grande preocupação em não esquecer para que não aconteça mais.

No segundo capítulo, de forma não prolongada, foi dada uma grande atenção à teoria sobre memória. O interessante é que poderia ser apenas a perspectiva dos teóricos

sobre o tema, mas a comparação com relatos estudados nesta obra, como o caso de Max Marambio, fez com que o texto se aproximasse do que foi escrito até então.

Já no terceiro, e último capítulo, esteve presente os testemunhos de clandestinos que fazem parte do acervo do Museo de la Memoria y los Derechos Humanos. O enfoque do Museu ainda é o exílio, por isso, conforme a necessidade, irão surgir projetos que incluirão o tema da clandestinidade. Quando isto ocorrer, esta pesquisa deverá ser ampliada, aumentando o número de relatos nos três grupos que foram criados: os “colaboradores”, os “duas caras” e os “clandestinos profundos”, ou quem sabe até surgir outros tipos de clandestinos. O tema ainda é pouco estudado em virtude da falta de projetos que os contemplem ou os estimulem, mas acredita-se que num futuro bem próximo esta realidade seja diferente.

Quanto à divisão em grupos, o primeiro, dos colaboradores foi o que menos teve depoimentos, apenas um, retirado de um documentário. Mas ao longo dos outros relatos nos dois outros grupos foi possível perceber a presença constante deles. Há os que ajudaram, deram abrigo, fizeram o transporte de alguém, facilitaram o exílio, emprestaram dinheiro, etc. Com certeza os colaboradores, diante de uma pesquisa mais profunda, em busca de testemunhos, seria o grupo com maior número de relatos.

O segundo grupo chamou a atenção pela riqueza de detalhes com que os testemunhos prestaram. Parece que a única coisa em comum entre eles foi a ligação com alguma organização. O arrependimento da ex-mirista Anita Cortés se destacou em virtude de envolver toda a sua família no processo, inclusive as filhas, sem falar na morte do marido. Ela foi a única testemunha que demonstrou uma profunda mágoa em relação ao período e às pessoas envolvidas. O testemunho de Claudio Durán chamou a atenção por deixar marcas profundas que estão presentes na vida dele até a atualidade, pois ele deixou claro que ainda sofre com os fantasmas do passado. E claro, sem deixar para trás a grande trajetória de Jorge Schindler. Neste relato, foi estudada uma obra escrita, por isso não se sabe qual é a sua análise sobre a Ditadura. A quantidade de nomes que são citados no livro, em virtude da ajuda que receberam de Schindler, e a comparação do seu sobrenome com a de um empresário que ajudou judeus na II Guerra Mundial, torna seu depoimento fundamental para compreender que, em períodos de repressão, sempre existirão “Schindlers”. Por fim, para finalizar a percepção deste grupo, as cartas de Exequiel Ponce causam desconforto, em função do seu

desaparecimento até os dias atuais, porém transformá-las em um livro foi uma forma de demonstrar que sua trajetória na Ditadura não foi em vão.

O terceiro grupo foi marcado por grandes nomes da História da Ditadura. Ele trata de um clandestino em tempo integral, por estar ligado à direção de organismos de resistência ao Golpe, e neste ponto as histórias se assemelharam. No caso de Jorge Vassallo, em virtude do curto relato, não foi possível responder às perguntas básicas, como o seu sustento, o contato com a família e seus objetivos. Mas com os outros, a pesquisa foi contemplada. O caso de Max Marambio teve destaque na dissertação por ser a grande inspiração desta investigação. Ler o livro fez com que surgissem dúvidas quanto a sua escrita, lacunas que o relato não aprofundou, como inúmeras páginas escritas por ele para falar de apenas um assunto. Desta maneira, surgiu a ideia de criar um projeto que considerasse o motivo da clandestinidade e como ela se desenvolveu no país.

Para encerrar esta dissertação, espera-se que o tema da clandestinidade ganhe a ênfase e o destaque que merece nas discussões sobre períodos de repressão e que cada vez mais pesquisadores se aproximem do assunto, enquanto que projetos sejam criados para entender como partidos políticos e seus militantes resolveram o problema de entrar para a clandestinidade e darem um novo rumo às suas trajetórias.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ÁLVAREZ, Rolando. **Desde las sombras**. Una historia de la clandestinidad comunista (1973-1980). Santiago: LOM Ediciones, 2003.

ÁLVAREZ, R. Clandestinos 1973 – 1990. Entre prohibiciones públicas y resistencias privadas. In: SAGRADO, R.; GAZMURI, C. (Editores). **Historia de la vida privada en Chile**. El Chile contemporáneo. De 1925 a nuestros días. Santiago: Taurus, 2007, p. 257 a 286.

BURKE, Peter. **O que é história cultural?** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

CALVEIRO, Pilar. **Poder e desaparecimento**. São Paulo: Boitempo, 2013.

CANDAU, Joël. **Memória e identidade**. São Paulo: Contexto, 2014.

CANEVACCI, Massimo. Dialética do indivíduo. O indivíduo na natureza, história e cultura. São Paulo: Brasiliense, 1981.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. Verdade e memória do passado. Memória, história, testemunho; O que significa elaborar o passado? O rastro e a cicatriz: metáforas da memória. In: **Lembrar escrever esquecer**. São Paulo: Editora 34, 2006.

DINGES, John. **Os anos do Condor**. Uma década de terrorismo internacional no Cone Sul. São Paulo: Companhia das Letras, 2005

HUNEEUS, Carlos. **El régimen de Pinochet**. Santiago: Sudamericana, 2000.

HUYSEN, Andreas. **Culturas do passado – presente**: modernismos, artes visuais, políticas da memória. Rio de Janeiro: Contraponto, 2014.

KOSELLECK, Reinhardt. Teoria da história e hermenêutica. In: **Estratos do tempo**. Rio de Janeiro: Contraponto: 2014.

MAFFESOLI, Michel. **Saturação**. São Paulo: Iluminuras, 2010.

MANZI, Jorge. A memória coletiva do golpe de estado no Chile. In: CARRETERO, Mario; ROSA, Alberto; GONZÁLEZ, María Fernanda (org.). **Ensino da História e Memória Coletiva**. Porto Alegre: Artmed, 2007.

MENDONÇA, Sonia Regina de. A pesquisa sobre Estado e Poder: balanço historiográfico. In: SILVA, Carla Luciana; CALIL, Gilberto Grassi; KOLING, Paulo José. **Estado e poder: questões teóricas e estudos históricos**. Cascavel: Edunioeste, 2011.

MOULIAN, Tomás. **Chile actual**. Anatomía de un mito. Santiago: LOM, 1997.

_____. **La liturgia de la reconciliación**. Políticas y estéticas de la memoria. Santiago: Cuarto Próprio, 2000.

ORTIZ, Renato. **Mundialização: saberes e crenças**. São Paulo: Brasiliense, 2006.

PADRÓS, Enrique Serra. Terrorismo de estado e luta de classes: repressão e poder na América Latina sob a doutrina de segurança nacional. In: **SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA**, 24., 2007, São Leopoldo, RS. Anais do XXIV Simpósio Nacional de História – História e multidisciplinaridade: territórios e deslocamentos. São Leopoldo: Unisinos, 2007. CD-ROM.

PINOCHET, Augusto. **Política, demagogía y politiquería**. Santiago: La Nación. 1983.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos históricos**. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, v. 2, n. 3, 1989.

RICOEUR, Paul. A marca do passado. **História da historiografia**, Ouro Preto, n. 10, p. 329-349, dez. 2012.

SARLO, Beatriz. **Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva**. São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: UFMG, 2007.

SCHIMIDT, Maria Luisa Sandoval; MAHFOUD, Miguel. Halbwichs: memória coletiva e experiência. **Psicologia USP**. São Paulo, 4(1/2), p. 285-298, 1993.

SILVA, Kalina Vanderlei; SILVA, Maciel Henrique. **Dicionário de conceitos históricos**. São Paulo: Contexto, 2009.

WINN, Peter. **A revolução chilena**. São Paulo: UNESP, 2010.

WINTER, Jay. A geração da memória: reflexões sobre o “boom da memória” nos estudos contemporâneos de história. In: SELIGMAN-SILVA, Marcio (org.). **Palavra e imagem: memória e escritura**. Chapecó, SC: Argos, 2006, p.67-90.

FONTES

El Pleno de agosto de 1979 del Comité Central del Partido Comunista de Chile. Ediciones Colo-Colo, 1978.

MARAMBIO, Max. **Las armas de ayer**. Buenos Aires: Debate, 2009.

SALVO, Manuel Salazar. **La lista del Schindler chileno**. Empresario, comunista, clandestino. Santiago: LOM Ediciones, 2014.

SANDOVAL, Pedro Naranjo. **Biografía de Miguel Enriquez**. 1999. Elaborado por CEME (Centro de Estudios Miguel Enríquez). Disponível em: www.archivochile.com. Acesso em 20 de novembro de 2016.

Tercer Pleno Clandestino publicado por el Partido Socialista de Chile. México – DF. Abril de 1979.

VALDÉS, Juan Azócar. **De amor y de lucha**. Cartas de Exequiel Ponce a Margarita Luke desde la clandestinidad (1974-1975). Santiago: Memoria y Futuro, 2015.

VIDAURAZAGA, Tamara. **Mujeres en rojo y negro**. Memoria de tres mujeres

miristas (1971 -1990). Concepción: Ediciones Escaparate, 2007.

Documentários e projetos testemunhais

CASTILLO, Carmen; GIRARD, GUY. **La flaca Alejandra**. Rodaje: Santiago. 1994. 57 min. Color.

Informe Especial, capítulo: **Golpe al corazón del Frente**. Reportaje: Televisión Nacional de Chile - TVN. 2007. 69 min. Disponible no acervo audiovisual do Museo de la Memoria y los Derechos Humanos, Santiago – Chile.

JANQUEQUEO, 5707. Produção: Pedro Órdens. Santiago - Chile, 2010. 74 min. Disponible no acervo audiovisual do Museo de la Memoria y los Derechos Humanos, Santiago – Chile.

Robin, Marie-Monique **Escuadrones de la Muerte: la escuela francesa**. Paris. 2003. 1h. Color.

TESTIMONIO DE ANITA SOTO CORTÉS 1 y 2. Projeto: Los caminos del exilio. 2014. 56 min. Produção: Museo de la Memoria y los Derechos Humanos. Disponible no acervo audiovisual do Museo de la Memoria y los Derechos Humanos, Santiago – Chile.

TESTIMONIO DE CLAUDIO DURÁN. Projeto: Los caminos del exilio. 2014. 53 min. Produção: Museo de la Memoria y los Derechos Humanos. Disponible no acervo audiovisual do Museo de la Memoria y los Derechos Humanos, Santiago – Chile.

TESTIMONIO DE DARIO MARIÑAN PILQUIMAN. Projeto: Corporación de promoción y defensa de los derechos del pueblo. 2011. 83 min. Produção: Archivo Oral

Mapuche. Disponível no acervo audiovisual do Museo de la Memoria y los Derechos Humanos, Santiago – Chile.

TESTIMONIO DE JORGE VASSALLO. Projeto: Serie Encuentro. 2012. 6 min. Produção: Museo de la Memoria y los Derechos Humanos. Disponível no acervo audiovisual do Museo de la Memoria y los Derechos Humanos, Santiago – Chile.

TESTIMONIO DE MARCEL GARCÉS 1 y 2. Projeto: Los caminos del exilio. 2014. 40 min. Produção: Museo de la Memoria y los Derechos Humanos. Disponível no acervo audiovisual do Museo de la Memoria y los Derechos Humanos, Santiago – Chile.

Sítios eletrônicos

BBC Notícias. Disponível em: www.bbc.com/mundo/noticias. Acesso em: 21 de dezembro de 2016.

Corporación Harald Edelstam. Disponível em: www.haraldedelstam.cl. Acesso em: 28 de dezembro de 2016.

Dicionário Aurélio. Disponível em: <https://dicionariodoaurelio.com>. Acesso em: 01 de junho de 2016.

Estocolmo Notícias. Disponível em: www.estocolmo.se/noticias. Acesso em: 02 de janeiro de 2017.

INFORME DE LA COMISIÓN NACIONAL DE VERDAD Y RECONCILIACIÓN. Tomo I, II e III. Disponível em: http://www.ddhh.gov.cl/ddhh_rettig.html.

INFORME DE LA COMISIÓN NACIONAL SOBRE PRISIÓN POLÍTICA Y TORTURA. Disponível em: <http://www.indh.cl/informacion-comision-valech>

INFORME DE LA COMISIÓN PRESIDENCIAL ASESORA PARA LA CALIFICACIÓN DE DETENIDOS DESAPARECIDOS, EJECUTADOS POLÍTICOS Y VÍCTIMAS DE PRISIÓN POLÍTICA Y TORTURA, p. 3, publicado em 2001. Disponível em: <http://www.indh.cl/wp-content/uploads/2011/10/Informe2011.pdf>. Acesso em 06 de janeiro de 2017

Museo de la Memoria y los Derechos Humanos. Disponível em: www.museodelamemoria.cl. Acesso em: 20 de dezembro de 2016.

Noticias Bio Bio Chile. Disponível em: www.biobiochile.cl/noticias. Acesso em: 21 de dezembro de 2016.

PÉREZ, Cristián. **Años de disparo y tortura (1973-1975)**. Los últimos días de Miguel Enríquez. Estudios públicos, 96. 2004. Elaborado por CEME (Centro de Estudios Miguel Enríquez). Disponível em: www.archivochile.com. Acesso em: 03 de junho de 2016.

_____. **Historia del MIR**. "Si quieren guerra, guerra tendrán...". 2003. Elaborado por CEME (Centro de Estudios Miguel Enríquez). Disponível em: www.archivochile.com. Acesso em: 15 de maio de 2016.

PETRY, Almiro. **A democracia e os direitos humanos na América Latina**. UNISINOS, 2008. Disponível em: www.projeto.unisinos.br/humanismo/al/dem_dirhum.pdf. Acesso em: 06 de janeiro de 2017.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice e Revistados Tribunais, 1990.

HUNT, Lynn. **A invenção dos direitos humanos: uma história**. São Paulo: Companhia

das Letras, 2009.

QUADRAT, Samantha Viz (Org.). **Caminhos cruzados: história e memória dos exílios latino-americanos no século XX.** Rio de Janeiro: FGV, 2011.

QUADRAT, Samantha Viz. “Para tata, com carinho!”; a boa memória do pinochetismo
In: QUADRAT, Samantha V.; AZEVEDO, Cecília; BICALHO, Maria Fernanda;
ROLLEMBERG, Denise; KNAUSS, Paulo. **Cultura política, memória e historiografia.** Rio de Janeiro: FGV, 2009, p. 399 – 419.

LEVÍN, Florencia. **Historia reciente: perspectivas y desafíos para un campo en construcción.** Buenos Aires: Paidós, 2007.

PADRÓS, Enrique Serra (Org.). **Cone Sul em tempos de ditadura: reflexões e debates sobre a história recente.** 1 ed. Porto Alegre: Evangraf-UFRGS, 2013.

SKIDMORE, Thomas; SMITH, Peter. **Historia Contemporánea de América Latina.** Barcelona: Crítica, 1996.

STERN, Steve J. **Recordando el Chile de Pinochet: en vísperas de Londres 1998.** Santiago: Ediciones UDP, 2009.

STERN, Steve J. **Luchando por mentes y corazones.** Las batallas de la memoria en el Chile de Pinochet. Santiago: Ediciones UDP, 2013.

VALDÍVIA, Verónica; ÁLVAREZ, Rolando; PINTO, Julio. **Su revolución contra nuestra revolución.** Izquierdas y derechas en el Chile de Pinochet (1973-1981). Santiago: LOM, 2006.

WASSERMAN, Claudia (coord.). **História da América Latina: Cinco Séculos.** 4. ed. Porto Alegre: Ufrgs, 2010.

PADRÓS, Enrique Serra (Org.). **Cone Sul em tempos de ditadura: reflexões e debates sobre a história recente.** 1 ed. Porto Alegre: Evangraf-UFRGS, 2013.

SKIDMORE, Thomas; SMITH, Peter. **Historia Contemporánea de América Latina**. Barcelona: Crítica, 1996.

STERN, Steve J. **Recordando el Chile de Pinochet**: en vísperas de Londres 1998. Santiago: Ediciones UDP, 2009.

STERN, Steve J. **Luchando por mentes y corazones**. Las batallas de la memoria en el Chile de Pinochet. Santiago: Ediciones UDP, 2013.

VALDÍVIA, Verónica; ÁLVAREZ, Rolando; PINTO, Julio. **Su revolución contra nuestra revolución**. Izquierdas y derechas en el Chile de Pinochet (1973-1981). Santiago: LOM, 2006.

WASSERMAN, Claudia (coord.). **História da América Latina**: Cinco Séculos. 4. ed. Porto Alegre: Ufrgs, 2010.

ANEXO**DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS***

Considerando que o reconhecimento da dignidade inerente a todos os membros da família humana e de seus direitos iguais e inalienáveis é o fundamento da liberdade, da justiça e da paz no mundo,

Considerando que o desprezo e o desrespeito pelos direitos humanos resultam em atos bárbaros que ultrajam a consciência da humanidade e que o advento de um mundo em que os homens gozem de liberdade de palavra, de crença e da liberdade de viverem a salvo do temor e da necessidade foi proclamado como a mais alta aspiração do homem comum,

Considerando essencial que os direitos humanos sejam protegidos pelo Estado de Direito, para que o homem não seja compelido, como último recurso, à rebelião contra a tirania e a opressão,

Considerando essencial promover o desenvolvimento de relações amistosas entre as nações,

Considerando que os povos das Nações Unidas reafirmaram, na Carta, sua fé nos direitos humanos fundamentais, na dignidade e no valor da pessoa humana e na igualdade de direitos dos homens e das mulheres, e que decidiram promover o progresso social e melhores condições de vida em uma liberdade mais ampla,

Considerando que os Estados-Membros se comprometeram a promover, em cooperação com as Nações Unidas, o respeito universal aos direitos humanos e liberdades fundamentais e a observância desses direitos e liberdades,

Considerando que uma compreensão comum desses direitos e liberdades é da mais alta importância para o pleno cumprimento desse compromisso,

A Assembléia Geral proclama:

A presente Declaração Universal dos Direitos Humanos como o ideal comum a ser atingido por todos os povos e todas as nações, com o objetivo de que cada indivíduo e cada órgão da sociedade, tendo sempre em mente esta Declaração, se esforce, através do ensino e da educação, por promover o respeito a esses direitos e liberdades, e, pela adoção de medidas progressivas de caráter nacional e internacional, por assegurar o seu reconhecimento e a sua observância universal e efetiva, tanto entre os povos dos próprios Estados-Membros, quanto entre os povos dos territórios sob sua jurisdição.

Artigo 1º

Todas as pessoas nascem livres e iguais em dignidade e direitos. São dotadas de razão e consciência e devem agir em relação umas às outras com espírito de fraternidade.

Artigo 2º

Toda pessoa tem capacidade para gozar os direitos e as liberdades estabelecidas nesta Declaração, sem distinção de qualquer espécie, seja de raça, cor, sexo, língua, religião, opinião política ou de outra natureza, origem nacional ou social, riqueza, nascimento, ou qualquer outra condição.

Não será tampouco feita qualquer distinção fundada na condição política, jurídica ou internacional do país ou território a que pertença uma pessoa, quer se trate de um território independente, sob tutela, sem governo próprio, quer sujeito a qualquer outra limitação de soberania.

Artigo 3º

Toda pessoa tem direito à vida, à liberdade e à segurança pessoal.

Artigo 4º

Ninguém será mantido em escravidão ou servidão; a escravidão e o tráfico de escravos serão proibidos em todas as suas formas.

Artigo 5º

Ninguém será submetido à tortura, nem a tratamento ou castigo cruel, desumano ou degradante.

Artigo 6º

Toda pessoa tem o direito de ser, em todos os lugares, reconhecida como pessoa perante a lei.

Artigo 7º

Todos são iguais perante a lei e têm direito, sem qualquer distinção, a igual proteção da lei. Todos têm direito a igual proteção contra qualquer discriminação que viole a presente Declaração e contra qualquer incitamento a tal discriminação.

Artigo 8º

Toda pessoa tem direito a receber dos tribunais nacionais competentes remédio efetivo para os atos que violem os direitos fundamentais que lhe sejam reconhecidos pela constituição ou pela lei.

Artigo 9º

Ninguém será arbitrariamente preso, detido ou exilado.

Artigo 10

Toda pessoa tem direito, em plena igualdade, a uma audiência justa e pública por parte de um tribunal independente e imparcial, para decidir sobre seus direitos e deveres ou do fundamento de qualquer acusação criminal contra ele.

Artigo 11

- §1. Toda pessoa acusada de um ato delituoso tem o direito de ser presumida inocente até que a sua culpabilidade tenha sido provada de acordo com a lei, em julgamento público no qual lhe tenham sido asseguradas todas as garantias necessárias à sua defesa.
- §2. Ninguém poderá ser culpado por qualquer ação ou omissão que, no momento, não constituíam delito perante o direito nacional ou internacional. Tampouco será imposta pena mais forte do que aquela que, no momento da prática, era aplicável ao ato delituoso.

Artigo 12

Ninguém será sujeito a interferências na sua vida privada, na sua família, no seu lar ou na sua correspondência, nem a ataques à sua honra e reputação. Toda pessoa tem direito à proteção da lei contra tais interferências ou ataques.

Artigo 13

- §1. Toda pessoa tem direito à liberdade de locomoção e residência dentro das fronteiras de cada Estado.
- §2. Toda pessoa tem o direito de deixar qualquer país, inclusive o próprio, e a este regressar.

Artigo 14

§1. Toda pessoa, vítima de perseguição, tem o direito de procurar e de gozar asilo em outros países.

§2. Este direito não pode ser invocado em caso de perseguição legitimamente motivada por crimes de direito comum ou por atos contrários aos propósitos e princípios das Nações Unidas.

Artigo 15

§1. Toda pessoa tem direito a uma nacionalidade.

§2. Ninguém será arbitrariamente privado de sua nacionalidade, nem do direito de mudar de nacionalidade.

Artigo 16

Os homens e mulheres de maior idade, sem qualquer restrição de raça, nacionalidade ou religião, têm o direito de contrair matrimônio e fundar uma família. Gozam de iguais direitos em relação ao casamento, sua duração e sua dissolução.

§1. O casamento não será válido senão como o livre e pleno consentimento dos nubentes.

§2. A família é o núcleo natural e fundamental da sociedade e tem direito à proteção da sociedade e do Estado.

Artigo 17

§1. Toda pessoa tem direito à propriedade, só ou em sociedade com outros.

§2. Ninguém será arbitrariamente privado de sua propriedade.

Artigo 18

Toda pessoa tem direito à liberdade de pensamento, consciência e religião; este direito inclui a liberdade de mudar de religião ou crença e a liberdade de manifestar essa religião ou crença, pelo ensino, pela prática, pelo culto e pela observância, isolada ou coletivamente, em público ou em particular.

Artigo 19

Toda pessoa tem direito à liberdade de opinião e expressão; este direito inclui a liberdade de, sem interferência, ter opiniões e de procurar, receber e transmitir informações e idéias por quaisquer meios e independentemente de fronteiras.

Artigo 20

- §1. Toda pessoa tem direito à liberdade de reunião e associação pacíficas.
- §2. Ninguém pode ser obrigado a fazer parte de uma associação.

Artigo 21

- §1. Toda pessoa tem o direito de tomar parte no governo de seu país, diretamente ou por intermédio de representantes livremente escolhidos.
- §2. Toda pessoa tem igual direito de acesso ao serviço público do seu país.
- §3. A vontade do povo será a base da autoridade do governo; esta vontade será expressa em eleições periódicas e legítimas, por sufrágio universal, por voto secreto ou processo equivalente que assegure a liberdade de voto.

Artigo 22

Toda pessoa, como membro da sociedade, tem direito à segurança social e à realização, pelo esforço nacional, pela cooperação internacional de acordo com a organização e recursos de cada Estado, dos direitos econômicos, sociais e culturais indispensáveis à sua dignidade e ao livre desenvolvimento da sua personalidade.

Artigo 23

- §1. Toda pessoa tem direito ao trabalho, à livre escolha de emprego, a condições justas e favoráveis de trabalho e à proteção contra o desemprego.
- §2. Toda pessoa, sem qualquer distinção, tem direito a igual remuneração por igual trabalho.
- §3. Toda pessoa que trabalha tem direito a uma remuneração justa e satisfatória, que lhe assegure, assim como à sua família, uma existência compatível com a dignidade humana, e a que se acrescentarão, se necessário, outros meios de proteção social.

§4. Toda pessoa tem direito a organizar sindicatos e a neles ingressar para a proteção de seus interesses.

Artigo 24

Toda pessoa tem direito a repouso e lazer, inclusive a limitação razoável das horas de trabalho e a férias periódicas remuneradas.

Artigo 25

§1. Toda pessoa tem direito a um padrão de vida capaz de assegurar a si e a sua família saúde e bem-estar, inclusive alimentação, vestuário, habitação, cuidados médicos e os serviços sociais indispensáveis, e direito à segurança em caso de desemprego, doença, invalidez, viuvez, velhice ou outros casos de perda dos meios de subsistência em circunstâncias fora de seu controle.

§2. A maternidade e a infância têm direito a cuidados e assistência especiais. Todas as crianças, nascidas dentro ou fora de matrimônio, gozarão da mesma proteção social.

Artigo 26

§1. Toda pessoa tem direito à instrução. A instrução será gratuita, pelo menos nos graus elementares e fundamentais. A instrução elementar será obrigatória. A instrução técnico-profissional será acessível a todos, bem como a instrução superior, esta baseada no mérito.

§2. A instrução será orientada no sentido do pleno desenvolvimento da personalidade humana e do fortalecimento do respeito pelos direitos humanos e pelas liberdades fundamentais. A instrução promoverá a compreensão, a tolerância e a amizade entre todas as nações e grupos raciais ou religiosos, e coadjuvará as atividades das Nações Unidas em prol da manutenção da paz.

§3. Os pais têm prioridade de direito na escolha do gênero de instrução que será ministrada a seus filhos.

Artigo 27

§1. Toda pessoa tem o direito de participar livremente da vida cultural da comunidade, de fruir as artes e de participar do processo científico e de seus benefícios.

§2. Toda pessoa tem direito à proteção dos interesses morais e materiais decorrentes de qualquer produção científica, literária ou artística da qual seja autor.

Artigo 28

Toda pessoa tem direito a uma ordem social e internacional em que os direitos e liberdades estabelecidos na presente Declaração possam ser plenamente realizados.

Artigo 29

§1. Toda pessoa tem deveres para com a comunidade, em que o livre e pleno desenvolvimento de sua personalidade é possível.

§2. No exercício de seus direitos e liberdades, toda pessoa estará sujeita apenas às limitações determinadas por lei, exclusivamente com o fim de assegurar o devido reconhecimento e respeito dos direitos e liberdades de outrem e de satisfazer às justas exigências da moral, da ordem pública e do bem-estar de uma sociedade democrática.

§3. Esses direitos e liberdades não podem, em hipótese alguma, ser exercidos contrariamente aos propósitos e princípios das Nações Unidas.

Artigo 30

Nenhuma disposição da presente Declaração pode ser interpretada como o reconhecimento a qualquer Estado, grupo ou pessoa, do direito de exercer qualquer atividade ou praticar qualquer ato destinado à destruição de quaisquer dos direitos e liberdades aqui estabelecidos.

*Documento retirado do sítio eletrônico <http://www.direitoshumanos.usp.br/>. Acesso em: 07 de janeiro de 2017.